

ctgbr.com.br



Transição energética impulsiona o nosso futuro

A energia eólica é uma das principais fontes da matriz energética e possui papel fundamental no processo de transição energética em nosso país. Por meio dela, temos participações em 11 parques eólicos, distribuídos em três estados brasileiros e iniciamos a construção do Complexo Eólico Serra da Palmeira, um empreendimento que faz parte da ampliação de fontes renováveis que temos investido, visando estimular a agenda de descarbonização e combate às mudanças climáticas. Juntamente, trabalhamos em parques de energia solar com a construção do Complexo Solar Fotovoltaico Arinos, em Minas Gerais, para, em breve, complementar nosso portfólio com mais esta fonte renovável de energia.

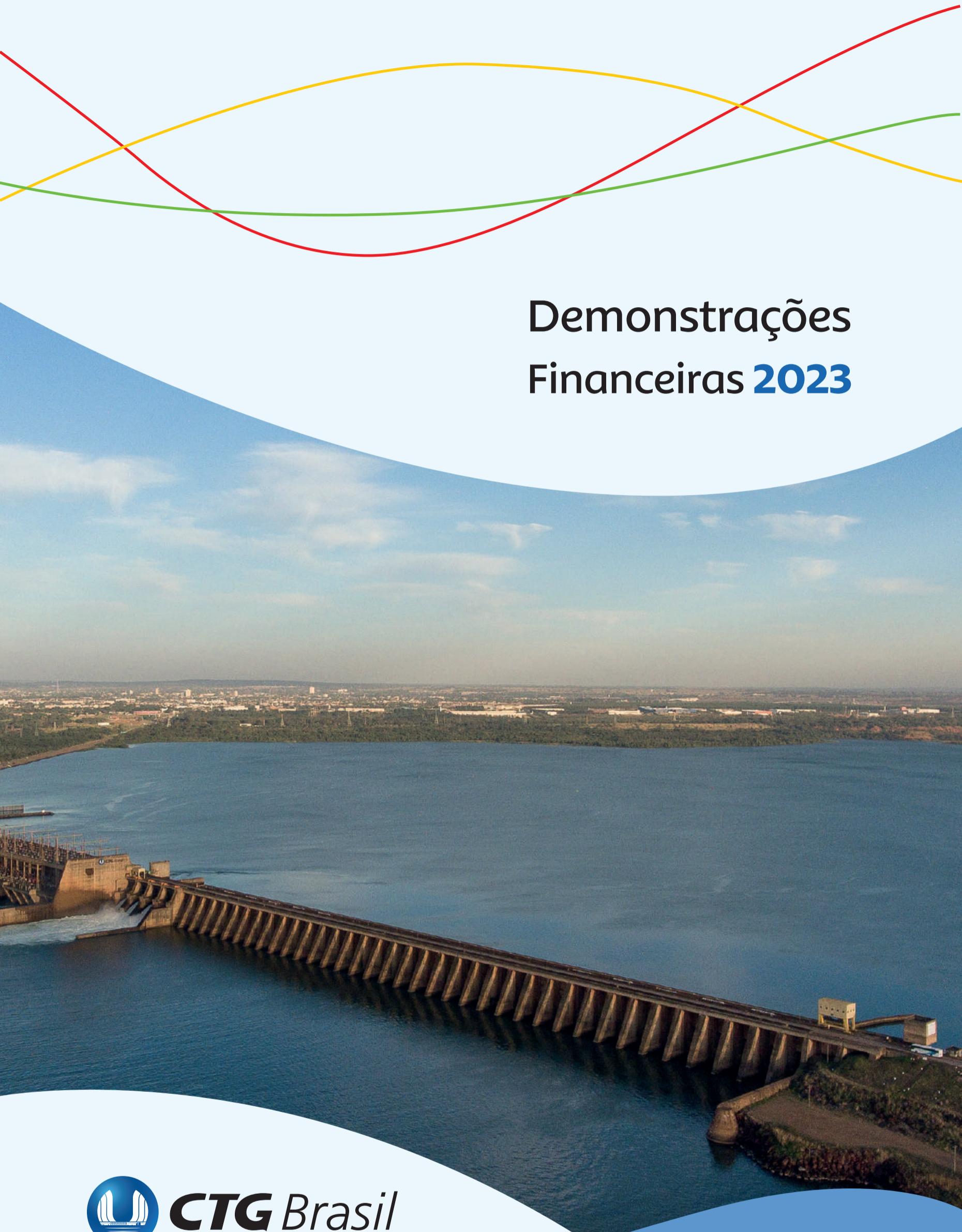
Saiba mais em
ctgbr.com.br/operacoes



CTG Brasil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Demonstrações Financeiras 2023



**China Three
Gorges Brasil
Energia S.A.**

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("Companhia" ou "CTG Brasil") submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Por liberalidade, as Demonstrações Financeiras foram submetidas à verificação independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Resolução CVM 162/22. Também em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

Além deste documento, a CTG Brasil divulga em seu site institucional o Relatório de Sustentabilidade, elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Anel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi marcado pela entrega de notáveis resultados financeiros e operacionais, além de avanços em nossa estratégia de diversificação de portfólio, confirmado nosso compromisso de longo prazo com o País.

Encerramos o ano com uma receita operacional líquida acima de R\$ 6 bilhões e um EBITDA de R\$ 4,3 bilhões. Alcançamos uma margem EBITDA de 72%, aumentando a margem líquida em 6% e gerando um lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões. Estes indicadores, juntamente com a classificação AAA pela agência Moody's, atestam nossa robustez financeira e a excelência da nossa gestão.

O ano foi marcado também pelo início das obras do complexo solar fotovoltaico Arinos, em Minas Gerais, e do complexo eólico Serra da Palmeira, na Paraíba. Estes empreendimentos, programados para entrar em operação a partir de 2025, aumentarão nossa capacidade de comercialização de energia e ajudarão a mitigar o risco hidrológico em nossa operação hidrelétrica.

No mês de setembro concluímos a venda do complexo eólico Dom Inocêncio Sul, situado no Piauí. Essa decisão foi tomada em função de restrições de transmissão, e implicou na devolução do parque ao desenvolvedor original, com reembolso dos valores iniciais. Esta medida, combinada com os projetos em curso, reflete nosso compromisso com uma sólida disciplina de investimentos, mantendo uma relação equilibrada de risco e retorno.

Ao longo do ano, focamos ainda no aprimoramento de nossas políticas e processos, visando os mais altos níveis de ética, transparência e integridade, culminando na certificação nas normas ISO 37.001 e ISO 37.301, que atestam nossa excelência em práticas de compliance, antissuborno e gestão.

Por fim, é com grande satisfação que celebramos os 10 anos de presença nossa no Brasil, um marco que reflete uma trajetória de sucesso e dedicação contínua a geração de energia limpa e renovável em larga escala.

Após uma década de trabalho árduo, nos orgulhamos de ter construído uma empresa sólida e pautada em valores éticos e humanos. Temos uma base de ativos invejável e uma equipe comprometida, que são a base para um crescimento ainda mais expressivo e novas conquistas nos anos que virão.

Zhang Liyi

CEO da CTG Brasil

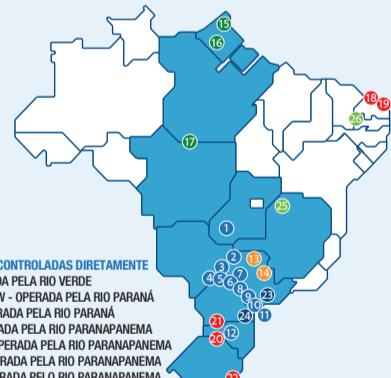
PERFIL DA CTG BRASIL

A CTG Brasil nasceu em 2013 como parte da estratégia de internacionalização da China Three Gorges Corporation, uma das líderes mundiais em geração de energia limpa. Atualmente, é uma das maiores geradoras de energia do País, com capacidade instalada controlada e proporcional de 8,3 GW.

A Companhia opera 12 usinas hidrelétricas (UHEs) e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por meio de quatro empresas operacionais controladas diretas e indiretas: Rio Paranaíba, Rio Parapanamema, Rio Canoas e Rio Verde. Além disso, conta com duas comercializadoras de energia e possui participação acionária em três usinas hidrelétricas (Santa Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel) e em cinco grupos de usinas eólicas no Brasil, sendo eles: Parque Eólico Elebrás Cidreira I, em Tramandaí (RS); no município de Águia Doce (SC), funciona o homônimo Parque Eólico Águia Doce e o Parque Eólico Horizonte; já no estado do Rio Grande do Norte, estão os Parques Eólicos Baixa do Feijão I, II, III e IV, e os Parques Eólicos Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura I.

Dentro da perspectiva de longo prazo que norteia sua atuação, a empresa consolidou em 2023 um passo decisivo na estratégia de expansão com o andamento dos primeiros empreendimentos greenfield no País. O complexo solar fotovoltaico Arinos, localizado no Noroeste de Minas Gerais, e o complexo eólico Serra da Palmeira, no Seridó Paraibano, com previsão de início do funcionamento para 2024 e 2025 respectivamente, adicionarão cerca de 1 GW de potência ao parque gerador da Companhia.

MAPA DE OPERAÇÕES



USINAS HIDRELÉTRICAS (UHEs) CONTROLADAS DIRETAMENTE

1. UHE SALTO: 116 MW - OPERADA PELA RIO VERDE
2. UHE ILHA SOLTERA: 3.444 MW - OPERADA PELA RIO PARANÁ
3. UHE JUPIÁ: 1.551,2 MW - OPERADA PELA RIO PARANÁ
4. UHE ROSANA: 354 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
5. UHE TAQUARUÇU: 525 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
6. UHE CAPIVARA: 643 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
7. UHE CANOAS I: 72,5 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
8. UHE CANOAS II: 72 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
9. UHE SALTO GRANDE: 73,8 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
10. UHE CHAVANTES: 414 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
11. UHE JURUMIRIM: 100,9 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
12. UHE GARIBALDI: 191,9 MW - OPERADA PELA RIO CANOAS

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs)

13. PCH PALMEIRAS: 16,5 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA
14. PCH RETIRO: 16 MW - OPERADA PELA RIO PARANAPANEMA

USINAS HIDRELÉTRICAS (UHEs) COM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

15. UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO: 219 MW - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CTG BRASIL: 50%
16. UHE SANTO ANTONÍO DO JARI: 392,5 MW - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CTG BRASIL: 50%
17. UHE SÃO MANOEL: 735,84 MW - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CTG BRASIL: 33,33%

PARQUES EÓLICOS COM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

- PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CTG BRASIL: 49%
18. PARQUES EÓLICOS AROEIRA, JERICÓ, UMBUZEIROS E AVENTURA I: 126,9 MW
19. PARQUE EÓLICO BAIXA DO FEIJÃO I, II, III E IV: 120 MW
20. PARQUE EÓLICO HORIZONTE: 4,8 MW
21. PARQUE EÓLICO ÁGUIA DOCE: 9 MW
22. PARQUE EÓLICO TRAMANDÁ: 70 MW

SEDE CORPORATIVA

23. SÃO PAULO (SP)
24. FILIAL CURITIBA

PROJETOS EM IMPLEMENTAÇÃO

25. COMPLEXO SOLAR FOTOVOLTAICO ARINOS (EM CONSTRUÇÃO)
26. COMPLEXO EÓLICO SERRA DA PALMEIRA (EM CONSTRUÇÃO)

GUIA DE ATUAÇÃO

Refletindo a cultura corporativa da CTG Brasil, seu propósito de "Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala" é o ponto de partida para os instrumentos

normativos da Companhia desde 2019, quando foi definido juntamente com seus valores: Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar.

Norteada por **quatro direcionadores estratégicos**, a CTG Brasil promove soluções e tecnologias que aceleram a transição energética e ajudam a superar os desafios das mudanças climáticas. Com **excelência operacional**, busca operar as usinas com o mais alto padrão de qualidade e segurança, além de conduzir os processos com as melhores práticas de mercado.

A **disciplina financeira** e a **eficiência comercial** estabelecem uma cultura de eficiência, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor e, também, adotem soluções inovadoras para otimizar as compras de energia.

Por meio do **crescimento sustentável**, a Companhia desenvolve competências e vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio. A atuação ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance - Ambiental, Social e Governança) da CTG Brasil engloba ações socioambientais e de governança para um desempenho cada vez mais sustentável que amplia os impactos positivos de sua operação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CTG Brasil é uma subsidiária indireta da China Three Gorges International Limited (CTGI) e suas controladas são constituídas como sociedades por ações e limitadas, contando com estruturas de governança compatíveis com seus portes e modelos de atividades.

Em sua atuação, a Companhia aplica as melhores práticas do mercado ao processo decisorio, monitoramento das atividades e prestação de contas (*accountability*). Em 2023, obteve o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), listada como companhia classe A, tendo instituído um modelo de governança equivalente ao de empresas listadas no Novo Mercado da B3. Em 2023, o Conselho de Administração (CA), instância máxima de governança da CTG Brasil, atua com dois membros independentes e é assessorado pelos comitês de Auditoria, Riscos e Partes Relacionadas (estatutário) e de Pessoas e ESG. Órgão responsável pela condução dos negócios, o Comitê Executivo (EB - Executive Board) reúne o CEO e vice-presidentes e se reporta ao CA.

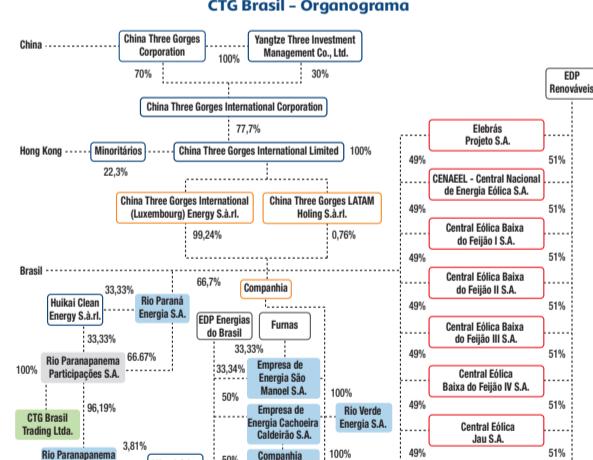
Em 2023, a Companhia conduziu uma remodelação organizacional que refletisse a atual maturidade da gestão e respondesse aos desafios da transformação do setor de energia. A mudança buscou aproveitar oportunidades de sinergias internas, simplificar a estrutura e adicionar mais eficiência e agilidade aos processos.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (EM 31/12/2023)

Conselho de Administração	
Nome	Cargo
Gao Peng	Presidente do Conselho
Maria Carolina Ferreira Lacerda	Membro do Conselho
Raul Calfat	Membro do Conselho
Wang Shenliang	Membro do Conselho
Wei Junjie	Membro do Conselho
Zhang Liyi	Membro do Conselho

Comitê de Auditoria, Riscos e Partes Relacionadas	
Nome	Cargo
Maria Carolina Ferreira Lacerda	Coordenadora - Membro independente
Maria Helena Pettersson	Membro do Conselho
Raul Calfat	Membro do Conselho
Wei Junjie	Membro do Conselho

Comitê de Pessoas e ESG	
Nome	Cargo
Wang Shenliang	Coordenador
Beatriz Botelho de Oliveira	Membro do Conselho
Raul Calfat	Membro do Conselho



COMPLIANCE E INTEGRIDADE

A CTG Brasil zela pelo desenvolvimento, manutenção e contínua evolução do seu programa de compliance, assim como pela disseminação dos valores corporativos e pela criação de uma cultura de integridade. A Companhia comunica o tema e aplica treinamentos mandatórios para 100% dos colaboradores, que encontram no Código de Ética e Conduta as normas orientadoras sobre os padrões de comportamento esperado em relação às atitudes e decisões fundamentadas na ética profissional e observâncias às políticas internas e leis aplicáveis aos negócios.

O ano foi marcado por um intenso e amplo esforço de divulgação dos princípios e práticas de *compliance* entre toda a força de trabalho (colaboradores e terceiros). Por meio de encontros presenciais e virtuais e com o suporte de variadas ferramentas de comunicação, a CTG Brasil buscou sensibilizar as pessoas quanto à importância de se ter um ambiente saudável de trabalho, em que predominem a confiança e o respeito. As ações ressaltaram também o papel do canal de manifestações Linha Ética e como dar maior efetividade ao seu uso pelos colaboradores.

Como resultado, em 2023, o Programa de Compliance obteve a ISO 37301 e a 37001. O escopo de certificação incluiu a Matriz de Riscos de *Compliance* e envolveu a revisão de todos os processos e políticas pertinentes ao tema, incluindo antissuborno. Também motivou o desenvolvimento e a implementação de controles internos com vistas à mensuração da eficiência do sistema de gestão. Com esse movimento, a Companhia objetiva se preparar para os novos desafios em complexidade e riscos decorrentes da construção de dois grandes complexos de geração de energia renovável.

Há uma observância estrita da adequação dos processos e sistemas internos em

relação à Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2013), bem como à conformidade da Companhia em relação à lei que protege dados pessoais.

Segundo a evolução dos processos de compliance, a *due diligence* de fornecedores e parceiros passou a ser feita em um ambiente automatizado, adicionando celeridade e ganhos de eficiência ao trabalho das diversas áreas envolvidas. A totalidade dos terceiros concluiu o treinamento de Ética e Conduta da Companhia.

PERFORMANCE EM SUSTENTABILIDADE

A Companhia iniciou em 2023 uma revisão da estratégia de sustentabilidade, tendo em vista as demandas dos novos negócios e do mercado, seus compromissos com a transição para uma economia de baixo carbono e o próprio processo de transformação organizacional. Nesse movimento, optou por unificar a agenda de sustentabilidade em uma área de Estratégia, ESG, Comunicação Externa e Relações com Investidores, que responde diretamente ao Conselho de Administração, fortalecendo assim o potencial de disseminação dos compromissos e processos por toda a organização.

Entre as iniciativas relacionadas à temática desenvolvidas em 2023, destacam-se:

Desenvolvimento local - Concluído em 2023, o projeto-piloto de geração de renda Usina de Negócios promoveu o desenvolvimento socioeconômico de três grupos produtivos em comunidades na região



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

-★ continuação

As novas datas estão informadas no quadro a seguir:

Controladas	Contrato de concessão Aneel/ Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão/ autorização	Vencimento concessão/ autorização
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 183/1998	Canoas 1	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 649/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
Rio Canoas Energia S.A.	Nº 03/2010	Garibaldi	UHE	SC	Canoas	191,9	84,9	14/12/2010	11/01/2051
Rio Verde Energia S.A.	Nº 90/2002	Salto	UHE	GO	Verde	116,0	63,2	11/12/2002	06/04/2046
Rio Paraná Energia S.A.	Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047
Rio Paraná Energia S.A.	Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
						7.600,9	3.707,8		

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em termos de resultados operacionais, a Companhia apresentou um crescimento relevante de produção em relação ao ano anterior e continuou a operar acima do limite regulatório de disponibilidade, favorecida pela significativa melhora do cenário hidrológico. As usinas do portfólio alcançaram, em 2023, um total de 30.570 GWh de geração bruta de energia elétrica, desempenho 29,32% acima do ano anterior. Em contrapartida, o setor passou a conviver com a queda de preço de energia, que se acentuou em 2023 em razão do desequilíbrio entre oferta e demanda do insumo para os próximos anos. A disponibilidade do parque gerador encerrou o ano em 95,84%, índice 1,85 ponto percentual acima do limite definido pelo órgão regulador.

Como parte do compromisso de melhoria contínua de processos, o setor de Operações obteve a recertificação da norma ISO 55001 (Gestão de Ativos e Sistema de Gestão), englobando as 14 usinas hidrelétricas e as duas pequenas usinas hidrelétricas. Entre as atividades auditadas pela certificadora está o Plano de Ação de Emergência (PAE), que recebe investimentos desde 2017.

Para garantir a segurança das comunidades no entorno de suas operações, a proteção ao meio ambiente e o uso múltiplo dos reservatórios, a CTG Brasil tem como uma de suas prioridades a gestão responsável e diligente de seus reservatórios e barragens. Todas as barragens administradas pela Companhia são seguras, consideradas de baixo risco e operam dentro do que rege a Lei de Segurança de Barragens.

Em 2023, empresa avançou e está concluindo a implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE). Todas as rotas de evacuação nas Zonas de Autossalvamento (ZAS) já foram implementadas e estão ocorrendo os últimos testes das sirenes do sistema de alerta sonoro, por meio de 36 torres. O próximo passo será a realização dos exercícios simulados em conjunto com os órgãos de Defesa Civil e com a participação das comunidades localizadas na ZAS.

Diversas iniciativas foram efetivadas para modernizar e melhorar o sistema de monitoramento de barragens. Implementado nas usinas Ilha Solteira, Jupiá e Salto, o processo de automação possibilita coleta de dados em tempo real para os instrumentos, processo fundamental na identificação de eventuais anomalias nas estruturas.

Períodos de estiagem prolongada ou de fortes chuvas alteram os padrões normais de operação. Para assegurar a boa gestão dessas situações, a CTG Brasil conta com o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEM), um plano de ação que prevê medidas operacionais e critérios para emissão de boletins de alerta e avisos às prefeituras e Defesas Civis. Durante o período de cheias, as comunidades são continuamente informadas das vazões que estão sendo liberadas nas usinas por meio do Boletim Informativo de Vazões (BIV). A companhia também disponibiliza o canal de atendimento Telecheias (0800 770 2428) 24 horas por dia, sete dias da semana.

ENTRADA EM RENOVAVEIS

Os projetos greenfield em energia renovável tiveram avanços em 2023 de acordo com o cronograma traçado. Juntos, os empreendimentos representam o maior investimento da CTG em projetos fora da China e as obras encontram-se em andamento, conduzidas em paralelo.

As premissas da Companhia para a entrada em renováveis representam um diferencial competitivo em relação ao mercado e vem se confirmando.

- Compra de equipamentos a preços abaixo do benchmark;
- Possibilidade de financiamento em moeda estrangeira protegido de variação cambial e custo inferior ao CDI;
- Compra de equipamentos beneficiada pelo fato de fazer parte de um grupo global.

Complexo Solar Fotovoltaico Arinos, no Noroeste de Minas Gerais - Conclusão da supressão vegetal, iniciadas as movimentações de solo e obras civis, entrega de equipamentos, comissionamento da subestação e linha de transmissão de energia e execução de agenda e investimentos socioambientais com comunidades locais. Com investimento total estimado de R\$ 2,1 bilhões, com capacidade instalada prevista de 340 MW, o início da operação comercial está previsto para o final do primeiro semestre de 2024.

Complexo Eólico Serra da Palmeira, no Seridó Paraibano - Realização de audiências públicas e obtenção de licenças ambientais e alvarás, obtenção de aproximadamente 400 direitos de uso de terra compreendidos entre linha de transmissão e parque eólico, implantação do escritório local e adensamento de equipe técnica própria, mobilização de contratos com empreiteiras, inauguração de canteiro de obras e execução de agenda e investimentos socioambientais com comunidades locais nos cinco municípios diretamente atingidos pelas obras do parque, contemplando também as comunidades dos demais municípios do entorno impactados pela linha de transmissão. Investimento total: R\$ 4,3 bilhões. Capacidade: 648 MW. Início da operação comercial previsto para 2025.

Em relação ao terceiro projeto em desenvolvimento no segmento de energia renovável, o complexo eólico Dom Inocêncio, no Piauí, a CTG Brasil optou por vender sua participação. A decisão de exercer a opção de venda ocorreu em razão de restrições regulatórias que impossibilitariam o escoamento da totalidade da energia autorizada para o complexo. A escolha se fundamenta no propósito de otimizar a gestão de recursos e operação da Companhia.

MODERNIZAÇÃO DAS UHEs

Teve continuidade em 2023 a modernização das UHEs operadas pela Rio Paraná Energia dentro dos parâmetros planejados, com a conclusão prevista para 2038. A segunda fase de execução do projeto nas UHEs Jupiá e Ilha Solteira está em andamento com seis unidades já modernizadas e duas unidades em processo de modernização, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2024.

As melhorias operacionais obtidas até o estágio atual do projeto foram reconhecidas pelos órgãos reguladores com a ampliação do limite de disponibilidade. Desde o início do projeto, em 2017, dez máquinas foram reformadas nas duas usinas, construídas na década de 1970. As ações de renovação do segundo lote contemplaram a instalação, substituição e montagem de seis unidades geradoras (turbinas, geradores e sistemas auxiliares), além da etapa de testes.

No total, a modernização exigirá um investimento de R\$ 3 bilhões até a conclusão em 2038. Na implementação do terceiro momento do projeto, está planejada a renovação de mais seis unidades geradoras. O processo de licitação e contratação dos fornecedores teve início em 2023, com previsão de contratação ainda no primeiro semestre de 2024.

O projeto colocará as UHEs em um novo patamar de performance de longo prazo, sobressaindo-se quanto a disponibilidade, confiança, alto nível de automação, redução de custos de manutenção e reforço das condições de segurança de pessoal e equipamentos, entre outros avanços. As medidas preparam as UHEs para atuar por mais 50 anos em um alto nível de eficiência e produtividade.

GERAÇÃO DE ENERGIA (GWh)

Usinas	Triênio			(2022 x 2023)	Variação percentual
	2021	2022	2023		
Rio Paraná	14.930,00	15.637,00	18.025,00	15,3%	
Rio Paranapanema	5.382,51	6.770,00	11.100,00	63,9%	
Rio Canoas	535,17	872,90	983,50	12,7%	
Rio Verde	470,22	358,30	462,30	29,0%	
Total	21.317,90	23.638,20	30.570,80	29,3%	

www.ctgbr.com.br

CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

Efeito desfavorável de R\$ 113,8 milhões na linha de contratos futuros de energia em razão da aplicação de metodologia de marcação a mercado (MTM).

www.ctgbr.com.br



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

-★ continuação

- Redução de R\$ 244,1 milhões na despesa de atualização monetária referente ao passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, na controlada Rio Paraná. Essa queda se justifica pela redução na projeção futura esperada para os índices de inflação IPCA e IGP-M que são os índices que atualizam esse passivo;
- Redução de R\$ 75,4 milhões nas despesas com juros relativos ao empréstimo mantido pela controlada Rio Paraná junto ao Banco Mitsubishi. Essa dívida foi liquidada no mês junho de 2023;
- Redução de R\$ 68,9 milhões na despesa com atualização monetária referente à liminar mantida pela controlada Rio Paranapanema na ação que discute a redução de garantia física. Essa queda deu-se basicamente em razão da deflação medida no IGP-M em 2023;
- Redução de R\$ 63,9 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela controlada Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo, principalmente em virtude do menor saldo da dívida, bem como das antecipações de amortizações efetuadas durante o ano de 2023;
- Efeito negativo de R\$ 49,5 milhões no resultado líquido decorrente da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelo menor saldo da dívida na comparação entre os períodos e, também, em virtude de uma pequena redução na valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2023. Em 2023, houve valorização de 6,3% (de R\$ 5.2177 para R\$ 4.8900) enquanto em 2022 a moeda brasileira já tinha valorizado 6,5% (de R\$ 5.5805 para R\$ 5.2177);
- Aumento de R\$ 19,1 milhões nas receitas com aplicação financeira, principalmente em função do maior saldo médio de caixa durante a maior parte do exercício de 2023;
- Aumento de R\$ 15,8 milhões na variação monetária e juros incidentes sobre as debêntures, basicamente em virtude do primeiro ano completo do reconhecimento dos juros da debênture captada pela controlada Rio Paraná em junho/22, parcialmente compensada pela redução nas demais debêntures do Grupo em razão da redução do IPCA e CDI na comparação entre os dois períodos.

ENDIVIDAMENTO

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Debêntures	2.822.804	3.114.824	-9,4%
Curto prazo	683.828	393.049	74,0%
Longo prazo	2.138.976	2.721.775	-21,4%
Empréstimos	–	675.707	-100,0%
Curto prazo	–	675.707	-100,0%
Financiamentos	277.524	325.892	-14,8%
Curto prazo	52.460	52.111	0,7%
Longo prazo	225.064	273.781	-17,8%
Partes relacionadas	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Curto prazo	381.345	818.266	-53,4%
Longo prazo	746.367	1.608.791	-53,6%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.698.042)	(2.383.790)	-28,8%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(24.566)	(25.039)	-1,9%
Dívida líquida	2.505.432	4.134.651	-39,4%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

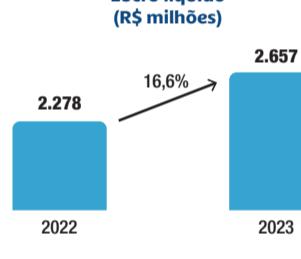
Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 39,4% ou R\$ 1.629 milhões na comparação com a posição final de 2022. Essa redução se deu principalmente em razão das antecipações de amortizações das parcelas do empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Controlada Rio Paraná junto à CTG de Luxemburgo, bem como, da liquidação do empréstimo desta Controlada junto ao Banco Mitsubishi e amortizações das debêntures do Grupo ocorridas durante o ano. Em 2023, não houve novas emissões de dívidas no Grupo.

Controladas	Dívidas	Remuneração	Vencimento	Consolidado		Variação
				2023	2022	
Rio Paraná Energia S.A.	China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/05/2025	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Rio Paraná Energia S.A.	Tokyo - Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	–	675.707	-100,0%
Rio Canoas Energia S.A.	BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	212.833	238.861	-10,9%
Rio Canoas Energia S.A.	BNDES	TJLP	16/06/2031	1.122	1.216	-7,7%
Rio Verde Energia S.A.	BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	58.934	79.606	-26,0%
Rio Verde Energia S.A.	BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	4.635	6.209	-25,4%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	–	146.971	-100,0%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	–	84.876	-100,0%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	227.239	216.975	4,7%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	190.441	191.056	-0,3%
Rio Paranapanema Energia S.A.	Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	338.258	339.352	-0,3%
Rio Paraná Energia S.A.	Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	–	119.229	-100,0%
Rio Paraná Energia S.A.	Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	326.810	312.655	4,5%
Rio Paraná Energia S.A.	Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	204.850	204.819	0,0%
Rio Paraná Energia S.A.	Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	745.671	709.409	5,1%
Rio Paraná Energia S.A.	Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	789.535	789.482	0,0%
				4.228.040	6.543.480	-35,4%

LUCRO LÍQUIDO

O ano de 2023 se mostrou desafiador, uma vez que, com o cenário hidrológico positivo houve um maior volume de energia disponível e uma menor necessidade de compra de energia. Por outro lado, os preços de energia se mantiveram em patamares baixos durante todo ano. Dentro desse cenário, o Grupo CTG apresentou mais um ano com ótimo desempenho de resultados com destaque para a melhora no resultado financeiro.

O lucro líquido consolidado foi de R\$ 2.657 milhões o que representa um crescimento relevante de R\$ 378,9 milhões ou +16,6% em relação ao bom desempenho obtido no ano de 2022.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022	Nota	2023	2022	
Ativo Circulante						Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	452.102	661.743	1.698.042	2.383.790	Fornecedores	15	10.874	15.137
Clientes	6	–	–	689.232	644.174	Salários, provisões e contribuições sociais		33.365	32.200
Tributos a recuperar	7	49.689	47.046	60.927	58.861	Tributos a recolher	7	55.918	46.441
Repatuação do risco hidrológico	8	–	–	259	259	Encargos setoriais	16	–	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	–	–	1.232.556	1.182.734	Indenização socioambiental		–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	10	575.347	496.828	34.643	41.258	Empréstimos	17	–	–
Partes relacionadas	22	12.531	9.835	1.045	1.015	Financiamentos	18	–	–
Serviços em curso		–	–	64.619	76.135	Debêntures	19	–	–
Contratos futuros de energia	25	–	–	136.786	244.253	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	20	2.141.883	1.691.383
Outros créditos		6.833	13.099	59.994	59.357	Uso do bem público (UBP)	21	–	–
Total do ativo circulante	1.096.502	1.228.551	3.978.103	4.691.836		Partes relacionadas	22	–	–
Não circulante						Provisões para grandes reparos	23	–	–
Realizável a longo prazo						Provisões para riscos	24	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	–	–	24.566	25.039	Contratos futuros de energia	25	–	–
Clientes	6	–	–	–	1.005	Outras obrigações		9.515	9.866
Tributos a recuperar	7	–	–	2.409	2.358	Total do passivo circulante	2.251.555	1.795.027	5.179.215
Tributos diferidos	31.2	146	–	204.242	150.618	Não circulante			
Repatuação do risco hidrológico	8	–	–	5.355	5.614	Fornecedores	15	7.343	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	–	–	11.013.212	10.727.356	Tributos diferidos	31.2	–	–
Depósitos judiciais	11	45	–	660.204	602.668	Encargos setoriais	16	–	–
Contratos futuros de energia	25	–	–	66.311	168.118	Indenização socioambiental		–	–
Outros créditos		613	1.407	1.877	2.920	Financiamentos	18	–	–
		804	1.407	11.978.176	11.685.696	Debêntures	19	–	–
Investimentos	12	14.254.276							



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(* continuação) (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	28	—	—	6.042.497	5.961.607
Contratos futuros de energia	25.3	—	—	(104.238)	—
Custos operacionais					
Pessoal		—	—	(174.060)	(167.161)
Material		—	—	(16.206)	(17.114)
Serviços de terceiros		—	—	(78.839)	(87.310)
Energia comprada	29.2	—	—	(562.691)	(712.289)
Depreciação e amortização	13 e 14	—	—	(581.236)	(589.677)
Encargos de uso da rede elétrica	29.3	—	—	(418.667)	(388.554)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		—	—	(111.401)	(71.566)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		—	—	(12.307)	(12.176)
Seguros		—	—	(21.649)	(19.156)
Alugueis		—	—	(590)	(633)
Provisões para riscos	24.2	—	—	(61.270)	(1.139)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.2	—	—	(6.469)	—
Outros		—	—	(25.805)	(5.556)
Resultado bruto		—	—	(2.071.190)	(2.072.331)
Outros resultados operacionais		—	—	3.867.069	3.889.276
Pessoal		(118.334)	(111.343)	(141.844)	(141.209)
Material		(555)	(622)	(1.307)	(1.636)
Serviços de terceiros		(40.102)	(29.899)	(67.028)	(52.685)
Depreciação e amortização	13 e 14	(15.255)	(12.785)	(84.738)	(81.669)
Seguros		(535)	(506)	(791)	(868)
Alugueis		(1.645)	(1.029)	(2.193)	(1.828)
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	24.2	(115)	—	2.362	464
Compartilhamento de despesas	22.4	87.271	84.999	—	—
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	13	—	—	—	(30.518)
Contratos futuros de energia	25.3	—	—	—	9.532
Outros		(9.594)	(9.590)	(11.425)	(26.759)
Resultado de participações societárias		(98.864)	(80.775)	(306.964)	(327.176)
Equivalência patrimonial	12	1.897.425	1.630.360	103.206	99.590
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.897.425	1.630.360	103.206	99.590
Resultado financeiro	30	1.798.561	1.549.585	3.663.311	3.661.690
Receitas		27.265	11.767	690.706	1.083.461
Despesas		(7.763)	(7.174)	(818.907)	(1.633.562)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.818.063	1.554.178	3.535.110	3.111.589
Imposto de renda e contribuição social	31	—	—	—	—
Corrente		(1.850)	(3.587)	(600.811)	(583.160)
Diferido		—	—	(277.007)	(250.015)
Lucro líquido do exercício		1.816.213	1.550.591	2.657.292	2.278.414
Atribuível a					
Acionistas controladores		1.816.213	1.550.591	1.816.213	1.550.591
Acionistas não controladores		—	—	841.079	727.823
Lucro líquido básico e diluído por ação	32	1.816.213	1.550.591	2.657.292	2.278.414
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				1.818.063	1.554.178
Ajustes em:					
Equivalência patrimonial	12.2			(1.897.425)	(1.630.360)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		6.2	—	—	—
Depreciação e amortização	13.3 e 14.3			15.255	12.785
Reversão parcial de perda pela não recuperabilidade de ativos				6.469	—
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	13.3 e 14.3			—	30.518
Juros e variação monetária de ativos financeiros	9.3			297	527
Apropriação de juros sobre empréstimos	17.4			—	3.387
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos	18.6			44.008	(1.675.249)
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	19.4			—	119.437
AVP e variação monetária sobre UBP	21.3			—	5.368
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	22.5			—	(71.563)
Atualização e amortização AVP sobre provisão de grandes reparos	23.3			—	361.199
Variação monetária sobre depósitos judiciais				(11)	(52.236)
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos	24.2			131	75.827
Contratos futuros de energia	25			—	24.728
Variação monetária referente a liminar CCEE				—	(31.084)
Outras variações	(2.484)			—	14.664
Variação nos ativos e passivos				5.7	1.573
Clientes	9.3			—	33.549
Ativo financeiro vinculado à concessão				—	1.175.583
Partes relacionadas		(2.696)		(1.680)	433
Serviços em curso		—		—	(30.116)
Depósito judicial	11.2			(25)	—
Fornecedores		3.079		6.191	57
Salários, provisões e contribuições sociais		1.165		6.577	2.481
Encargos setoriais		—		—	12.695
Capitalização de debêntures	19.4			—	33.549
Uso do bem público (UBP)	21.3			—	134.458
Provisões para grandes reparos	23.3			—	(3.566)
Provisão para riscos	24.2			(452)	(28.068)
Impostos, taxas e contribuições		21.092		9.624	(184.778)
Outras variações ativas e passivas		1.919		(9.020)	(164.450)
Caixa (aplicado nas) e gerado pelas operações		(42.200)	(51.408)	3.661.664	3.430.935
Recebimento de dividendos	10.2			397.464	68.749
Recebimento de juros sobre o capital próprio	10.3			430.468	32.100
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.796)		248.108	21.441
Pagamento de juros sobre empréstimos	17.4			—	(120.210)
Pagamento de juros sobre financiamentos	18.6			—	(28.068)
Pagamento de juros sobre debêntures	19.4			—	(302.671)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures		—		—	(93.596)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	22.5			—	(126.363)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		782.936	353.823	2.706.081	2.460.916
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
(Aporte)/redução de capital	12.2			(9.106)	100.000
Adições no ativo imobilizado e intangível	13.3 e 14.3			(50.398)	(1.106.328)
Caixa líquido de controlada incorporada	1.8.1.1			8.832	—
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(992.577)	(248.279)	(1.006.328)	(317.229)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Valor recebido pela emissão de debêntures		—	—	—	800.000
Custo de transação pela emissão de debêntures		—	—	—	(3.065)
Pagamento de empréstimos	17.4			—	(675.000)
Pagamento de financiamentos	18.6			—	(51.527)
Pagamento de debêntures	19.4			—	(283.350)
Pagamento de partes relacionadas	22.5			—	(1.141.968)
Pagamento de dividendos	20.2			—	(48.878)
Pagamento de juros sobre capital próprio	20.3			—	(184.778)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		—	—	(2.385.501)	(1.077.758)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(209.641)	105.544	(685.748)	1.065.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		661.743	556.199	2.388.790	1.317.861
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		452.102	661.743	1.698.042	2.383.790
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(209.641)	105.544	(685.748)	1.065.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*continuação

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receitas										
Venda de energia	28	—	—	5.103.792	4.954.157					
Receita de ativos financeiros	28	—	—	1.596.837	1.675.249					
Outras receitas		18.483	303	35.741	2.583					
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6	—	—	(6.469)	—					
Insumos adquiridos de terceiros										
Energia comprada e encargos de uso da rede	29	—	—	(1.080.036)	(1.210.384)					
Contratos futuros de energia	25	—	—	(104.238)	9.532					
Materiais e serviços de terceiros		46.615	54.478	(163.472)	(158.833)					
Outros custos operacionais		(27.159)	(8.163)	(150.283)	(51.616)					
Valor adicionado bruto										
Depreciação e amortização		13 e 14	(15.255)	(12.785)	(665.974)	(671.346)				
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos		—	—	—	(30.518)					
Valor adicionado líquido produzido										
Equivalência patrimonial		12	1.897.425	1.630.360	103.206	99.590				
Outras receitas financeiras			143.239	122.336	824.714	1.214.116				
Valor adicionado recebido em transferência										
2.040.664	1.752.696	927.920	1.313.706							
Valor adicionado total a distribuir										
2.063.348	1.786.529	5.493.818	5.832.530							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("Companhia" ou "CTG Brasil"), também referida isoladamente ou em conjunto com suas Controladoras como Grupo, é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A. O Grupo é controlado pela China Three Gorges Corporation (CTG), estatal chinesa estrategicamente posicionada no segmento de energia limpa, com presença mundial e foco na geração de energia hidrelétrica de grande porte.

O Grupo tem por objeto social participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos e participar em fundos de investimentos.

Desde o início de suas operações, o Grupo vem crescendo no mercado de energia por meio de aquisições de participações societárias relevantes em usinas de geração de energia renovável, com destaque para usinas hidrelétricas.

Em 23 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício 6/2023/CVM/SEP, confirmou o deferimento pelo pedido de registro da Companhia como categoria "A".

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 1.201.112, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante das parcelas de debêntures referente a 8ª emissão série 2ª e 9ª emissão série 1, na Controlada indireta Rio Paranapanema Energia;
- Transferência para o passivo circulante das parcelas de debêntures referente a 1ª emissão série 2ª e 2ª emissão série 1, na Controlada Rio Paraná Energia;
- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contarão com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Projetos Greenfield

Destinam-se à geração de energias renováveis eólica e solar e no total a CTG Brasil adicionará 1 GW de capacidade instalada (12% de crescimento), com foco na comercialização para sua carteira de clientes do mercado livre. A Diretoria tem o entendimento que as aquisições dos projetos não fizeram parte do escopo de aplicação das normas contábeis IFRS 3/CPC 15 (Combinações de Negócios), visto que ainda não geram inputs e outputs necessários para serem caracterizados como "negócios".

1.2.1. Serra da Palmeira

O projeto de Serra da Palmeira, localizado no estado da Paraíba, com capacidade instalada prevista de 648 MW, iniciou sua construção no 4º trimestre de 2023, com previsão de entrada em operação comercial até o final de 2025.

1.2.2. Arinos

O projeto Arinos, localizado em Minas Gerais, teve início da construção no 1º trimestre de 2023, com capacidade instalada prevista de 340 MW, e mantém previsão de atingir operação comercial plena até o final de 2024.

1.2.3. Dom Inocêncio Sul

Em 14 de setembro de 2023, em virtude de restrições regulatórias que impossibilitarão o escoamento da totalidade da energia autorizada pela Dom Inocêncio, o Grupo tomou a decisão de exercer a sua opção de venda. Esta escolha se fundamenta no propósito de otimizar a gestão de recursos e operação.

Conforme divulgado no Diário Oficial da União, foi aprovado em 24 de outubro de 2023, sem restrições, o exercício de opção de venda e a respectiva transferência da totalidade das ações.

Em 19 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a operação de venda sobre a totalidade das ações para a Salus - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica no valor de R\$ 16.759.

1.3. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.3.1. Direitos do contrato de concessão

Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1).

A parte remanescente da remuneração paga pelo contrato de concessão da Controlada Rio Paraná foi registrada como um ativo intangível, uma vez que a empresa receberá parte da remuneração do mercado livre mediante capacidade de cobrar das empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas. A amortização é registrada com base no prazo final do contrato de concessão.

1.3.1.1. Usinas hidrelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão/resoluções autorizativas das controladas:

Controladas	Contrato de concessão		Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão/autorização	Vencimento concessão/autorização	Contratadas	Contrato de concessão		Capacidade instalada (MW)	Início da concessão/autorização	Vencimento concessão/autorização	
	Aneel	Resolução autorizativa						Aneel	Resolução autorizativa				
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Jurumirim UHE	SP Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032	Serra da Palmeira Energia 3 Ltda.	Nº 11.825/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Chavantes UHE	SP/PR Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032	Serra da Palmeira Energia 4 Ltda.	Nº 11.826/2022	EOL PB	30,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Salto Grande UHE	SP/PR Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032	Serra da Palmeira Energia 5 Ltda.	Nº 11.827/2022	EOL PB	36,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Capivara UHE	SP/PR Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032	Serra da Palmeira Energia 6 Ltda.	Nº 11.828/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Taquaruçu UHE	SP/PR Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032	Serra da Palmeira Energia 7 Ltda.	Nº 11.829/2022	EOL PB	30,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 76/1999	Rosana UHE	SP/PR Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032	Serra da Palmeira Energia 8 Ltda.	Nº 11.830/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 183/1998	Canoas I UHE	SP/PR Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037	Serra da Palmeira Energia 9 Ltda.	Nº 11.831/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 183/1998	Canoas II UHE	SP/PR Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037	Serra da Palmeira Energia 10 Ltda.	Nº 11.832/2022	EOL PB	30,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 549/2002	Retiro PCH	SP Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034	Serra da Palmeira Energia 11 Ltda.	Nº 11.833/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranapanema Energia S.A.	Nº 706/2002	Palmeiras PCH	SP Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049	Serra da Palmeira Energia 12 Ltda.	Nº 11.834/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Canoas Energia S.A.	Nº 03/2010	Garibaldi UHE	SC Canoas	191,9	84,9	14/12/2010	11/01/2051	Serra da Palmeira Energia 13 Ltda.	Nº 11.835/2022	EOL PB	42,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Verde Energia S.A.	Nº 90/2002	Salto UHE	GO Verde	116,0	63,2	11/12/2002	06/04/2046	Serra da Palmeira Energia 14 Ltda.	Nº 11.836/2022	EOL PB	24,0	12/05/2022	12/05/2057
Rio Paranaí Energia S.A.	Nº 01/2016	Jupiá UHE	SP/MS Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047	Serra da Palmeira Energia 15 Ltda.	Nº 11.837/2022	EOL PB			



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de seu enquadramento no Regime Não Cumulativo, situação em que deverá repassar os valores das alíquotas então pagos à CCEE, à Receita Federal.

Na 16ª sessão da Reunião Pública Ordinária da Diretoria, a Aneel ratificou a determinação para que a CCEE proceda ao "recálculo e recontabilização da (VIC) pagos pelas distribuidoras cotistas no período acima citado, referentes às usinas hidrelétricas outorgadas à Controlada Rio Paraná" através do Despacho Aneel nº 1.326, publicado no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2023.

Com isso, confirmou-se a realização da reapuração dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre a receita fixa das usinas que participam do regime de CCGF, realizada pela CCEE para a competência junho e liquidada em julho de 2023.

Conforme a 16ª sessão da Reunião Pública Ordinária da Diretoria, houve o cumprimento dos Despachos nº 239/23, nº 240/23, nº 241/23, nº 495/23, nº 496/23 e nº 497/23 que determinaram à CCEE o recálculo e recontabilização dos valores de VIC de janeiro de 2016 a janeiro de 2022 referente aos ajustes de PIS/COFINS, resultando na dedução de R\$ 155,5 milhões na liquidação da receita de cotas referente ao mês de junho, registrada em julho de 2023. A partir da apuração inicial houve uma nova revisão da apuração com liquidação complementar de R\$ 20,3 milhões, em outubro de 2023 conforme nota explicativa nº 24.

1.7. Atualização da receita anual de geração - (RAG) ciclo 2023/2024 - Rio Paraná

Foi publicada em 18 de julho de 2023 Resolução Homologatória nº 3.225/2023 para a RAG referente ao período de julho de 2023 até junho de 2024, devido aos excelentes índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 31,4 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (AJl) que afere o padrão de qualidade da UHE.

1.8. Incorporações

1.8.1. Incorporação do acervo contábil da CTG Serviços Administrativos Ltda.

Em 01 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a incorporação do acervo líquido contábil da CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. (Incorporada), avaliado na data-base de 31 de julho de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A incorporação consistiu na absorção pela Companhia, da sociedade incorporada com todos os seus ativos e passivos, sendo que a Companhia sucedeu a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

Considerando o fato da Incorporada ser uma Sociedade não operacional, a presente transação foi o melhor caminho para se alcançar maior eficiência administrativa, operacional e tributária para o Grupo, simplificando a estrutura societária no Brasil e reduzindo os custos e despesas administrativas da Companhia.

A Incorporação ocorreu sem a necessidade de aumento de capital e sem atribuições de ações da Companhia.

O acervo líquido da Incorporada foi reconhecido contabilmente em 01 de setembro de 2023 referente à data-base de 31/08/2023.

Como consequência dessa ação, foi registrado na incorporadora todos os ativos e passivos assumidos que estavam representados na conta de investimentos, referentes à participação no capital social da Incorporada.

1.8.1.1. Acervo líquido incorporado

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Tributos a recuperar

Outros créditos

Total do ativo circulante

Não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos diferidos

Depósitos judiciais

Imobilizado

Total do ativo não circulante

Total do ativo

Passivo

Circulante

Fornecedores

Tributos a recolher

Total do passivo circulante

Não circulante

Provisões para riscos

Total do passivo não circulante

Total do passivo

Acervo líquido contábil

O acervo líquido contábil incorporado pela Companhia foi reconhecido através da baixa do investimento.

1.8.2. Incorporação do acervo contábil da Controlada Indireta Rio Paraná Eclusas Ltda.

Em 01 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na Controlada Rio Paraná Energia S.A. a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Paraná Eclusas Ltda. (Incorporada), avaliado na data-base de 31 de julho de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Considerando o fato da Incorporada ser uma Sociedade não mais operacional, a presente transação, constitui no entendimento da Diretoria, o melhor caminho para se alcançar maior eficiência administrativa, operacional e tributária para o Grupo, simplificando a estrutura societária no Brasil.

A Incorporação ocorreu sem a necessidade de aumento de capital e sem atribuições de ações da Rio Paraná Energia S.A.

O acervo líquido da Incorporada, foi reconhecido contabilmente em 01 de setembro de 2023 referente a data-base de 31/08/2023.

Como consequência dessa ação, foi registrado na incorporadora todos os ativos e passivos assumidos que estavam representados na conta de investimentos, referentes à participação no capital social da Incorporada.

1.8.3. Incorporação do acervo contábil da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 01 de dezembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na Controlada indireta Rio Paranapanema Energia S.A. a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliado na data-base de 31 de agosto de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por meio do Despacho Aneel nº 4.907 de 14 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023, a Aneel anuiu o pedido de transferência das autorizações das PCHs Retiro e Palmeiras, anteriormente delidas pela Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. para a Rio Paranapanema Energia S.A. Com esta operação a Rio Paranapanema Energia passa a ser a titular dos direitos e obrigações intraterritoriais relativas a esses ativos.

A incorporação consistiu na absorção pela Controlada indireta Rio Paranapanema Energia S.A., da sociedade incorporada com todos os seus ativos e passivos, sendo que a Controlada indireta Rio Paranapanema Energia S.A. sucedeu a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

A Controlada indireta Rio Paranapanema Energia S.A. e a Incorporada são sociedades do mesmo grupo econômico, sendo a Controlada indireta Rio Paranapanema Energia S.A. a única quotista da incorporada.

1.9. Companhias controladas:

1.9.1. Rio Paraná Energia S.A.

O Grupo detém 66,67% da Controlada Rio Paraná Energia S.A. (Rio Paraná), uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria B, que possui o contrato de concessão nº 01/2016 firmado com o Ministério de Minas e Energia - MME, com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016, advindo do leilão E-1/E-2 nº 12/2015, realizado para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos da Geração (GAG) e do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), os quais compõe sua remuneração, denominada de Receita Anual de Geração (RAG). O contrato de concessão regula a concessão de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Jupiá e da Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

1.9.2. Rio Verde Energia S.A.

Rio Verde Energia S.A. (Rio Verde) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Na condição de produtora independente de energia elétrica tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto" ou "Usina"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, com potência instalada de 116MW e energia assegurada de 66,1MWm.

Foi objeto do leilão nº 001/2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 - Aneel, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002 (término da concessão em 11 de dezembro de 2037), podendo ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Rio Verde, das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. Com assinatura do 5º termo do aditivo do contrato de concessão e o acordo do GSF, o término da concessão passou a ser de 06 de abril de 2046.

1.9.3. Rio Canoas Energia S.A.

Rio Canoas S.A. (Rio Canoas) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Na condição de produtora independente de energia elétrica, tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), localizado no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no estado de Santa Catarina, com potência instalada de 191,9MW e energia assegurada de 86,3MWh.

Foi objeto do leilão A-5 nº 03/2010 da Aneel que originou o contrato de concessão nº 003/2010 - Aneel, com prazo de 35 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 2010 (término da concessão em dezembro de 2045), na qual a Resolução Autorizativa Aneel nº 6087, de 18 de outubro de 2016, Processo 48500.000269/2016-57, alterou o termo final da outorga da concessão da UHE Garibaldi, cadastrada sob o Código Único de Empreendimento de Geração (CEG) UHE. PH.SC.030415-8.01, para 19 de julho de 2046, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Rio Canoas, das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

Conforme Portaria nº 387, de 19 de dezembro de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante da garantia física de energia da UHE Garibaldi, que passou de 83,1MW médio para 86,3MW médio, com o acréscimo de 3,2MW médio de garantia física. Com isso, passou da potência instalada de 189,0MW para 191,9MW.

1.9.4. CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.

CTG Brasil Negócios de Energia Ltda. (CTGN) é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 29 de junho de 2011, na condição de comercializadora de energia elétrica.

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de consultoria técnica e consultiva, participar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como em qualquer outra entidade, associação ou organismo associado à comercialização de energia elétrica, participar em outras companhias como quotista ou acionista.

1.9.5. Rio Paranapanema Participações S.A.

Paranapanema Participações foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel, vinculadas ao MME.

1.9.5.1. Rio Paranapanema Energia S.A.

Rio Paranapanema Energia S.A. (Rio Paranapanema Energia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, tem a capacidade instalada em operação de 2.297,8 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II, PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

1.9.5.2. CTG Brasil Trading Ltda.

CTG Brasil Trading Ltda. é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP. Esteve com suas atividades operacionais paralisadas desde 2013, quando foi desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), até setembro de 2020, quanto teve seus registros reativados na Aneel segundo despacho 2.371/2020 e na CCEE por meio da reunião 048/2020. Nos termos de seu contrato social, tem como atividades principais a comercialização de energia a consumidores livres; prestação de serviços necessários ou correlatos às atividades de comercialização e importação de energia no âmbito do setor elétrico brasileiro e/ou de outros países.

Em outubro de 2020, a sociedade começou a operar contratos futuros de energia, a fim de auferir resultados com a venda de energia também no mercado futuro, dentro de uma política que considera limites de riscos preestabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, conforme previsto no IFRS 9/CPC 48.

1.9.6. Arinos Energias Renováveis S.A.

Arinos Energias Renováveis S.A. (Arinos) é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto: a operação e exploração, de forma direta ou por meio das subsidiárias, de direitos decorrentes de contratos de concessão, permissão ou autorização, desenvolver o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia elétrica resultantes da utilização de fontes eólicas e solar. Representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros e participação em outras sociedades como acionista.

1.9.7. Serra da Palmeira Energias Renováveis S.A.

Serra da Palmeira Energias Renováveis S.A. (Serra da Palmeira) é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia Energética do Jari (CEJA), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objeto as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. A CEJA é detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), por meio do contrato de concessão nº 04/2002, celebrado junto à Aneel, cuja validade se encerrará em 2045.

1.10. Participações societárias

O Grupo possui participações nos empreendimentos descritos a seguir, controlados em conjunto a partir de acordos de acionistas, nos percentuais descritos na nota explicativa nº 12.

1.10.1. Participação acionária em empresas controladas em conjunto com a EDP - Energias do Brasil

1.10.1.1. Companhia Energética do Jari (CEJA)

Companhia Energética do Jari (CEJA), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto: a operação e exploração, de forma direta ou por meio das subsidiárias, de direitos decorrentes de contratos de concessão, permissão ou autorização, desenvolver o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia elétrica resultantes da utilização de fontes eólicas e solar. Representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros e participação em outras sociedades como acionista.

1.10.1.2. Cachoeira Cal



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-★ continuação

3.3. Adoção as normas da contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não geraram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/IFRS 17);
 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (CPC 36 (R3)/IFRS 10) e (CPC 18 (R2)/IAS 28);
 - Divulgação de Políticas Contábeis à (CPC 26 (R1)/IAS 1) e IFRS Declaração da Prática 2;
 - Definição de Estimativas Contábeis (CPC 23/IAS 8); e
 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação e Reforma da Tributação Corporativa Internacional (CPC 32/IAS 12).
- Alteração de pronunciamentos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.
- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
 - Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16)
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7)

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Grupo.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos, financiamentos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado

Dívida

	Controladas	Remuneração	Consolidado					
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 1ª emissão série 2	Rio Paraná Energia S.A.	Variação IPCA + 6,15% ao ano	—	—	181.077	176.897	—	357.974
Debêntures 2ª emissão série 1	Rio Paraná Energia S.A.	Variação DI + 1,20% ao ano	—	—	207.332	—	—	207.332
Debêntures 2ª emissão série 2	Rio Paraná Energia S.A.	Variação IPCA + 4,63 % ao ano	—	—	36.222	37.431	1.147.325	1.220.978
Debêntures 3ª emissão série única	Rio Paraná Energia S.A.	Variação DI + 1,29% ao ano	—	—	98.115	81.979	877.258	1.057.352
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	Rio Paraná Energia S.A.	4,29% + Dólar	—	—	414.076	802.797	—	1.216.873
BNDES	Rio Verde Energia S.A.	TJLP	2.320	4.578	20.069	25.180	17.738	69.885
BNDES	Rio Canoas Energia S.A.	TJLP	3.776	7.413	32.847	41.636	188.202	273.874
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Parapanamena Energia S.A.	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	—	122.473	—	120.706	—	243.179
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Parapanamena Energia S.A.	Variação DI + 1,40% ao ano	192.333	—	—	—	—	192.333
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Parapanamena Energia S.A.	Variação DI + 1,65% ao ano	22.197	—	21.320	186.855	168.282	398.654
			220.626	134.464	1.011.058	1.473.481	2.398.805	5.238.434

4.2. Risco de aceleração de dívidas

O Grupo possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que para quase todas as controladas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (notas explicativas nº 18,19 e 20).

4.3. Risco de regulação

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de o Grupo operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado do Grupo.

O Grupo utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 24.

4.5. Análise da sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo financeiro vinculado a concessão, empréstimos, financiamentos, debêntures, UBP e provisão para grandes reparos, ao qual o Grupo está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro do Grupo, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Controladora				
				Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/(perda)	
Ativos financeiros				452.019	52.660	41.360	(11.300)	
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	452.019	52.660	41.360	(11.300)	
Total da exposição líquida								
Instrumentos financeiros	Controlada	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/(perda)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	1.697.089	197.711	155.284	(42.427)
Aplicações financeiras vinculadas	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	24.566	2.862	2.248	(614)
Ativo financeiro vinculado a concessão	Rio Paraná Energia S.A.	IPCA	4,53%	4,16%	12.245.768	554.425	509.735	(44.690)
Passivos financeiros								
Debêntures 1ª emissão série 2	Rio Paraná Energia S.A.	IPCA + 6,15% ao ano	4,53%	4,16%	(326.810)	(35.805)	(34.539)	1.266
Debêntures 2ª emissão série 1	Rio Paraná Energia S.A.	DI + 1,20% ao ano	11,65%	9,15%	(204.850)	(26.610)	(21.427)	5.183
Debêntures 2ª emissão série 2	Rio Paraná Energia S.A.	IPCA + 4,63% ao ano	4,53%	4,16%	(745.671)	(69.848)	(67.001)	2.847
Debêntures 3ª emissão série única	Rio Paraná Energia S.A.	DI + 1,29% ao ano	11,65%	9,15%	(789.535)	(103.352)	(83.359)	19.993
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	Rio Paraná Energia S.A.	4,29% + Dólar	4,84	4,98	(1.127.712)	(1.176.091)	(1.210.977)	(34.886)
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Parapanamena Energia S.A.	IPCA + 5,50% ao ano	4,53%	4,16%	(227.239)	(23.352)	(22.477)	875
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Parapanamena Energia S.A.	DI + 1,40% ao ano	11,65%	9,15%	(190.441)	(25.163)	(20.335)	4.828
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Parapanamena Energia S.A.	DI + 1,65% ao ano	11,65%	9,15%	(338.258)	(45.639)	(37.043)	8.596
BNDES	Rio Canoas Energia S.A.	TJLP + 2,34% ao ano	7,00%	6,57%	(212.833)	(20.227)	(19.281)	946
BNDES	Rio Canoas Energia S.A.	TJLP	7,00%	6,57%	(1.122)	(79)	(74)	5
BNDES	Rio Verde Energia S.A.	TJLP + 1,81% ao ano	7,00%	6,57%	(58.934)	(5.267)	(5.006)	261
Uso do bem público (UBP)	Rio Verde Energia S.A.	TJLP + 2,16% ao ano	7,00%	6,57%	(4.635)	(432)	(411)	21
Uso do bem público (UBP)	Rio Canoas Energia S.A.	IPCA	4,53%	4,16%	(12.627)	(572)	(526)	46
Provisão para grandes reparos	Rio Verde Energia S.A.	IGPM	-3,18%	3,75%	(23.423)	745	(878)	(1.623)
Provisão para grandes reparos	Rio Paraná Energia S.A.	IPCA	4,53%	4,16%	(1.130.455)	(51.181)	(47.056)	4.126
Rio Paraná Energia S.A.	IGPM	-3,18%	3,75%	(753.636)	23.964	(28.245)	(52.209)	
Total da exposição líquida				(6.148.181)	(1.558.908)	(1.598.634)	(39.726)	
				7.819.242	(803.			



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.1. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
AAA	AAA	AAA	—	13.325	175.116	492.029
AA	AA	AA	—	—	—	10
AAA	AA	—	—	1.087	—	1.087
AAA	—	AAA	—	55.473	—	240.044
AAA	—	—	90.789	—	507.854	2
AAA	AAA	—	130.481	341.866	359.053	731.836
AAA	AAA	AA	—	—	—	28.802
—	AA	—	100.681	249.992	384.285	915.019
AAA	AA	AAA	1.229	—	1.229	—
—	AAA	AAA	128.921	—	295.070	—
—	AA	AA	—	—	—	—
			452.102	661.743	1.722.608	2.408.829

6. CLIENTES**6.1. Política contábil**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O Grupo não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes do Grupo são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF) celebrado com as distribuidoras de energia, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) que tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vencidas à época e valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	Consolidado					
	À vencer	Vencidos				
Até 90 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	(-) PECLD	2023	2022	
Contratos ACL	283.954	6.983	1.772	(6.469)	286.240	308.681
Contratos ACR	300.017	165	—	—	300.182	288.775
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	102.810	—	—	—	102.810	47.723
	686.781	7.148	1.772	(6.469)	689.232	645.179

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria do Grupo não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pelo Grupo referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2023 houve constituição de PECLD no valor de R\$ 6.469 na Controlada Rio Paraná, referente a uma multa gerada pelo não cumprimento de cláusula contratual relativa à compra de energia elétrica no ACL.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito do Grupo de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais do Grupo possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes do Grupo com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através da Marcação a Mercado (MTM - Market-to-Market) e do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Diretoria não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER**7.1. Política contábil**

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pelo Grupo com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

Ativo	Controladora			Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo negativo/Antecipações de IRPJ e CSLL	49.600	47.018	54.326	819	48.566	819
PIS e COFINS a recuperar	—	—	593	—	5.273	—
INSS a recuperar	—	—	424	1.590	395	1.539
ICMS a recuperar	—	—	4.448	—	3.876	—
ISS a recuperar	2	—	679	—	—	—
IRRF sobre juros sobre capital próprio (JSCP) a recuperar	—	—	3	—	—	—
Outros	87	28	454	—	751	—
	49.689	47.046	60.927	2.409	58.861	2.358

Passivo	Controladora			Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Trabalhistas	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	Total	
Variações monetárias	238	556.543	5.095	40.792	602.668	
Adições	31	53.992	426	2.928	57.377	
(-) Baixas	204	7	—	—	211	
	(52)	—	—	—	(52)	
	421	610.542	5.521	43.720	660.204	

8. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO - RIO CANOAS

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi para a energia no ACR.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR.

Com base no patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior pela Controlada Rio Canoas que foi compensado com o valor do prêmio de seguro estipulado pela Aneel. A quantidade repactuada foi de 42,2 MWh, ao preço unitário de R\$ 14,51, perfazendo um montante de R\$ 6.132. O prazo de concessão foi estendido para 11 de janeiro de 2051 e sua apropriação será pelo prazo de venda de energia no mercado regulado.

8.1. Composição

Produto	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
	Repactuação (MW médios)	Repactuação (MWh)	Reembolso unitário (R\$)	Saldo a reembolsar	Reembolso unitário (R\$)	Saldo a reembolsar
SP90	42.249	422.487	13,29	5.614	—	—

9. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO À CONCESSÃO - RIO PARANÁ**9.1. Política contábil**

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG).

QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2024

ESTADÃO RI | 10

-★ continuação

13.3. Movimentação

	Controladora						
	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos incorporados	Valor líquido em 2023
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	2.154	—	(6)	348	(682)	—	1.814
Veículos	1.328	—	(183)	—	(478)	—	667
Móveis e utensílios	287	—	—	—	(80)	—	207
Outros	14.943	407	—	—	(4.601)	—	10.749
Em curso	18.712	407	(189)	348	(5.841)	—	13.437
Total do ativo imobilizado	20.659	557	(189)	—	(5.841)	328	15.514

	Consolidado						
	Valor líquido em 2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2023
Em serviço							
Terrenos	321.698	—	—	—	(3.663)	—	318.035
Reservatório, barragens e adutora	1.996.820	—	—	19.302	(157.323)	—	1.858.799
Edificações, obras civis e benfeitorias	385.069	—	—	311	(18.715)	—	366.665
Máquinas e equipamentos	857.963	—	(26)	31.100	(55.464)	—	833.573
Veículos	9.993	—	(256)	99	(2.757)	—	7.079
Móveis e utensílios	2.683	—	(9)	415	(306)	—	2.783
Sistema de transmissão e conexão	8.308	—	—	—	(312)	—	7.996
Outros	22.088	676	—	—	(6.747)	—	16.017
Em curso	3.604.622	676	(291)	51.227	(245.287)	—	3.410.947
Total do ativo imobilizado	3.606.222	1.054.087	(520)	(10.357)	(245.287)	(178)	4.403.967

Do valor total das adições ocorridas no exercício, o montante de R\$ 1.019.340 classificado na linha de máquinas e equipamentos se refere aos projetos Renováveis conforme nota explicativa nº 1.2

	Controladora					
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2022
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	51	—	—	—	(51)	—
Máquinas e equipamentos	2.372	—	—	451	(669)	2.154
Veículos	1.862	—	(297)	318	(555)	1.328
Móveis e utensílios	359	—	—	7	(79)	287
Outros	18.508	918	—	—	(4.483)	14.943
Em curso	23.152	918	(297)	776	(5.837)	18.712
Total do ativo imobilizado	25.520	1.273	(297)	—	(5.837)	20.659

	Consolidado						
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2022
Em serviço							
Terrenos	325.360	—	—	(3.662)	—	321.698	—
Reservatório, barragens e adutora	2.162.910	—	—	1.940	(168.030)	—	1.996.820
Edificações, obras civis e benfeitorias	403.597	—	—	533	(19.061)	—	385.069
Máquinas e equipamentos	899.776	42	(3.146)	17.388	(56.097)	—	857.963
Veículos	10.756	—	(297)	2.437	(2.903)	—	9.993
Móveis e utensílios	2.870	—	—	102	(289)	—	2.683
Sistema de transmissão e conexão	8.621	—	—	—	(313)	—	8.308
Outros	27.279	1.373	—	—	(6.564)	—	22.088
Em curso	3.841.169	1.415	(3.443)	22.400	(256.919)	—	3.604.622
Total do ativo imobilizado	3.846.630	35.454	(3.278)	(16.236)	(256.919)	571	3.606.222

Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)
(156.093) — — — — — — (156.093)
(156.093) — — — — — — (156.093)

Total do ativo imobilizado **3.846.630** **35.454** **(3.278)** **(16.236)** **(256.919)** **571** **3.606.222**

13.4. Expansão 15%

O Grupo informa que a Ação de Obrigaçāo de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício de 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada, tramita em segredo de justiça e houve despacho determinando no início da fase pericial.

13.5. Custo atribuído no ativo imobilizado

O Grupo aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo imobilizado nas Controladas Rio Paranapanema Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A.. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi de R\$ 56.332 e R\$ 61.803, respectivamente.

13.6. Análise de impairment

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada indireta Rio Paranapanema Energia efetuou a análise de *impairment* utilizando como metodologia o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Diretoria em 2023, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da Concessão/autorização.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do valor em uso: receitas projetadas até o fim da Concessão/autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização; e projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de *capex*, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação.

Durante o exercício de 2023, diante da variação na taxa de juros que impacta a taxa de retorno a análise de *impairment* dos ativos da Controlada indireta Rio Paranapanema Energia foi observada a manutenção do saldo de valor não recuperável em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 156.093.

Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou-se a taxa de desconto (*weighted average cost of capital - wacc*) pré-tax de 8,84% (8,24% em 31 de dezembro de 2022).

Para os ativos não circulantes da Companhia e das outras empresas do Grupo, não foram identificados indicativos de *impairment*, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

14. INTANGÍVEL**14.1. Política contábil**

Os itens que compõem o ativo intangível do Grupo são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente					
	Controladora	Rio Parana	Rio Paranapanema Participações	Rio Paranapanema Energia	Rio Canoas	Rio Verde
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	—	23	—	—	—	—
Grandes reparos	—	23	—	—	—	—
Repatactuação - Extensão da Concessão	—	—	—	—	26	—
Uso do bem público (UBP)	—	—	—	9	28	28
Software	3	3	—	3	4	3
Direito de autorização (seband)	—	—	9	—	—	—
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	—	23	—	9	27	22

14.2. Composição

	Controladora			
	2023	Amortização acumulada	Valor líquido	2022
<b				



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.4.6. Ágio

O Grupo possui investimentos em outras empresas que devem ser avaliados considerando não só o custo de aquisição, mas também o valor líquido do patrimônio. O ágio estará presente nos valores que compõem o patrimônio da empresa em que se investiu. O fato é que o Grupo tem direitos sobre esses valores, pois correspondem a uma parcela do custo da aquisição. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial da empresa adquirida, na proporção da participação societária que foi negociada, é o que caracteriza o ágio. É natural que, ao pagar um montante adicional, a empresa adquirente obtenha algum benefício em troca. Esse benefício é a chance de amortizar o ágio na apuração do IRPJ e da CSLL, na razão máximo de 1/60 ao mês, quando o lucro real da empresa for apurado. Contudo, é essencial que a empresa compreenda toda a fundamentação do ágio, bem como as mudanças que dão conta de novas exigências, para que se ponha em prática o benefício da amortização. A amortização do ágio é feita de forma linear pelo prazo de concessão.

14.4.7. Mais valia de direito de concessão

O Grupo tem registrado no seu ativo intangível consolidado mais valia de direito de concessão das Controladas Rio Verde Energia S.A. e Rio Parapanema Participações S.A. (decorrente do investimento na Controlada indireta Rio Parapanema Energia S.A.).

14.4.8. Direito de autorização (Seband)

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. ("Seband").

Em fevereiro de 2007, a Rio Parapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Arrendações, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Sapucaí-Mirim, concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Parapanema Participações S.A.

14.4.9. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF) - Controladas Rio Parapanema, Rio Verde, Rio Canoas e Rio Paraná

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

15. FORNECEDORES**15.1. Política contábil**

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

15.2. Composição

	Controladora				
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Total
Materiais e serviços contratados	10.874	7.343	18.217	15.137	
	10.874	7.343	18.217	15.137	

	Controladora				
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	429.863	–	429.863	467.076	– 467.076
Materiais e serviços contratados	64.280	27.983	92.263	93.822	– 93.822
Encargos de uso da rede elétrica	71.771	46.621	118.392	70.726	36.542 107.268
Tust	71.488	–	71.488	70.445	– 70.445
Tusd-g	283	46.621	46.904	281	36.542 36.823
	565.914	74.604	640.518	631.624	36.542 668.166

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 384.841 (R\$ 412.714 em dezembro de 2022) na Controlada Rio Parapanema referente a liminar de garantia física, obtidas pela Companhia. A redução no saldo ao longo de 2023 se explica basicamente pela deflação no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), índice que atualiza este saldo.

15.3. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pelo grupo são:

- Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (TUST);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (TUSD-g);
- Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 29.3).

O Grupo atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, referente ao período de julho de 2004 e junho de 2009, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, o Grupo requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da TUSD-g e a determinação judicial para que os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras fossem considerados assinados.

Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os CUSD como assinados.

O Grupo recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos do Grupo na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. O Grupo efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 133.110 (R\$ 117.756 em 31 de dezembro de 2022). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 46.621 (R\$ 36.542 em 31 de dezembro de 2022).

16. ENCARGOS SETORIAIS**16.1. Política contábil**

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

16.2. Composição

	Consolidado				
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	40.579	–	40.579	32.044	– 32.044
P&D	71.264	35.761	107.025	82.362	34.198 116.560
TFSEE	4.868	–	4.868	4.615	– 4.615
	116.711	35.761	152.472	119.021	34.198 153.219

16.2.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas de construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

16.2.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, o Grupo tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

16.2.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

17. EMPRÉSTIMOS - RIO PARANÁ**17.1. Política contábil**

Os empréstimos, eram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação, eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

17.2. Empréstimo Tokyo - Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Controlada Rio Paraná contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi (Banco), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), com vencimento em 29 de junho de 2023 e remuneração de DI + 0,45%.

As amortizações foram anuais sempre em junho de cada ano, no valor de R\$ 675.000.

No dia 29 de junho de 2023 a Controlada Rio Paraná Energia S.A. efetuou o pagamento de principal e juros, liquidando o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo Mitsubishi.

QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2024

ESTADÃO RI | 13

17.3. Composição**Instituição financeira**

Tokyo Mitsubishi

Remuneração	Vencimento final	Circulante		Total
		Principal	Juros	
DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	707	675.707
		675.000	707	675.707

17.4. Movimentação**Saldo em 31 de dezembro de 2022**

Apropriação de juros	44.008
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(44.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	675.707

18. FINANCIAMENTOS**18.1. Política contábil**

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

18.2. Rio Canoas Energia S.A.

Em 05 de setembro de 2012 foi autorizada a obtenção de financiamento, destinado à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em data de 10 de julho de 2012, o correspondente contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1 no valor de R\$ 367.830.

Para estes contratos a Controlada possui cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

18.3. Rio Verde Energia S.A.

Em 10 de setembro de 2008



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.8. Garantias contratuais**18.8.1. Rio Canoas Energia S.A.**

As garantias do contrato são:

- i. Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- ii. Fiança bancária;
- iii. Cessão fiduciária sobre os direitos emergentes da concessão.

18.8.2. Rio Verde Energia S.A.

As garantias do contrato são:

- i. Penhor dos direitos emergentes da Concessão;
- ii. Penhor dos direitos creditórios sobre o PPA firmado com a Votener;
- iii. Penhor da totalidade das ações de emissão, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato;

18.9. Cláusulas restritivas ("Covenants")**18.9.1. Rio Canoas Energia S.A.**

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- i. Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos superior a 25% do Lucro Líquido;
- ii. Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- iii. Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,20.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Controlada atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme abaixo:**Acumulado dos últimos 12 meses****A) Geração de caixa da atividade**

	2023	2022
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	53.609	37.297
(+) Ebitda	65.287	79.036
(-) Impostos sobre o lucro	4.889	(5.375)
123.785	110.958	

B) Serviço da dívida

- (+) Amortização do principal
- (+) Pagamento de juros

C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,30**19.2. Composição**

	Consolidado									
	2023									
	Circulante					Não circulante				
	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal
Controlada										
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	80.000	38.238	118.238	80.000	29.001	109.001
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	180.000	10.441	190.441	—	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	—	18.615	18.615	320.000	(357)	319.643
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	44.388	164.388	120.000	42.422	162.422
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	195.000	9.850	204.850	—	—	—
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(3.720)	(3.720)	650.000	99.391	749.391
Rio Paraná Energia S.A.	3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	—	(8.984)	(8.984)	800.000	(1.481)	798.519
	575.000				108.828	683.828	1.970.000		168.976	2.138.976

	Consolidado									
	2022									
	Circulante					Não circulante				
	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal
Controlada										
Rio Parapanema Energia S.A.	4 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.350	63.621	146.971	—	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.876	84.876	—	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	—	8.909	8.909	160.000	48.066	208.066
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	—	11.082	11.082	180.000	(26)	179.974
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	—	20.039	20.039	320.000	(687)	319.313
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	(771)	119.229	—	—	—
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	—	3.906	3.906	240.000	68.749	308.749
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	—	9.974	9.974	195.000	(155)	194.845
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(3.513)	(3.513)	650.000	62.922	712.922
Rio Paraná Energia S.A.	3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	—	(8.424)	(8.424)	800.000	(2.094)	797.906
	283.350				109.699	393.049	2.545.000		176.775	2.721.775

19.3. Vencimento

	Consolidado									
	2025									
	Vencimento a longo prazo					A partir de 2029				
	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal
Controladas										
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.350	63.621	146.971	—	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.876	84.876	—	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	8 ^a	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	—	8.909	8.909	160.000	48.066	208.066
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	—	11.082	11.082	180.000	(26)	179.974
Rio Parapanema Energia S.A.	9 ^a	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	—	20.039	20.039	320.000	(687)	319.313
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	(771)	119.229	—	—	—
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	—	3.906	3.906	240.000	68.749	308.749
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	—	9.974	9.974	195.000	(155)	194.845
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	—	(3.513)	(3.513)	650.000	62.922	712.922
Rio Paraná Energia S.A.	3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	—	(8.424)	(8.424)	800.000	(2.094)	797.906
	431.245			558.593		399.747		749.391		2.138.976



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.6. Garantias contratuais**19.6.1. Rio Paranapanema Energia S.A.**

Não há garantias expressas em contrato

19.6.2. Rio Paraná Energia S.A.

Não há garantias expressas em contrato

19.7. Cláusulas restritivas (Covenants)**19.7.1. Rio Paranapanema Energia S.A.****19.7.1.1. Covenants financeiros**

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Ottava e Nona emissão da Controlada são:

i. Índice entre divisão da Divida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;

iii. Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,9, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Rio Paranapanema, na 8ª e 9ª emissão, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Controlada.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Controlada atendeu aos referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants, conforme abaixo:

Índice financeiro

Ebitda/Resultado financeiro

Divida líquida/Ebitda

Divida total/(Divida total + Capital social)

Límites	2023	2022
Igual ou superior a 2,0	20,04	4,91
Igual ou inferior a 3,2	0,43	1,00
Igual ou inferior a 0,9	0,47	0,54

19.7.1.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Ottava e Nona emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Controlada Rio Paranapanema Energia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor igual ou superior a R\$ 32 milhões para a 8ª emissão e R\$ 70 milhões para a 9ª emissão;

ii. 8º/9º debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada Rio Paranapanema Energia, desde que após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Controlada Rio Paranapanema Energia em dois níveis em relação à classificação de risco vigente na data da emissão;

iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Controlada Rio Paranapanema Energia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo às cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis no site <https://ri.ctgbr.com.br>.**19.7.2. Rio Paraná Energia S.A.****19.7.2.1. Covenants financeiros**

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira, Segunda e Terceira emissão:

i. Índice entre divisão da Divida Líquida pelo Ebitda, que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro, que deverá ser igual ou superior a 2,0;

iii. Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Controlada, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

Índice financeiro

Ebitda/Resultado financeiro ajustado

Divida líquida/Ebitda

Divida total/(Divida total+Capital social)

Límites	2023	2022
Igual ou superior a 2,0	19,39	12,19
Igual ou inferior a 3,2	0,50	0,60
Igual ou inferior a 0,9	0,24	0,30

19.7.2.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira, Segunda e Terceira emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Controlada, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 75 milhões da 1ª emissão, R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;

ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Controlada, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;

iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Controlada Rio Paraná Energia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo às cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**20.1. Política contábil**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

20.2. Dividendos a pagarChina Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.
China Three Gorges Latam Holding S.À.R.L.

Controladora	Saldo em 2022	Saldo em 2023
	1.132.713	1.132.713
	8.720	8.720
	1.141.433	1.141.433

Consolidado	Dividendos			
Saldo em 2022	Intermediários/propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2023
1.132.713	—	—	—	1.132.713
8.720	—	—	—	8.720
1.168.221	57.017	(48.878)	(97)	1.176.263

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei nº 6.404/76.

20.3. Juros sobre capital próprio a pagarChina Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.
China Three Gorges Latam Holding S.À.R.L.

Controladora	Saldo em 2022	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2023
	545.748	447.058	—	—	992.806
	4.202	3.442	—	—	7.644
	549.950	450.500	—	1.000.450	

Consolidado	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Reclamações	Saldo em 2023
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	447.058	—	—	—	992.806
China Three Gorges Latam Holding S.À.R.L.	4.202	3.442	—	—	7.644
Huikai Clean Energy S.À.R.L.	181.332	213.915	(181.332)	—	213.915
Acionistas minoritários	3.419	3.562	(3.446)	(45)	275
	734.701	667.977	(184.778)	(45)	275
					1.218.130

(*) Os juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido disponibilizados ao acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei nº 6.404/76.

21. USO DO BEM PÚBLICO (UBP) - RIO VERDE E RIO CANOAS**21.1. Política contábil**

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões nº 03/2010 da Controlada Rio Canoas Energia S.A. e nº 90/2002 da Controlada Rio Verde Energia S.A., como contraprestação ao direito de exploração do

22.6. Características do contrato com a CTG Lux

Controladas	Remuneração	Data da emissão	Data de vencimento	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
Rio Paraná Energia S.A.	4,29% ao ano + USD	22/08/2016	20/11/2025	semestral	17	Pagamento da primeira parcela da bonificação da outorga para a exploração, pelo prazo de 30 anos, das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Eng. Souza Dias (Jupi).

23. PROVISÕES PARA GRANDES REPAROS - RIO PARANÁ**23.1. Política contábil**

A Controlada Rio Paraná possui contratos dentro do alcance do ICP-01 (Interpretação técnica baseada do IFRIC 12) que envolvem uma entidade privada (concessionário) que constrói a infraestrutura usada para prestar os serviços públicos ou melhorá-la, além de operá-la e mantê-la pelo prazo da concessão.

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despescer nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constuída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilidade do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme estavam os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituidas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 11). Em função do Contrato de Concessão da Controlada Rio Paraná, o Grupo assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo ("CESP").

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de APP e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que o Grupo deve cumprir, o que caracteriza um esforço duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle do Grupo.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

24.2. Provisões para riscos prováveis

24.2.1. Composição

	Controladora		
	2023		
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas
Trabalhistas	560	(461)	99
	Consolidado		
	2023	2022	
	Circulante	Não circulante	Não circulante
Trabalhistas	Provissões líquidas	Provissões	Provissões líquidas
Fiscais	-	15.203	(3.816)
Cíveis	-	17.925	(35)
Desapropriações de terras	-	16.596	(10.021)
Indenizações de benfeitorias	-	5.088	(2.292)
Ambientais	-	11.508	(7.729)
Regulatórias	-	21.051	(737)
	19.883	48.622	48.622
	19.883	119.397	(14.609)
			104.788
			235.640

24.2.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Provisões para riscos

Provisões
Variações monetárias
Saldos incorporados

Depósitos judiciais
Variações monetárias
(Adições)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Consolidado

	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações	Indenizações	Total
			de terras	de benfeitorias	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.164	20.180	4.475	8.208	183.400
Provisões para riscos					235.640
Provisões/(reversões)	3.536	(2.927)	-	(287)	9.964
(Reversões) (*)	-	-	(1.178)	-	-
Variações monetárias	1.463	640	-	1.877	602
Variações monetárias (*)	-	-	530	-	-
Acordos/pagamentos	(830)	-	(1.235)	(400)	(2.140)
	4.169	(2.287)	(1.883)	1.190	8.426
					(115)
					560
					16
					429
					198
					28.477
					13.495
					34.880
					31.228
					829.083
					788.697

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Consolidado

	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações	Indenizações	Total
			de terras	de benfeitorias	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.164	20.180	4.475	8.208	183.400
Provisões para riscos					235.640
Provisões/(reversões)	3.536	(2.927)	-	(287)	9.964
(Reversões) (*)	-	-	(1.178)	-	-
Variações monetárias	1.463	640	-	1.877	602
Variações monetárias (*)	-	-	530	-	-
Acordos/pagamentos	(830)	-	(1.235)	(400)	(2.140)
	4.169	(2.287)	(1.883)	1.190	8.426
					(1.946)
					204
					(5.619)
					1.675
					(5.689)
					124.671

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Consolidado

	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações	Indenizações	Total
			de terras	de benfeitorias	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.004	20.233	12.938	8.386	9.502
Provisões para riscos					163.195
Provisões/(reversões)	99	(681)	-	389	868
(Reversões) (*)	-	-	356	-	-
Variações monetárias	1.222	619	-	1.497	510
Variações monetárias (*)	-	-	1.891	-	-
Acordos/pagamentos	(55)	(163)	(10.813)	(1.811)	(477)
	1.266	(225)	(8.566)	75	901
					20.205
					13.656

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Consolidado

	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações	Indenizações	Total
			de terras	de benfeitorias	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.164	20.180	4.475	8.208	10.213
Provisões para riscos					183.400
Provisões/(reversões)	3.536	(2.927)	-	(287)	9.964
(Reversões) (*)	-	-	(1.178)	-	-
Variações monetárias	1.463	640	-	1.877	602
Variações monetárias (*)	-	-	530	-	-
Acordos/pagamentos	(830)	-	(1.235)	(400)	(2.140)
	4.169	(2.287)	(1.883)	1.190	8.426
					(1.946)



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente - (APP) e recuperação dos danos ambientais causados;
- ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
- iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
- iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;

v. cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

- Ação Civil Pública - (ACP) ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26 de julho de 2018, em face da antiga concessionária da UHE Jupiá e da Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE Jupiá em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Houve variação significativa com a baixa da contingência no montante de R\$ 1,3Bi em decorrência da Decisão judicial para arquivamento da ACP, em razão do Acordo firmado entre Confederação e a antiga concessionária da UHE Jupiá, também ré nesta, para encerramento da demanda. Importante esclarecer que a Rio Paraná não foi signatária do Acordo (não efetuou qualquer pagamento, já que a tal obrigação ficou a cargo, exclusivamente, à antiga concessionária da Usina), contudo, se beneficiou diretamente com o encerramento da ação.
- 6 Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), totalizando R\$ 8.521 (R\$ 7.585 em 31 de dezembro de 2022), por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de soltura de alevinos, e suposto uso de substância (diluor isocianuato de sódio - MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupiá e Ilha Solteira. O Processo encontra-se em fase de instrução, sendo que a Rio Paraná já apresentou sua Contestação, aguardando decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 5.886 (R\$ 5.594 em 31 de dezembro de 2022);
- 38 Ações de indenização por danos morais e materiais ajuizadas em 2023 por supostos pescadores em face da Rio Paraná e CESP/AUREN, cuja discussão se refere ao suposto dano causado pelo blecaute ocorrido na UHE Jupiá em 2009, o qual teria levado à morte de peixes na região do Rio Paraná, reduzindo a renda mensal dos mesmos. Os processos já tiveram decisão de 1ª instância favorável à Rio Paraná, sendo que os autores interpuseram Embargos de Declaração. O valor atualizado é de R\$ 1.984.

b) *Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos não passíveis de estimativa*

523 Ações Civis Públicas - movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:

- I. recuperação da APP;
- II. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
- III. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Controlada é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

24.3.5. Regulatórias

24.3.5.1. Rio Parapananema Energia S.A.

- i. Por conta da recusa da Controlada em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autuou a Rio Parapananema por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Controlada Rio Parapananema Energia (i) firmado os CUSD com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Controlada Rio Parapananema Energia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Parapananema no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Controlada Rio Parapananema energia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Controlada Rio Parapananema energia interpôs recurso de apelação, o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 43.720 (R\$ 40.791 em 31 de dezembro de 2022);

- ii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Controlada Rio Parapananema energia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado é de R\$ 27.000 (R\$ 26.056 em 31 de dezembro de 2022).

25. CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

25.1. Política contábil

As operações de contratos futuros de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio de resultado, com base no preço contratado ou no preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

As operações foram realizadas pelo Grupo até 2028 e foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. São reconhecidos na rubrica de contratos futuros de energia, os ganhos/perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado.

Este valor justo é estimado, em grande parte, pelas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, se necessário, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte definida em política contábil pelo Grupo.

25.2. Composição

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido	Ativo	Passivo	Efeito Líquido
Circulante	136.786	73.469	63.317	244.253	180.235	64.018
Não circulante	66.311	111.412	(45.101)	168.118	109.682	58.436
	203.097	184.881	18.216	412.371	289.917	122.454

25.3. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Contratos novos
Contratos realizados
Variação no valor justo

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Contratos novos
Contratos realizados
Variação no valor justo

Saldo em 31 de dezembro de 2023

O principal efeito na linha de "variação no valor justo" é resultado do pedido de recuperação judicial de uma contraparte que compõe o portfólio de contratos futuros firmados com o Grupo.

25.4. Análise de sensibilidade sobre as operações em contratos futuros de energia

A análise de sensibilidade foi preparada em atendimento ao dispositivo no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciado, considerando a elevação dos cenários 1 e 2 nos preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de dezembro de 2023. A seguir, os impactos no resultado do Grupo.

Efeito Líquido em 2023 Cenário + Δ 25% Cenário + Δ 50%

Resultado não realizado em contratos futuros de energia 18.216 (66.384) (132.770)

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta duration da carteira de contratos futuros em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade.

26. PLANOS DE PENSÃO E APOSENTADORIA - RIO PARANAPANEMA ENERGIA

26.1. Benefícios a empregados

26.1.1. Política contábil

A Controlada Rio Parapananema Energia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 110/2022 (CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Controlada reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Controlada reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes dos juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Controlada.

26.2. Contribuição definida

26.2.1. Política contábil

No plano de contribuição definida, a Controlada faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privada conforme opção do colaborador para esse benefício. A Controlada não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 1.217 (R\$ 1.197 em 31 de dezembro de 2022).

26.3. Benefício definido

26.3.1. Política contábil

A Controlada patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP da Controlada é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto a novas adesões para os empregados da Controlada. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidade aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo regulamento do plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Controlada designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados, obrigatoriedade para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica do plano de pensão e aposentadoria.

26.3.2. Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigação de benefício definido	(409.204)	(401.112)
Valor justo do ativo do plano	404.714	390.004
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(4.490)	(11.108)

No exercício de 2023, a Controlada contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 6.618 (R\$ 31.080 em 31 de dezembro de 2023) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados.

26.3.3. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigação de benefício definido	(11.108)	(42.188)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.845)	(6.076)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.337	1.356
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	7.126	35.800
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(4.490)	(11.108)

26.3.4. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	2023	2022
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	401.112	429.589
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
27.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.816.213	1.550.591
Constituição da reserva legal	(90.811)	(77.530)
Base de cálculo dos dividendos	1.725.402	1.473.061
Distribuições		
Dividendos	—	1.086.000
JSCP	530.000	425.000
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	530.000	1.511.000
Distribuições adicionais	431.351	368.265
Deliberação	98.650	1.142.735
AGE de 21/12/2023	Juros sobre capital próprio	530.000
RCA de 30/12/2022	530.000	0,53392
RCA de 30/12/2022	Juros sobre capital próprio	425.000
RCA de 29/04/2022	Dividendos	1.086.000
	Dividendos	55.433
	Provento R\$ mil	R\$

27.5. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes.

27.6. Participação de acionistas não controladores

A participação total dos acionistas não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é composta por: (i) Rio Paraná Energia (Controlada) correspondente à R\$ 4.080.913; (ii) Rio Paranapanema Participações (Controlada) correspondente à R\$ 705.376; (iii) Rio Paranapanema Energia (Controlada indireta) correspondente à R\$ 69.424.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**28.1. Política contábil****28.1.1. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo;

iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria do Grupo, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

28.1.2. Receita de geração e comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

28.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão.

Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

28.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

28.1.5. Receita de geração pelo regime de alocação de cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão da Controlada Rio Paraná, e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

Consolidado

	2023	2022
2.696.534	2.695.183	
1.700.667	1.556.281	
494.118	602.898	
148.528	84.028	
63.945	15.767	
5.103.792	4.954.157	

Receita operacional bruta

Contratos ACL	2.696.534	2.695.183
Contratos ACR	1.700.667	1.556.281
Comercialização de energia - operações de trading	494.118	602.898
Mercado de curto prazo (MCP)	148.528	84.028
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	63.945	15.767
5.103.792	4.954.157	

Receita de ativos financeiros

Juros e atualização monetária	1.596.837	1.675.249
6.700.629	6.629.406	

Receita operacional líquida

29. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADE E ENCARGOS DE USO DA REDE	Consolidado	
	2023	2022

	2023	2022
MWh (*)	2.696.534	2.695.183
13.167.105	13.173.912	2.695.183
15.245.793	17.006.667	15.566.281
2.938.490	494.118	602.898
2.018.347	148.528	84.028
3.376.262	63.945	15.767
36.745.997	5.103.792	34.555.160
	4.954.157	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

29.2. Energia elétrica comprada

Contratos ACL	680.431	800.994
Contrato ACR	2.956.161	426.501
Comercialização de energia - operações de trading	3.235.724	547.398
Mercado de curto prazo (MCP)	87.216	21.741
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	427.557	25.547
(-) Crédito de PIS	(10.145)	(12.676)
(-) Crédito de COFINS	(46.731)	(58.387)
4.151.365	562.691	7.961.014
	712.289	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

29.3. Encargos de uso da rede elétrica

29.3.1. Política contábil	2023	2022
	IRPJ	CSLL

Comercialização de energia - operações de trading	680.431	800.994
Mercado de curto prazo (MCP)	2.956.161	426.501
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.235.724	547.398
(-) Crédito de PIS	87.216	21.741
(-) Crédito de COFINS	427.557	25.547
4.151.365	562.691	



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2023		2022			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos de ativo financeiro vinculado a concessão	(1.401.330)	(504.479)	(1.905.809)	(1.246.115)	(448.601)	(1.694.716)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(207.291)	(74.626)	(281.917)	(227.627)	(81.944)	(309.571)
Ajuste de avaliação patrimonial	(100.894)	(36.322)	(137.216)	(122.142)	(43.971)	(166.113)
Juros sobre depósito vinculado	(43.401)	(15.624)	(59.025)	(30.261)	(10.894)	(41.155)
Ajuste a valor presente (UBP)	(7.558)	(2.720)	(10.278)	(7.933)	(2.856)	(10.789)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Contratos futuros de energia	(4.554)	(1.640)	(6.194)	(30.611)	(11.021)	(41.632)
Ajuste atuarial plano de pensão	(2.688)	(968)	(3.656)	(1.034)	(371)	(1.405)
Total bruto	(1.774.229)	(638.724)	(2.412.953)	(1.672.236)	(602.003)	(2.274.239)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	598.823	215.576	814.399	741.735	267.024	1.008.759
Total	(1.175.406)	(423.148)	(1.598.554)	(930.501)	(334.979)	(1.265.480)
Imposto diferido líquido	(1.024.381)	(369.931)	(1.394.312)	(818.905)	(295.957)	(1.114.862)
O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:						
Conta	2024	2025	2026	2027	2028	a partir de 2029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.502	(19.964)	(6.464)	6.695	(12.046)	(1.394.035)
	Total					

32. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	1.816.213	1.550.591
Lucro líquido do exercício	1.816.213	1.550.591
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	992.653	992.653
Resultado básico e diluído por ação	992.653	992.653
1.82966	1.56207	

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**33.1. Política contábil**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio, considerando como principal indicador o lucro líquido ajustado dos efeitos líquidos do reconhecimento contábil da variação cambial ("Lucro líquido ajustado").

Os segmentos operacionais definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva Estatutária são os seguintes, tendo como premissas de segregação suas atividades principais:

Geração: Companhias que possuem como atividade principal a geração e comercialização de energia elétrica, tendo suas concessões regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel e MME.

Comercialização: Companhias que possuem como atividade principal a comercialização de energia a consumidores livres.

Administração/outros: Companhias com características de holding onde a principal atividade é a participação em outras sociedades empresariais e prestação de serviços para as empresas do Grupo no Brasil.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõe o conjunto de informações disponibilizadas aos Diretores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando essas informações em bases consolidadas.

Para o cálculo dos indicadores de performance, o Conselho de Administração e Diretoria Executiva Estatutária considera, para a Controlada Rio Paraná as informações constantes das Demonstrações Financeiras Regulatórias ao invés das informações em conformidade com o IFRS/CPC, uma vez que, pelo modelo do contrato de concessão no regime de quotas e, consequentemente, a aplicação das regras contábeis do ICPC-01/IFRIC-12, há diferenças relevantes no conjunto de informações financeiras desta Controlada, pela tratativa contábil do Ativo Financeiro relativo à Concessão e, também, pelo passivo constituído como provisão para grandes reparos (Projeto de Modernização).

Na DRE, as linhas impactadas pelo tratamento do ICPC-01/IFRIC-12 na Controlada Rio Paraná são:

• Receita Operacional Líquida (R\$ 336 milhões): reconhecimento da remuneração a valor presente da parcela do mercado regulado do contrato de concessão (RBO - Retorno da Bonificação da Outorga) como receita do Ativo Financeiro, sendo a emissão das NFs de venda de energia considerada como a realização desse Ativo Financeiro;

• Depreciação e Amortização (R\$ 235 milhões): (1) amortização do Ativo Intangível de concessão somente da porção do investimento inicial referente à parcela da energia a ser comercializada na modalidade de Mercado Livre (aproximadamente 30%); (2) amortização do Ativo Intangível da provisão para Grandes Reparos referente à melhor estimativa da Companhia para o Projeto de Modernização das Usinas da Controlada;

• Resultado Financeiro Líquido (R\$ 117 milhões): atualização monetária pelo IPCA e IGP-M do passivo referente à provisão para Grandes Reparos, bem como, a tratativa desse passivo a valor presente;

• Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 151 milhões): imposto diferido calculado sobre as diferenças temporárias acima descritas.

Uma vez que estas diferenças supracitadas não produzem o efeito correspondente no caixa da Companhia, acabam por impactar também o indicador de Ebitda. Desta forma, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária também efetuam suas análises gerenciais através do Ebitda ajustado, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Principais Indicadores de Gestão	2023					
	Geração	Co-mercialização	Adminis-tração	Conso-lidação	% ajustado	Margem %
Receita operacional líquida	5.242.537	100,0%	464.281	100,0%	—	0,0%
Ebitda ajustado	4.026.169	76,8%	(45.719)	-9,8%	(90.336)	0,0%
Lucro líquido ajustado antes da variação cambial	2.350.981	44,8%	(24.687)	-5,3%	(71.974)	0,0%
Lucro líquido ajustado	2.451.082	46,8%	(24.687)	-5,3%	(71.974)	0,0%
Depreciação e amortização	(823.987)	—	—	(77.065)	—	(901.052)
Receita financeira	658.003	—	8.245	—	24.458	—
Despesa financeira	(694.073)	—	(14)	—	(7.764)	—
Imposto de renda e contribuição social	(715.030)	—	12.801	—	(24.473)	—
					(726.702)	—

Principais Indicadores de Gestão	2022					
	Geração	Co-mercialização	Adminis-tração	Conso-lidação	% ajustado	Margem %
Receita operacional líquida	4.907.833	100,0%	554.109	100,0%	—	0,0%
Ebitda ajustado	3.764.711	76,7%	46.301	8,4%	(77.231)	0,0%
Lucro líquido ajustado antes da variação cambial	1.941.189	39,6%	34.619	6,2%	(76.328)	0,0%
Lucro líquido ajustado	2.073.950	42,3%	34.619	6,2%	(76.328)	0,0%
Depreciação e amortização	(827.843)	—	—	(74.291)	—	(902.134)
Receita financeira	1.071.403	—	6.098	—	5.960	—
Despesa financeira	(1.264.436)	—	(1)	—	(7.926)	—
Imposto de renda e contribuição social	(669.885)	—	(17.779)	—	(22.430)	—
					(710.094)	—

Lucro líquido societário	2023					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ajustes de GAAP líquidos de impostos na controlada Rio Paraná em virtude da aplicação ICPC-01	302.871	246.173	—	—	—	—
Lucro líquido ajustado	2.354.421	2.032.241	—	—	—	—
Ebitda societário ICVM 156/2022	4.329.285	4.333.036	—	—	—	—
Ajustes GAAP (Societário vs Regulatório) na controlada Rio Paraná em virtude da aplicação ICPC-01	335.965	499.665	—	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial das investidas	103.206	99.590	—	—	—	—
Ebitda ajustado ICVM 156/2022	3.890.114	3.733.781	—	—	—	—

Lucro líquido societário	2022					
2023	2022	2023	2022	2023	2022	

<tbl_r cells="7" ix="5" max



China Three Gorges Brasil Energia S.A.
CNPJ nº 19.014.221/0001-47

→ continuação

36. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2023	2022
Dividendos propostos/intermediários	33.725	1.167.123
Juros sobre o capital próprio a pagar	667.977	545.821
Dividendos a receber	—	9.158
Juros sobre o capital próprio a receber	34.643	32.100
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	56.332	61.803
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	(19.154)	(21.013)
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	6.618	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(2.250)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	628	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado atuarial	(214)	(1.659)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 19.014.221/0001-47, com sede na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, sala 1, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com a emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor

DIRETORIA

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor

Zhang Liyi - Diretor-Presidente

Yang Yan - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gao Peng - Presidente do Conselho
Maria Carolina Ferreira Lacerda - Membro do Conselho
Raul Calfat - Membro do Conselho

Wang Shenliang - Membro do Conselho
Wei Junjie - Membro do Conselho
Zhang Liyi - Membro do Conselho

Rodrigo Teixeira Egry - Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho da Administração
China Three Gorges Brasil Energia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da China Three Gorges Brasil Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da China Three Gorges Brasil Energia S.A. e da China Three Gorges Brasil Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisões para riscos (Nota 24)

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais e regulatórias, que surgem no curso normal de seus negócios.

Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo, a partir da avaliação da probabilidade de perda, e as bases de mensuração, consideram exercício de julgamento da Diretoria, a partir de posições de seus consultores jurídicos.

Em função do descrito, os valores estão sujeitos a inerentes subjetividades e complexidades, podendo causar efeitos relevantes nas provisões constituidas ou divulgações efetuadas. Por essa razão, este tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria,

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências.

Solicitamos e obtivemos a confirmação diretamente com os advogados que patrocinam as causas, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o departamento jurídico.

No caso das ações tributárias relevantes, nossas análises foram efetuadas em conjunto com os nossos especialistas da área tributária.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para a determinação das referidas provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Ativo financeiro vinculado a concessão da controlada Rio Paraná (Nota 9)

Parte do montante pago pelo direito de concessão da controlada Rio Paraná Energia SA. ("Rio Paraná") possui previsão contratual de desembolsos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Essa parcela é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, em função do risco de demanda existente para a sua realização, é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão da controlada registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 12.245.768 mil.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da Diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem com os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acuracidade dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Provisão para grandes reparos da controlada Rio Paraná (Nota 23)

Com base em estimativas do departamento de engenharia da controlada Rio Paraná, a Diretoria provisão o valor que espera despescer com reparos de grandes itens da estrutura da Rio Paraná, necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa provisão demonstrada no passivo circulante e não circulante totalizou R\$ 1.884.091 mil.

A determinação da provisão depende de estimativas de gastos a serem incorridos em longo prazo, com cronograma que pode sofrer alterações.

Adicionalmente, a confirmação dessas estimativas de valores é realizada apenas após os geradores serem desmontados. Portanto, os valores podem variar de forma relevante.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros procedimentos, o entendimento dos critérios e premissas utilizados para a mensuração dos saldos provisionados e conferência matemática dos cálculos efetuados.

Discutimos com o departamento de engenharia e com a Diretoria, conforme apropriado, sobre o andamento do projeto, os motivos que determinaram revisões nos gastos a incorrer e no cronograma da obra.

Adicionalmente, em base amostral, testamos os gastos incorridos pela Rio Paraná necessários para a operação das unidades geradoras, bem como analisamos a razoabilidade das premissas determinadas pela Diretoria para constituir a provisão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da Diretoria.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. COMPROMISSOS

37.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

Contratos
ACR - Regime de cotas
ACR - Contratos ambiente regulado
ACL - Contratos bilaterais

Compromissos até
2047
2044
2038

38. EVENTO SUBSEQUENTE

38.1. Transação entre partes relacionadas

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de janeiro de 2024 e publicado como fato relevante em 29 de janeiro de 2024, foi celebrado Contrato de Emprestimo (Facility Agreement) entre a Companhia e sua acionista controladora China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.
O contrato tem por objeto o empréstimo no valor de RMB 1.000.000.000 (um bilhão de Yuan Chinês), correspondente a R\$ 686,5 milhões (na data de 31 de janeiro de 2024), sobre o qual incidirão juros equivalentes a 2,95% ao ano, com prazo de 354 dias, não havendo quaisquer garantias.



Demonstrações Financeiras 2023



CTG Brasil

**Rio Paranapanema
Energia S.A.**

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paranapanema") subsidiária indireta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil") submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., atendendo à Resolução CVM nº 162/22. Também em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paranapanema é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 consolidou-se como um ano positivo para a companhia, resultante de nossa disciplina na gestão financeira e na condução do negócio, bem como pela recuperação e normalização do cenário hidrológico brasileiro.

A estratégia de comercialização de energia e a eficiência no controle de custos e despesas contribuíram para que o lucro líquido da companhia apresentasse crescimento de 40,5% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 341,6 milhões.

A eficiência da área de gestão foi, mais sua vez, certificada pelas normas ISO. Ainda, buscando a simplificação da estrutura e a redução de custos, executamos, em 2023, a incorporação da antiga controlada direta, Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda., pela companhia. Além disso, nossas operações foram beneficiadas por um regime de chuvas acima da média. A consequente adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) possibilitou um melhor aproveitamento dos recursos. Nossas usinas totalizaram 11.100 GWh de geração hidrelétrica, uma expansão de 63,94% em relação ao desempenho de 2022, com uma disponibilidade de 98,05%, índice superior ao de referência do órgão regulatório. Nesse quesito, tiveram especial contribuição as usinas de Jurumirim e Chavantes, que apresentaram 116,3% e 126,9% de aumento em geração, respectivamente.

Do ponto de vista regulatório, permanecemos como interlocutores ativos na discussão que envolve todo o setor, sobre uma evolução nas regras de renovação das concessões das usinas hidrelétricas. Mesmo tendo prazos confortáveis, trata-se de um tema de interesse direto da Rio Paranapanema, considerando as expectativas de investimento a longo prazo.

Finaliza essa mensagem enfatizando que os resultados e conquistas desse ano se tornaram possíveis graças à dedicação de todos que contribuem para o Rio Paranapanema. Queremos agradecer nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros de negócios por mais um ano de avanços no nosso propósito de gerar energia limpa e renovável em larga escala.

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor-Presidente da Rio Paranapanema Energia S.A.

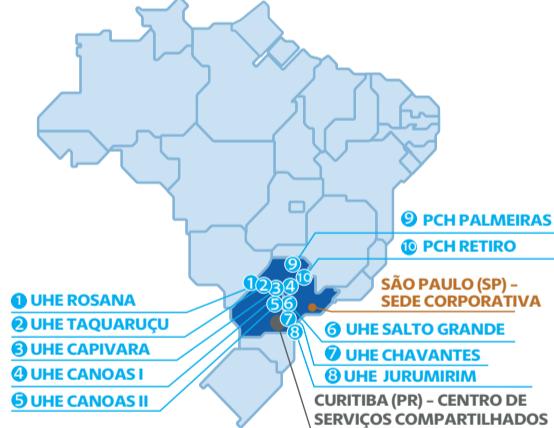
PERFIL DA COMPANHIA

Subsidiária indireta da CTG Brasil, a Rio Paranapanema Energia S.A. controla e opera oito UHEs ao longo do rio Paranapanema, entre os estados de São Paulo e Paraná, e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), localizadas no Rio Sapucaí, nas cidades de Guará e São Joaquim da Barra, no estado de São Paulo. Esses dez ativos somam 2.265,3 MW de capacidade total instalada.

A Companhia possui ações listadas na B3 e foi constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas. Sua estrutura de governança é independente e suas atividades de suporte são realizadas pelo Grupo, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As usinas são operadas com base em dois contratos de concessão. O Contrato de Concessão 76/99 abrange as hidrelétricas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, pelo período de 30 anos, mais a extensão nos termos da Lei 14.052/2020, encerrando-se em 2032. O segundo contrato, número 183/98, regula a concessão dos aproveitamentos hidrelétricos das usinas Canoas I e II, originalmente até 2033, mas atualizado para 2037, também em virtude da extensão nos termos da lei 14.052/2020, das quais a Rio Paranapanema tem direito a 49,7% da energia gerada, e os outros 50,3% pertencem a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

MAPA DE OPERAÇÕES DA RIO PARANAPANEMA



DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Por meio do Programa Corporativo de Compliance, a Rio Paranapanema assegura o respeito à ética e a integridade que norteiam seus valores e decisões e constituem a base de suas atividades e relacionamentos. Atualizados regularmente em treinamentos sobre os padrões Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores assumem responsabilidades por um ambiente fundamentado na ética profissional e observâncias às políticas internas e leis aplicáveis aos negócios.

Os treinamentos também preveem a conformidade de 100% dos colaboradores às normas adotadas pela Companhia em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2013) e à proteção dos dados pessoais.

O compromisso com a ética e a integridade foi reafirmado em 2023 pela atribuição da ISO 37301 e 37001 ao Programa Corporativo de Compliance, conferindo maior robustez ao sistema de gestão de riscos que orienta a Rio Paranapanema.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sociedade anônima de capital aberto e concessionária de uso de bem público na condição de produtora independente, a Rio Paranapanema Energia S.A. tem 3,81% de seu capital social negociado na B3, sob os códigos GEPA3 e GEPA4. Os 96,19% restantes são detidos pela Rio Paranapanema Participações S.A., cujo capital social é formado por 66,67% de participação da CTG Brasil e 33,33% detidos pela Huikai Clean Energy.

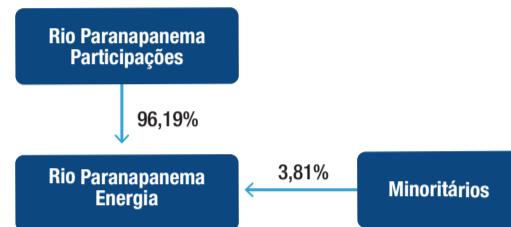
Tendo em vista uma maior eficiência, visando simplificar a estrutura societária da Companhia, agilizando processos administrativos e operacionais e reduzindo custos, foi executada em 2023 a incorporação da Rio Sapucaí-Mirim Energia pela Rio Paranapanema, com pedido de transferência de outorga de operações das PCHs. A operação não implicou alteração de participação ou equivalência acionária nem aumento de capital em razão da Sapucaí-Mirim ser uma subsidiária integral.

A estrutura de governança da Rio Paranapanema é formada por um Conselho de Administração (CA), uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal de caráter não permanente, cuja instauração ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, que acontece desde 2006 ininterruptamente.

Órgão máximo de governança, o CA é formado por até cinco membros, sendo um deles eleito pelos colaboradores. Entre as suas funções está indicar os integrantes da Diretoria Executiva para mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Em 2023, o conselheiro José Renato Domingues apresentou sua carta de renúncia ao Conselho de Administração.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Estrutura societária



ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (EM 31/12/2023)

Conselho de Administração	
Nome	Cargo
Zhang Liyi	Presidente do Conselho
Evandro Leite Vasconcelos	Membro efetivo
Monica Lulling	Membro efetivo
Autair Carrer	Membro suplente

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor-Presidente
Márcio José Peres	Diretor
Rodrigo Teixeira Egryja	Diretor
Vitor Hugo Lazzareschi	Diretor

Conselho Fiscal

Nome	Cargo
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	Presidente
François Moreau	Membro efetivo
Marcelo Curti	Membro efetivo
Ary Waddington	Membro suplente
Edgar Massao Rafaeli	Membro suplente
Luis Antonio Esteves Noel	Membro suplente

NOVOS PRAZOS DE CONCESSÃO APÓS ACORDO GSF

Contrato de concessão Aneel/Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão ou autorização	Vencimento da concessão ou autorização
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
					2.297,8	1.069,8		

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paranapanema totalizou 11.100 GWh em 2023, o que representa um aumento de 63,94% em relação ao desempenho do ano anterior. A disponibilidade do parque gerador, que foi de 98,05% em 2023, manteve-se acima dos índices de referência do órgão regulatório.

Esse incremento se deve, principalmente, à melhora significativa do cenário hidrológico observada, não só na bacia do Paranapanema, mas em praticamente todas as bacias do Sistema Interligado Nacional em 2023. Houve chuvas acima da média durante todo o período úmido, resultando na adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que visavam a redução dos vertimentos e, consequentemente, um melhor aproveitamento dos recursos.

A área de gestão de ativos da Rio Paranapanema obteve a recertificação da ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

A energia gerada pela Rio Paranapanema é comercializada por uma área específica, cujos processos foram recertificados pela ISO 9001 em 2023 e novamente se mostraram eficazes. Em 2023, a Companhia vendeu 7.747,1 GWh de energia, sendo 100% direcionados ao Mercado Livre (ACL).

GERAÇÃO DE ENERGIA (GWH)

Usinas	Trílogo			Variação
	2021	2022	2023	
UHE Canoas I	254,1	305,9	439,3	43,6%
UHE Canoas II	199,0	241,5	400,1	65,7%
UHE Capivara	1.740,5	2.283,6	3.482,8	52,5%
UHE Chavantes	498,9	721,7	1.637,7	126,9%
UHE Jurumirim	209,0	212,6	459,9	116,3%
UHE Rosana	1.159,2	1.337,9	1.966,7	47,0%
UHE Salto Grande	213,7	268,0	429,0	60,1%
UHE Taquaruçu	1.072,7	1.308,0	2.157,2	64,9%
PCH Palmeiras	15,1			

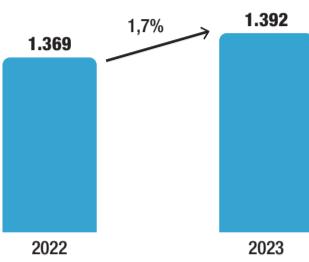


Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

*continuação

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



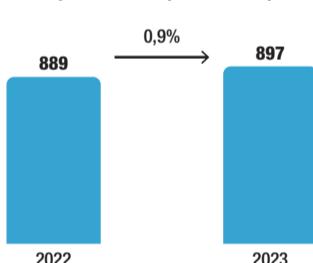
CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Pessoal	(89.918)	(95.370)	-5,7%
Material	(7.862)	(8.393)	-6,3%
Serviços de terceiros	(46.011)	(43.243)	6,4%
Energia comprada	(142.173)	(180.214)	-21,1%
Depreciação e amortização	(266.499)	(277.957)	-4,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(194.051)	(178.555)	8,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(66.871)	(36.507)	83,2%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(8.415)	(7.585)	10,9%
Seguros	(9.989)	(9.678)	3,2%
Aluguéis	(340)	(549)	-38,1%
Provisões para riscos	(55.158)	(477)	11.463,5%
Compartilhamento de despesas	(12.302)	(13.300)	-7,5%
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	—	(30.518)	-100,0%
Outros	2.398	(6.665)	136,0%
	(897.191)	(889.011)	0,9%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram uma elevação de R\$ 8,2 milhões, quando comparado com o exercício anterior. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Na rubrica de provisões para riscos, cabe um destaque para o evento não recorrente relativo ao reconhecimento de R\$ 48,6 milhões como provisão para provável futuro desembolso a partir de andamento da ação regulatória que trata sobre o Despacho Anel nº 288/2002;
- Elevação de R\$ 30,4 milhões na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), basicamente em razão da maior geração das Usinas da Companhia na comparação entre os exercícios (10.797 GWh em 2023 vs 6.316 GWh em 2022);
- Redução de R\$ 38 milhões ou 66,8% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude das boas condições do cenário hidrológico;
- Efeito positivo de R\$ 30,5 milhões, uma vez que, em 2022, houve reconhecimento de provisão pela reavaliação desfavorável da recuperabilidade de ativos na, então Controlada, Rio Sapucaí-Mirim.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



EBITDA E MARGEM EBITDA

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225	40,5%
Imposto de renda e contribuição social	115.068	82.377	39,7%
Resultado financeiro (líquido)	37.992	154.323	-75,4%
Depreciação e amortização	266.499	277.957	-4,1%
Ebitda	761.176	757.882	0,4%
Margem Ebitda	54,7%	55,4%	-0,7 p.p.

Redução de R\$ 38,2 milhões nos juros e variações monetárias incidentes sobre as debêntures da Companhia em razão das amortizações efetuadas e também pela redução do IPCA e CDI na comparação entre os períodos.

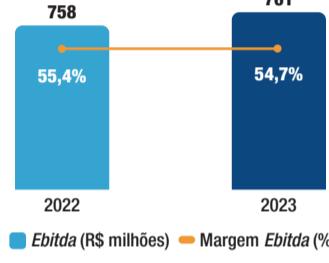
ENDIVIDAMENTO

	Controladora	Consolidado	Variação
	2023	2022	
Debêntures	755.938	979.230	-22,8%
Curto prazo	327.294	271.877	20,4%
Longo prazo	428.644	707.353	-39,4%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(428.060)	(220.928)	93,8%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.764)	(1.401)	25,9%
Dívida líquida	326.114	756.901	-56,9%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 56,9% ou R\$ 431 milhões na comparação com a posição final de 2022, principalmente em razão das amortizações das dívidas realizadas ao longo do exercício, bem como, em função de um maior saldo de caixa no final dos exercícios.

Ebitda (R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	42.000	35.893	17,0%
Variações monetárias	51.087	11.969	326,8%
Outros	(2.124)	(2.009)	5,7%
	90.963	45.853	98,4%
Despesas			
Juros	(90.853)	(110.409)	-17,7%
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	-57,3%
Outros	(3.402)	(8.558)	-60,2%
	(128.955)	(200.176)	-35,6%
Resultado financeiro líquido	(37.992)	(154.323)	-75,4%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 38 milhões, representando uma melhora de R\$ 116,3 milhões em relação ao ano de 2022. Acerca dessa variação, vale destacar:

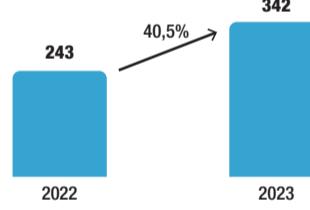
- Redução de R\$ 68,9 milhões na atualização monetária referente à liminar mantida pela Companhia que discute a redução de garantia física. Essa queda deve-se basicamente em razão da deflação medida no IGP-M em 2023;

LUCRO LÍQUIDO

Em um ano desafiador, onde o cenário hidrológico positivo mantém os preços de energia em patamares baixos, a Paranapanema apresentou um ótimo desempenho de resultado com destaque para a melhoria no resultado financeiro.

O lucro líquido foi R\$ 341,6 milhões, que representa um crescimento relevante de R\$ 98,4 milhões ou +40,5% em relação ao desempenho obtido no ano de 2022.

Lucro líquido (R\$ milhões)



Ativo	Controladora				Consolidado (*)			
	Nota	2023		2022		2022		Passivo
		2023	2022	2022	2022	2022	2022	
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	428.060	189.709	220.928	Fornecedores			12
Clientes	6	190.437	172.958	175.554	Salários, provisões e contribuições sociais			17.445
Tributos a recuperar	7	347	6	6	Tributos a recolher			72.838
Partes relacionadas	16.3	993	1.883	1.867	Encargos setoriais			31.072
Serviços em curso		14.788	23.418	23.418	Debêntures			327.294
Outros créditos		10.577	8.956	9.260	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)			380.856
Total do ativo circulante	645.202	396.930	431.033	431.033	Partes relacionadas			4.621
Não circulante					Outras obrigações			2.270
Realizável a longo prazo					Total do passivo circulante			1.253.711
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	1.764	1.401	1.401	Não circulante			1.014.412
Clientes	6	—	804	804	Fornecedores			46.621
Tributos a recuperar	7	2.409	819	2.358	Encargos setoriais			10.270
Tributos diferidos	23.2	158.514	156.023	156.023	Indenização socioambiental			18.036
Depósitos judiciais	8	67.479	62.846	62.846	Debêntures			428.644
Outros créditos		1.247	1.513	1.513	Provisões para riscos			97.205
		231.413	223.406	224.945	Plano de aposentadoria			4.490
Investimentos	9	—	228.775	—	Outras obrigações			7.932
Imobilizado	10	2.147.071	2.132.728	2.31				



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
*continuação
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado	Nota	Controladora	Consolidado
		2023	2022		2023	2022
Receita operacional líquida	20	1.365.524	1.339.038	1.391.868	1.368.936	
Custos operacionais						
Pessoal		(76.361)	(80.257)	(78.466)	(83.217)	
Material		(6.617)	(6.572)	(7.139)	(7.450)	
Serviços de terceiros		(24.811)	(26.940)	(27.708)	(30.326)	
Energia comprada	21.2	(141.689)	(178.742)	(142.173)	(180.214)	
Depreciação e amortização	10 e 11	(251.437)	(262.138)	(260.860)	(272.492)	
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(193.279)	(177.783)	(194.051)	(178.555)	
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(66.871)	(36.507)	(66.871)	(36.507)	
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(8.303)	(7.474)	(8.415)	(7.585)	
Seguros		(9.808)	(9.521)	(9.989)	(9.678)	
Aluguéis		(1)	(1)	(12)	(38)	
Provisões para riscos	17.2	(58.064)	(941)	(58.064)	(941)	
Outros		(716)	(1.953)	(753)	(2.017)	
Resultado bruto	527.567	550.209	537.367	559.916		
Outros resultados operacionais						
Pessoal		(11.452)	(12.153)	(11.452)	(12.153)	
Material		(687)	(897)	(723)	(943)	
Serviços de terceiros		(17.817)	(12.322)	(18.303)	(12.917)	
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.639)	(5.465)	(5.639)	(5.465)	
Aluguéis		(328)	(511)	(328)	(511)	
Reversões de provisões para riscos	17.2	2.906	464	2.906	464	
Compartilhamento de despesas	16.4	(10.429)	(11.445)	(12.302)	(13.300)	
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos		—	—	—	(30.518)	
Outros		3.093	(4.638)	3.151	(4.648)	
Resultado de participações societárias	(40.353)	(46.967)	(42.690)	(79.991)		
Equivalência patrimonial	9.2	9.719	(22.192)	—	—	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	496.933	481.050	494.677	479.925		
Resultado financeiro	22					
Receitas		86.226	42.728	90.963	45.853	
Despesas		(128.953)	(200.170)	(128.955)	(200.176)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	454.206	323.608	456.685	325.602		
Imposto de renda e contribuição social	23					
Corrente		(117.544)	(100.618)	(120.023)	(102.612)	
Diferido		4.955	20.235	4.955	20.235	
Lucro líquido do exercício	341.617	243.225	341.617	243.225		
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	3.617.56	2.575.64	—	—	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

	Nota	Controladora e Consolidado	2023	2022		Nota	Controladora	Consolidado	2023	2022
							2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		341.617	243.225							
Outros resultados abrangentes do exercício										
Itens que não serão reclassificados para o resultado										
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		6.618	31.080							
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		(2.250)	(10.567)							
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido		628	4.880							
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial		(214)	(1.659)							
Total do resultado abrangente do exercício		346.399	266.959							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado		
		2023	2022			2023	2022		
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social						454.206	323.608	456.685	325.602
Ajustes em:									
Equivalência patrimonial	9.2	(9.719)	22.192	—	—				
Depreciação e amortização	10.3 e 11.3	257.076	267.603	266.499	277.957				
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos		—	—	—	30.518				
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	10.3 e 11.3	244	2.852	244	3.034				
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	14.4	106.290	144.960	106.290	144.960				
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(10.191)	(8.782)	(10.191)	(8.782)				
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos	17.2	57.484	2.814	57.484	2.814				
Variação monetária referente a liminar CCEE		(37.785)	31.084	(37.785)	31.084				
Outras variações		14.736	11.399	14.678	11.386				
Variação nos ativos e passivos									
Cientes		(13.308)	15.747	(13.366)	16.717				
Partes relacionadas		1.419	(699)	2.158	(552)				
Serviços em curso		(1.687)	(6.410)	(1.687)	(6.410)				
Depósito judicial		(12)	107	(19)	107				
Fornecedores		(7.562)	(110.319)	(8.527)	(111.333)				
Salários, provisões e contribuições sociais		(1.084)	1.056	(1.451)	1.098				
Encargos setoriais		7.306	11.878	7.307	11.878				
Provisão para riscos	17.2	276	(448)	276	(448)				
Impostos, taxas e contribuições		(23.369)	(8.947)	(24.016)	(348)				
Outras variações ativas e passivas		(1.038)	(5.586)	(1.125)	(14.603)				
Caixa gerado pelas operações		793.282	694.109	813.454	714.679				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(94.775)	(51.014)	(96.637)	(61.623)				
Pagamento de juros sobre debêntures	14.4	(100.196)	(102.004)	(100.196)	(102.004)				
Pagamento de variação monetária sobre debêntures		(66.036)	(93.596)	(66.036)	(93.596)				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		532.275	447.495	550.585	457.456				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Adições no ativo imobilizado e intangível	10.3 e 11.3	(17.122)	(30.243)	(18.161)	(31.847)				
Caixa líquido de controlada incorporada	1.5	48.490	—	—	—				
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos		31.368	(30.243)	(18.161)	(31.847)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos									
Pagamento de debêntures		14.4	(163.350)	(263.325)	(163.350)	(263.325)			
Pagamento de dividendos		15.2	(76.735)	(126.369)	(76.7				



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A capacidade instalada da Companhia é de 2.297,8 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquarucu, UHE Rosana, 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II e duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) Palmeiras e Retiro, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, com capacidade instalada de 32,5 MW. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 608.509, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante das parcelas referentes à 8ª emissão série 2 e 9ª emissão série 1 das debêntures;
- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar;
- A Companhia, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (conforme nota explicativa nº 1.3.) no montante de R\$ 384.841 em 31 de dezembro de 2023. Essa obrigação possui característica de passivo financeiro e está classificado no curto prazo por conta disso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, a Companhia conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria de R\$ 223.668.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquarucu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo, em 22 de julho de 2020 foi firmado o Segundo Termo Aditivo e em 01 de julho de 2022 o Terceiro Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 11.345/2022 após do acordo GSF. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998, sendo que em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo e em 21 de outubro de 2022 foi firmado o Segundo Termo Aditivo contrato aprovado na Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 após do acordo GSF, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

1.2.2. Resoluções Autorizativas

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controladora para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Por meio da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel anuiu a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, a Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Companhia por meio de constituição de reserva de capital.

Em 01 de dezembro de 2023 a Controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. foi incorporada pela Companhia conforme nota explicativa nº 1.5.1.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão/resoluções autorizativas da Companhia:

Contrato de concessão Aneel/Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão/ autorização	Vencimento concessão/ autorização
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquarucu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049
				2.297,8	1.069,8			

Em 10 de outubro de 2023 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896 que altera o término da vigência do prazo de concessão da PCH Palmeiras, acrescentando 2.555 dias em sua concessão.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Companhia, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Companhia em 4 votos a 1, na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Companhia, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHEs já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015, e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, consultar nota explicativa nº 12.

1.3.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, as usinas da Companhia.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 a Companhia ingressou com um pedido de tutela antecipada, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz da primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas da Companhia estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, a Companhia protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada, bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso a Companhia tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

1.5. Incorporação do acervo contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 01 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliada na data-base de 31 de agosto de 2023, por meio do laudo

de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por meio do Despacho Aneel nº 4.907 de 14 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023, a Aneel anuiu o pedido de transferência das autorizações das PCHs Retiro e Palmeiras, anteriormente detidas pela Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. para a Companhia. Com esta operação a Companhia passa a ser a titular dos direitos e obrigações intraterritoriais relativas a esses ativos.

A incorporação consistiu na absorção pela Companhia, da sociedade incorporada com todos seus ativos e passivos, sendo que a Companhia sucedeu a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

A Companhia e a Incorporada são sociedades do mesmo grupo econômico, sendo a Companhia a única quotista da incorporada.

www.ctgb.com.br

1.5.1. Acervo líquido incorporado

Ativo	30/11/2023
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	48.490
Clientes	2.657
Tributos a recuperar	336
Outros créditos	391
Total do ativo circulante	51.874
Não circulante	
Realizável a longo prazo	1.591
Tributos a recuperar	7
Depósitos judiciais	1.598
Imobilizado	178.268
Intangível	8.802
Total do ativo não circulante	188.668
Total do ativo	240.542
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	28
Salários, provisões e contribuições sociais	79
Tributos a recolher	905
Encargos setoriais	1



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.3. Risco de concentração de clientes

A Companhia considerando os riscos de mercado, desenvolveu metodologia e implementou política de proteção a seu portfólio de clientes, que foi desenvolvida desde sua primeira versão.

Atualmente são estabelecidos limites que consideram a participação dos clientes e seus respectivos setores de atuação, dentre outras premissas como robustez financeira e patrimonial.

A Companhia adota como uma das principais premissas de controle sua garantia física que será contratada.

Exceptionalmente no ano de 2023, em razão de um contrato firmado enquanto as condições de negociação eram mais favoráveis que as atuais e na versão da política anterior à vigente, houve a concentração de cerca de 10% da receita operacional da Companhia, numa contraparte de grande porte e excelente histórico de relacionamento.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	122.473	-	120.706	-	243.179
Debêntures 9ª emissão série 1	Variação DI + 1,40% ao ano	192.333	-	-	-	-	192.333
Debêntures 9ª emissão série 2	Variação DI + 1,65% ao ano	22.197	-	21.320	186.855	168.282	398.654
		214.530	122.473	21.320	307.561	168.282	834.166

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide notas explicativas nº 14.7).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/ (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	427.945	49.856	39.157	(10.699)
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,65%	9,15%	1.764	206	161	(44)
				429.709	50.061	39.318	(10.743)
Passivos financeiros							
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	4,53%	4,16%	(227.239)	(23.352)	(22.477)	875
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	11,65%	9,15%	(190.441)	(25.163)	(20.335)	4.828
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	11,65%	9,15%	(338.258)	(45.639)	(37.043)	8.596
				(755.938)	(94.154)	(79.855)	14.299
Total da exposição líquida				(326.229)	(44.093)	(40.537)	3.556

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Controladora	Consolidado	
Nota	2023	2022	2022
Debt	755.938	979.230	979.230
5.1	(428.060)	(189.709)	(220.928)
	326.114	788.120	756.901
Capital	1.822.144	1.871.612	1.871.612
2.148.258	2.659.732	2.628.513	
	15.2	29.6	28.8

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima ao do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 22).

5.1.2. Composição

	Controladora	Consolidado	
	2023	2022	2022
Caixas e bancos	115	32	65
Aplicações financeiras	427.945	189.677	220.863
Certificado de depósito bancário (CDB)	427.945	189.677	220.863
	428.060	189.709	220.928

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por aluguéis de terrenos nas bordas dos rios que possuem aplicações restritas em gastos ambientais.

5.2.2. Movimentação

	Gastos Ambientais
Nota	1.401
2023	942
2022	445
	(1.024)
	1.764

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

DEZEMBRO DE 2023

ESTADÃO RI | 26

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

5.3.1. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora	Consolidado
2023	2022	2022	2023	2022

</tbl



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

12.2. Composição

	Controladora							
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	391.834	—	391.834	418.069	—	418.069	—	418.069
Materiais e serviços contratados	9.758	—	9.758	29.660	—	29.660	—	29.660
Encargos de uso da rede elétrica	15.723	46.621	62.344	14.904	36.542	51.446	—	51.446
Tust	15.440	—	15.440	14.623	—	14.623	—	14.623
Tusd-g	283	46.621	46.904	281	36.542	36.823	—	36.823
	417.315	46.621	463.936	462.633	36.542	499.175		
	Consolidado							
	2022							
Suprimento de energia elétrica	418.308	—	418.308	—	418.308	—	418.308	
Materiais e serviços contratados	30.414	—	30.414	—	30.414	—	30.414	
Encargos de uso da rede elétrica	14.904	36.542	51.446	—	51.446	—	51.446	
Tust	14.623	—	14.623	—	14.623	—	14.623	
Tusd-g	281	36.542	36.823	—	36.823	—	36.823	
	463.626	36.542	500.168					

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 384.841

(R\$ 412.714 em dezembro de 2022) referente a limiar de garantia física, obtidas pela Companhia. A redução no saldo ao longo de

2023 se explica basicamente pela deflação no índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), índice que atualiza este saldo.

12.3. Encargos de uso da rede elétrica

A Anel regulamenta as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pelo grupo são:

i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);

ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);

iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 21.3).

A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, referente ao período de julho de 2004 e junho de 2009, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os CUSD como assinados.

A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Anel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 133.110 (R\$ 117.756 em 31 de dezembro de 2022). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 46.621 (R\$ 36.542 em 31 de dezembro de 2022).

13. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

13.1. Composição

	Controladora						2023	
	2023	2022	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	14.263	—	14.263	12.176	—	12.176	—	12.176
P&D	16.108	10.270	26.378	24.749	5.943	30.692	—	30.692
TFSEE	701	—	701	623	—	623	—	623
	31.072	10.270	41.342	37.548	5.943	43.491		
	Consolidado						2022	
	2022						Total	
CFURH	12.176	—	12.176	—	12.176	—	—	—
P&D	24.749	5.943	30.692	—	30.692	—	—	—
TFSEE	632	—	632	—	632	—	—	—
	37.557	5.943	43.500					

13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

14.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM			Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário
			Data da emissão	Ativo	Passivo				
8ª	2	IPCA + 5,50%	Resolução CVM nº 160/22	15/03/2018	15/03/2025	160.000	1	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	
		DI + 1,40%	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2026	180.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	
9ª	1	ao ano	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2024	180.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	
9ª	2	DI + 1,65%	Resolução CVM nº 160/22	26/01/2021	26/01/2026	320.000	1	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	

14.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato

14.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Olímpia e Nona emissão:

i. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

ii. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;

iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,9, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 8ª e 9ª emissão, tendo por base as entâncias mais recentes Demonstrações Financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos covenants, conforme abaixo:

Índice financeiro

Ebitda/Resultado financeiro

Dívida líquida/Ebitda

Dívida total/(Dívida total + Capital social)

14.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Olímpia e Nona emissão, os quais vêm sendo订tados pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor igual ou superior a R\$ 32 milhões para a 8ª emissão e R\$ 70 milhões para a 9ª emissão;

ii. 8ª/9ª debêntures - Transférição de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;

iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

15.1. Política contábil

i. A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

ii. A distribuição de juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecido como um passivo em suas demonstrações financeiras, quando aprovados nos termos do Estatuto Social. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

15.2. Dividendos a pagar

Saldo em 2022	Dividendos intermediários/propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2023
73.850	275.112	(73.850)	—	275.112
4.126	10.897	(2.885)	(97)	12.041



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. PROVISÕES PARA RISCOS

17.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

17.2. Provisões para riscos prováveis

17.2.1. Composição

	Controladora				Consolidado	
	2023		2022		Provisões líquidas	2022
	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas	Provisões líquidas		
Trabalhistas	10.209	(2.026)	8.183	7.258	7.258	
Fiscais	17.925	(35)	17.890	20.181	20.181	
Cíveis	2.475	(279)	2.196	2.041	2.041	
Desapropriações de terras	54	—	54	—	—	
Indenizações de benfeitorias	2.421	(279)	2.142	2.041	2.041	
Ambientais	21.051	(737)	20.314	10.213	10.213	
Regulatórias	48.622	—	48.622	—	—	
	100.282	(3.077)	97.205	39.693	39.693	

17.2.2. Movimentação

	Controladora					Total	
	Cíveis		Total				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	—	2.041	10.213	39.693	
Provisões para riscos							
Provisões/(reversões)	83	(2.927)	—	—	9.380	48.622	
Variações monetárias	997	639	—	104	586	—	
Saldos incorporados (**)			54	—	—	54	
Acordos/pagamentos	—	—	—	(1.540)	—	(1.540)	
Depósitos judiciais	1.080	(2.288)	54	104	8.426	48.622	
Variações monetárias	(155)	(3)	—	(3)	(141)	—	
Baixas	—	—	—	—	1.816	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.183	17.890	54	2.142	20.314	48.622	
						97.205	

	Controladora					Total	
	Cíveis		Total				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	—	2.499	8.449	37.765	
Provisões para riscos							
Provisões/(reversões)	(244)	(680)	—	(90)	1.491	477	
Variações monetárias	1.061	619	—	194	463	2.337	
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	—	(544)	—	(744)	
Depósitos judiciais	780	(224)	—	(440)	1.954	2.070	
Variações monetárias	(117)	(158)	—	(22)	(141)	(438)	
(Adições)	—	—	—	(258)	(49)	(307)	
Baixas	11	330	—	262	—	603	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	—	(18)	(190)	(142)	
						39.693	

	Consolidado					Cíveis	
	Trabalhistas		Fiscais				
	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	6.997	2.499	8.449	44.762	
Provisões para riscos							
Provisões/(reversões)	(244)	(680)	—	(90)	1.491	477	
Variações monetárias	1.061	619	—	194	463	2.337	
Variações monetárias (*)	—	—	839	—	839	—	
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	—	(10.405)	
Depósitos judiciais	780	(224)	6.997	(440)	1.954	(4.927)	
Variações monetárias	(117)	(158)	—	(22)	(141)	(438)	
(Adições)	—	—	(2.772)	—	—	(2.772)	
Baixas	11	330	—	262	—	603	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	—	(18)	(190)	(142)	
						39.693	

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

(**) Saldos incorporados conforme nota explicativa nº 1.5.

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

17.2.3. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados, sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

17.2.4. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Processo Administrativo decorrente de um Auto de Infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância e segunda instância parcialmente favoráveis à Companhia, sendo anuladas as autuações referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. O processo retornou para a primeira instância para novo julgamento em relação ao período de março de 2000. A Companhia Interpôs o recurso voluntário em 28 de setembro de 2022 e aguarda distribuição do Recurso Voluntário no CARF. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.266 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2022);

ii. Processo administrativo, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou resarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão da parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em R\$ 11.293 (R\$ 14.167 em 31 de dezembro de 2022);

iii. Ação Anulatória ajuizada pela Companhia visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.910, sendo que o valor provável é de R\$ 551.

17.2.5. Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2023 de R\$ 15.844 (R\$ 9.238 em 31 de dezembro de 2022);

ii. Trata-se de Ação Anulatória ajuizada para declarar nulo o Autos de Infração nº 246.946



Rio Parapananema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3.5. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2023	2022
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	390.004	387.401
Rendimento real dos ativos	42.567	27.172
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	39.399	35.555
Rendimento do valor justo do ativo do plano	3.168	(8.383)
Contribuições no exercício	3.453	2.674
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(31.310)	(27.244)
Valor justo dos ativos no final do exercício	404.714	390.004

18.3.6. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2023	2022
Custo do serviço corrente	921	2.220
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	40.323	39.411
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(39.399)	(35.555)
Total	1.845	6.076

18.3.7. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2023	2022
Efeito da alteração de premissas financeiras	14.780	(38.560)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(622)	52
Efeito da experiência do plano	(18.116)	(5.675)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(3.168)	8.383
Saldo no final do exercício	(7.126)	(35.800)

18.3.8. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

18.3.8.1. Hipóteses econômicas

	2023	2022
Taxa nominal de desconto (*)	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,92% ao ano	10,41% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	6,60% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%
(*) Utilização de taxas nominais.		

18.3.8.2. Hipóteses demográficas

	2023	2022
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Mercer Disability M suav. Em 50%	Mercer Disability suav. Em 50%
Mortalidade de invalídos	AT - 1949 Masculina agravada em 10%	AT - 1949 Masculina agravada em 10%
Composição familiar	Funcessp 2014	Funcessp 2014
Idade de aposentadoria	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres
Taxa de crescimento salarial	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Rotatividade	1,69%	2,50%
18.3.9. Dados dos participantes	ExpR_2012* suavizada em 50%	ExpR_2012* suavizada em 50%

Número de Participantes

Ativos	163	208
Aposentados	209	190
Invalídos	18	15

18.3.10. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 409.204, a Companhia realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto (+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
Impacto na Obrigaçāo de Benefício Definido	(37.474)	43.464
Total da Obrigaçāo de Benefício Definido	371.730	452.668
Duration da obrigação (em anos)	10,20	10,62

18.3.11. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	1.040
Custo dos juros	39.196
Rendimento esperado dos ativos do plano	(38.627)
Custo da obrigação de benefício definido	1.609

18.3.12. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2023 é de R\$ 2.492 (R\$ 2.537 em 31 de dezembro de 2022).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	30.465
Entre 2 e 5 anos	135.172
Entre 5 e 10 anos	202.213

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado
Ações Ordinárias (ON) e preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580 sendo R\$ 785.193.333 (setecentos e oitenta e cinco milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e trinta e três) ações em ações ordinárias e R\$ 1.570.386.667 (um bilhão e quinhentos e setenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis) em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 94.433.283 (novecentos e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Posição acionária em 31/12/2023 (Em ações unitárias)

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	%	Total	%
Acionistas	31.180.725	59.655.272	99,06	90.835.997	96,19
Rio Parapananema Participações S.A.	—	652.100	1,04	652.100	0,69
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	2.648.150	0,94	2.945.186	3,12

Posição acionária em 31/12/2022 (Em ações unitárias)

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	%	Total	%
Acionistas	31.180.725	59.655.272	99,06	90.835.997	96,19
Rio Parapananema Participações S.A.	—	652.200	1,04	652.200	0,69
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	2.648.050	0,94	2.945.086	3,12

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;

ii. Dividendo prioritário, não cumulativo,



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Tust	176.970	162.577	176.970	162.577
Tusd	35.112	32.281	35.884	33.053
Encargos de conexão	198	246	198	246
(-) Crédito de PIS	(3.389)	(3.090)	(3.389)	(3.090)
(-) Crédito de COFINS	(15.612)	(14.231)	(15.612)	(14.231)
	193.279	177.783	194.051	178.555

22. RESULTADO FINANCEIRO

22.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	37.339	32.867	42.000	35.893
Variações monetárias	51.030	11.876	51.087	11.969
Depósitos judiciais	10.191	8.782	10.191	8.782
Atualização monetária de tributos a recuperar	182	1.007	236	1.093
Inadimplência CCEE	710	2.087	713	2.094
Atualização monetária referente a liminares CCEE	38.937	—	38.937	—
Outras	1.010	—	1.010	—
(-) PIS e COFINS	(2.231)	(2.131)	(2.231)	(2.131)
Outras receitas financeiras	88	116	107	122
	86.226	42.728	90.963	45.853
Despesas				
Juros	(90.853)	(110.409)	(90.853)	(110.409)
Debêntures	(90.756)	(110.303)	(90.756)	(110.303)
Outros	(97)	(106)	(97)	(106)
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	(34.700)	(81.209)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(1.152)	(31.084)	(1.152)	(31.084)
Provisões para riscos	(2.326)	(2.337)	(2.326)	(2.337)
Debêntures	(14.585)	(33.261)	(14.585)	(33.261)
Outras	(16.637)	(14.527)	(16.637)	(14.527)
Despesas plano de pensão	(1.845)	(6.076)	(1.845)	(6.076)
Outras despesas financeiras	(1.555)	(2.476)	(1.557)	(2.482)
	(128.953)	(200.170)	(128.955)	(200.176)
	(42.727)	(157.442)	(37.992)	(154.323)

23. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

23.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

23.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora			2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	—	454.206	—	—	323.608	—	—	—	—
Aliquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(113.552)	(40.879)	(154.431)	(80.902)	(29.125)	(110.027)			
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva									
Amortização encargo credor inflacionário	—	—	—	2.260	(73)	2.187			
Equivalência patrimonial de controlada	2.430	874	3.304	(5.548)	(1.997)	(7.545)			
Juros sobre capital próprio	27.500	9.901	37.401	25.000	9.000	34.000			
Doações Incentivadas	2.644	—	2.644	2.852	—	2.852			
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	(187)	(67)	(254)	—	—	—			
Incentivos fiscais	9	—	9	—	—	—			
Outras (adições) permanentes, líquidas	(922)	(340)	(1.262)	(1.349)	(501)	(1.850)			
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(82.078)	(30.511)	(112.589)	(57.687)	(22.696)	(80.383)			
IRPJ e CSLL correntes	85.721	31.823	117.544	72.761	27.857	100.618			
IRPJ e CSLL diferidos	(3.643)	(1.312)	(4.955)	(15.074)	(5.161)	(20.235)			
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	82.078	30.511	112.589	57.687	22.696	80.383			
Aliquota efetiva	18,1%	6,7%	24,8%	17,8%	7,0%	24,8%			

	Consolidado			2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	—	456.685	—	—	325.602	—	—	—	—
Aliquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(114.171)	(41.102)	(155.273)	(81.401)	(29.304)	(110.705)			
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva									
Amortização encargo credor inflacionário	—	—	—	2.260	(73)	2.187			
Juros sobre capital próprio	27.500	9.901	37.401	25.000	9.000	34.000			
Doações Incentivadas	2.644	—	2.644	2.852	—	2.852			
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	1.307	361	1.668	(5.665)	(3.196)	(8.861)			
Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido	(187)	(67)	(254)	—	—	—			
Incentivos fiscais	9	—	9	—	—	—			
Outras (adições) permanentes, líquidas	(923)	(340)	(1.263)	(1.349)	(501)	(1.850)			
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(83.821)	(31.247)	(115.068)	(58.303)	(24.074)	(82.377)			
IRPJ e CSLL correntes	87.464	32.559	120.023	73.377	29.235	102.612			
IRPJ e CSLL diferidos	(3.643)	(1.312)	(4.955)	(15.074)	(5.161)	(20.235)			
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	83.821	31.247	115.068	58.303	24.074	82.377			
Aliquota efetiva	18,4%	6,8%	25,2%	17,9%	7,4%	25,3%			

	Controladora			2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	—	456.685	—	—	325.602	—	—	—	—
Aliquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(114.171)	(41.102)	(155.273)	(81.401)	(29.304)	(110.705)			
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva									



Rio Paranapanema Energia S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

25.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
			2023		2022	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	—	115	115	65	65
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	427.945	427.945	220.863	220.863
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.764	1.764	1.401	1.401
Clientes	Custo amortizado	—	190.437	190.437	176.358	176.358
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	—	67.479	67.479	62.846	62.846
Partes relacionadas	Custo amortizado	—	993	993	1.867	1.867
			688.733	688.733	463.400	463.400
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	—	463.936	463.936	500.168	500.168
Encargos setoriais	Custo amortizado	—	41.342	41.342	43.500	43.500
Debêntures	Custo amortizado	—	755.938	721.780	979.230	951.989
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	—	380.856	380.856	163.156	163.156
Partes relacionadas	Custo amortizado	—	4.621	4.621	3.337	3.337
			1.646.693	1.612.535	1.689.391	1.662.150

26. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros que englobam a Rio Paranapanema e que levam em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Límite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2023 a 04/08/2024	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2023 a 04/08/2024	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2024	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2023 a 08/12/2024	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes.

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2023	2022
Dividendos propostos/intermediários	286.050	76.878
Juros sobre o capital próprio a pagar	93.500	85.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	82.412	90.943
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	(28.020)	(30.921)
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	6.618	31.080
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(2.250)	(10.567)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	628	4.880
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado atuarial	(214)	(1.659)

28. COMPROMISSOS

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

Contratos	Compromissos até
ACL - Contratos bilaterais	2027

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, Bairro Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, as Notas Explanatórias, o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nas atuais versões (arquivadas na sede da Companhia nessa data). Com base nos exames efetuados, observadas as

análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e pela auditoria independente, o Conselho Fiscal, por maioria de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, pelo encaminhamento das contas do exercício de 2023 para apreciação em assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito. Referido parecer poderá ser revisado, caso exista alguma alteração relevante ou evento subsequente que ocorra entre esta data e a data de sua publicação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024
Ary Waddington - Presidente do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.998.301/0001-81, declararam que:

(i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declararam que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social fino em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) manifestaram sua inteira concordância, por maioria, quanto aos referidos documentos, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em 30 de abril de 2024.

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
Zhang Liyi - Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Bairro Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.998.301/0001-81, declararam que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social fino em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social fino em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva // Rodrigo Teixeira Egreja

Diretor Presidente e de Relação com Investidores // Diretor Executivo

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Liyi Zhang - Presidente
Evandro Leite Vasconcelos - Membro Efetivo

Monica Luling - Membro Efetivo
Autair Carrer - Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro - Presidente
François Moreau - Conselheiro Efetivo
Marcelo Curti - Conselheiro Efetivo

Conselho de Administração

Ary Waddington - Conselheiro Suplente
Edgard Massao Raffaelli - Conselheiro Suplente
Luis Antonio Esteves Noel - Conselheiro Suplente

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia
Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro
Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Antônio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC - PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

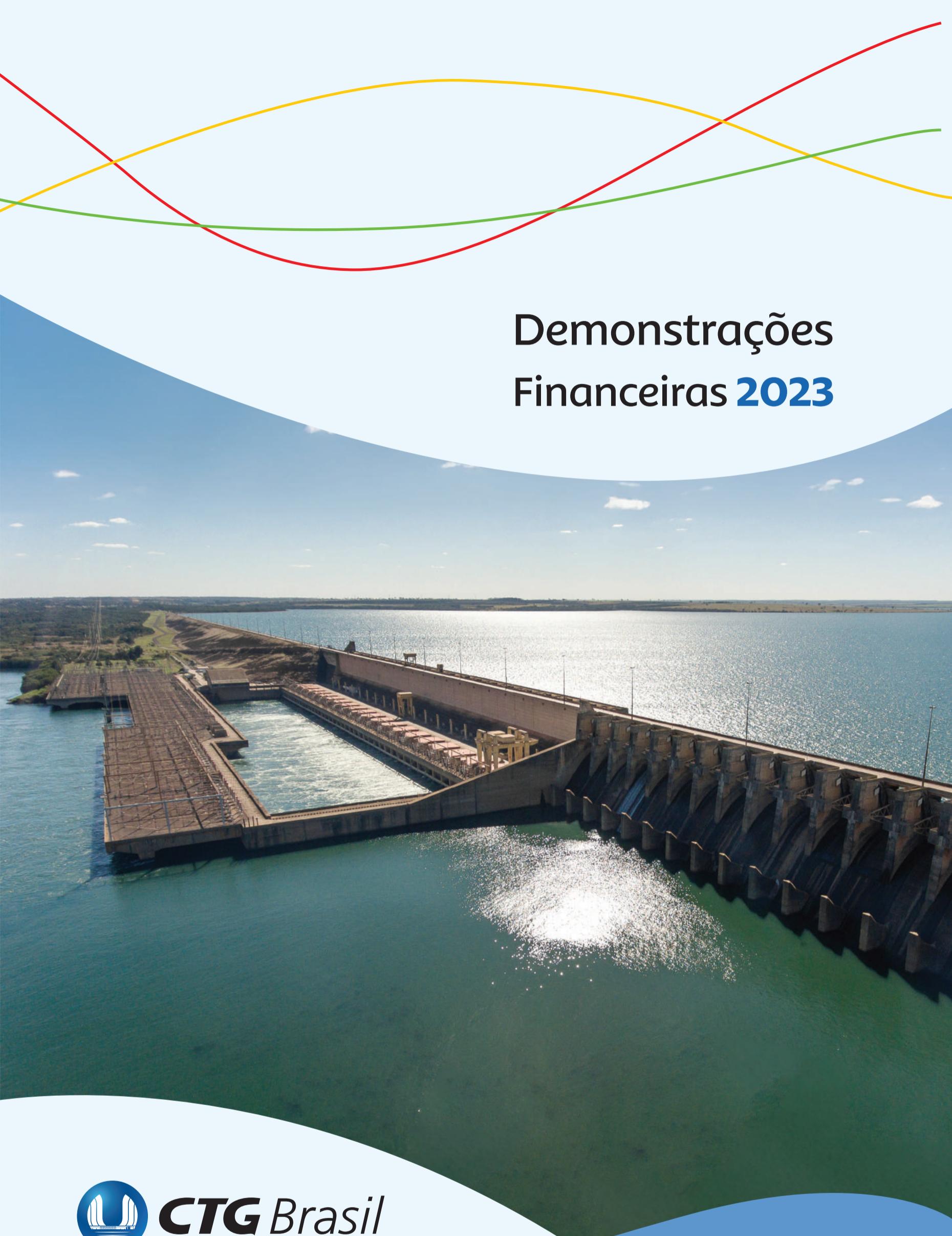
Rio Paranapanema Energia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício fino nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Paranapanema Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício fino nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos (passivos contingentes e regulatórios)
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 12 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui estimativa contábil relacionada à provisão para riscos fiscais, trabalhistas, civis, ambientais e regulatórios. A determinação da probabilidade de perda, assim como a definição da exposição à perda, requer o exercício de julgamento significativo da Diretoria, em conjunto com seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total da provisão para riscos (passivos contingentes) líquido dos depósitos judiciais diretamente relacionados, é de R\$97.205 mil na controladora, o valor referente aos processos cuja probabilidade de êxito foi considerada possível é de R\$294.653 mil na controladora, e o saldo referente à liminar da garantia física é de R\$ 384.841 (passivos regulatórios). Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo empregido para definir a probabilidade de perda, a subjetividade para mensurar as provisões e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, com a utilização de conhecimento técnico e análise de jurisprudências, consideramos a mensuração da provisão para riscos como um assunto significativo para a nossa auditoria.



Demonstrações Financeiras 2023

 **CTG Brasil**

**Rio Paraná
Energia S.A.**

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná") subsidiária da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil") submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Resolução CVM nº 162/22. Também em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria a externa.

O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2023 consolidando uma agenda de avanços na Rio Paraná Energia nos aspectos prioritários para o negócio, em resultados operacionais e financeiros, na eficiência em processos e na garantia da segurança. Contribuindo com o balanço positivo dos esforços empregados, tivemos um cenário hidrológico favorável com repercussão na produção energética de nossas usinas e no cenário energético do país. Juntas, as UHEs Ilha Solteira e Jupiá atingiram 18.024,5 GWh de geração hidrelétrica em 2023, uma expansão de 15,3% em relação aos volumes gerados em 2022.

No âmbito financeiro, mesmo em um ano marcado por volatilidade no cenário econômico, a Rio Paraná apresentou resultados consistentes. O crescimento de nosso lucro líquido foi de R\$ 321,3 milhões - fechamos 2023 com R\$ 2.251 milhões, 16,6% acima do obtido no ano anterior.

O principal projeto da Rio Paraná, a modernização das duas UHEs, está prestes a finalizar a segunda fase prevista no plano de investimento. Em um processo evolutivo de melhoria, os ganhos de aprendizado se mostram na execução de um cronograma mais ajustado ao planejado e na eficiência da gestão.

Dante da magnitude das obras de modernização em andamento, envolvendo grandes equipes, nosso compromisso com a segurança e o valor da vida dos funcionários apresentou-se de forma robusta, com um índice zero de acidentes ocupacionais com afastamento. Quanto à segurança das comunidades que nos rodeiam, demos andamento à implantação de uma série de medidas de prevenção e mitigação de riscos relacionados aos empreendimentos, com destaque para segurança de barragens.

Nossa compromisso com a melhoria contínua é consolidado com a conquista da recertificação nas normas ISO 9.001, ISO 14.001, ISO 45.001, ISO 55.001 para a gestão das duas usinas do nosso portfólio, o que coloca a Rio Paraná em destaque entre os empreendimentos de geração de energia no Brasil.

Agradecemos a contribuição de todos que se esforçaram para que a Rio Paraná continue em sua trajetória de crescimento sustentável em benefício da energia limpa no Brasil.

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor-presidente da Rio Paraná Energia S.A.

Contrato de concessão Aneel	Usina	tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início de concessão	Vencimento da concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Por meio do Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, a Companhia assegura a ética e a integridade que norteiam seus valores e decisões e constituem a base de suas atividades e relacionamentos. Atualizados regularmente em treinamentos sobre os padrões Código de Ética e Conduta, todos os colaboradores assumem responsabilidades por um ambiente fundamentado na ética profissional e observâncias às políticas internas e leis aplicáveis aos negócios.

Os treinamentos também preveem a conformidade de 100% dos colaboradores às normas adotadas pela Companhia em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (2018/2023) e à proteção dos dados pessoais.

O compromisso com a ética e a integridade foi reafirmado em 2023 pela atribuição da ISO 37301 e da 37001 ao Programa de Compliance, conferindo maior robustez ao sistema de gestão de risco da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital.

A Companhia está listada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria "B", equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante seus credores.

A estrutura de governança da Rio Paraná é formada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. Conselho de Administração é indicado pelos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, sendo formado por quatro membros, dois deles nomeados pelo sócio minoritário. Uma das funções do Conselho é indicar os membros da Diretoria Executiva.

Huikai Clean Energy

CTG Brasil Energia

33,33% 66,67%

Rio Paraná

Estrutura de governança corporativa (em 31/12/2023)

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Liyi Zhang	Presidente do Conselho
Cao Xingyang	Membro do Conselho
Zhigang Chen	Membro do Conselho
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Membro do Conselho
Vago	Membro do Conselho

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores
Cesar Teodoro	Diretor
Márcio José Peres	Diretor
Yan Yang	Diretor

PERFIL DA COMPANHIA

Subsidiária direta da CTG Brasil, a Rio Paraná Energia opera as usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupiá, ambas localizadas no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Juntas, esses ativos somam 4.995,2 MW de capacidade total instalada.

Com 20 unidades geradoras, a UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil, e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, desempenhando importante função no controle de tensão e na frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), possui reservatório de acumulação com 1.195 km² de área e 5,6 km de extensão de barragem.

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias) possui 14 unidades geradoras e situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Esta unidade dispõe de uma usina, possibilitando a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as atividades de suporte da Rio Paraná são realizadas pela CTG Brasil. Um projeto de modernização das duas usinas está em andamento desde 2017 e a previsão é que seja concluído até 2038. O valor do investimento é de R\$ 3 bilhões e o plano é modernizar as 34 unidades geradoras de energia, estendendo a vida útil das usinas.

A segunda fase de execução do projeto nas UHEs Jupiá e Ilha Solteira está em andamento com seis unidades já modernizadas (geradoras, turbinas e seus auxiliares) e duas unidades em processo de finalização, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2024. Com isso, 10 das 34 unidades incluídas no projeto já foram entregues com sucesso, tornando a Companhia referência na modernização de usinas no País.

Mapa de operações da Rio Paraná



CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

O ano de 2023 se mostrou desafiador para o mercado de dívidas, afetado por uma sequência de eventos empresariais negativos. Esses fatos propiciaram um clima de aversão a riscos que acarretou o encarecimento do crédito para todos os setores da economia. Os spreads ficaram bastante elevados mesmo para os players com ratings altos, como é o caso da Rio Paraná.

No cenário político nacional, o ano foi marcado pelo início de um novo governo e avanços na reforma fiscal, com as implicações conjunturais trazidas por essas circunstâncias.

Em relação ao contexto setorial, mesmo apresentando indicadores melhores que os previstos e a aprovação de uma nova estrutura fiscal para o País, permanecem incôgnitas para os investimentos e preços de energia.

O Produto Interno Bruto (PIB) encerrou 2023 com um acumulado de 2,4% frente ao mesmo período de 2022. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, registrou inflação acumulada de 5%.

A queda da inflação impactou diretamente a taxa de juros praticada no ano, quando a Selic taxa básica de juros estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional do Banco Central fechou em dezembro em 11,8%, uma redução de 2% em relação a dezembro de 2022.

A taxa de câmbio, vital para as operações da CTG Brasil, encerrou o ano em R\$ 4,89, uma queda de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2022.

Os resultados do ano, acima do previsto, ocasionaram mudanças nas previsões para 2024. O Boletim Focus divulgado em janeiro pelo Banco Central mantinha a projeção de 2,92% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil de 2023 e de 1,52% para 2024.

Indicadores Macroeconômicos	Trílogo		
	2021	2022	2023
IGP-M	17,78%	5,45%	-3,18%
IPCA	10,06%	5,79%	4,62%
Taxa de Câmbio (USD)	5,580	5,220	4,890
Taxa Selic	9,25%	13,75%	11,75%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	5,32%	7,20%	6,55%

CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná permanece atenta e contribuindo em discussões com seus pares e associações setoriais - o que se refere às demandas regulatórias que impactam o futuro da indústria hidrelétrica no Brasil.

Desde 2022, como última etapa do Acordo GSF, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a alteração do término de vigência das outorgas das UHEs Jupiá e Ilha Solteira, em função da repactuação do risco hidrológico. Os contratos de concessão das duas usinas foram estendidos por aproximadamente dez meses.

Outro tema de destaque no ano foi o reconhecimento da ONS à demanda de resarcimento por indisponibilidades de máquinas causada por fato excepcional e de não responsabilidade da operação quanto à proliferação de plantas aquáticas (macrofitas) na UHE Jupiá. A Companhia conseguiu o expurgo de 6 mil horas.

A área de gestão de ativos da Rio Paraná obteve a recertificação da ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 18.023 GWh em 2023, o que representa um aumento de 15,27% em relação ao desempenho do ano anterior. A disponibilidade do parque gerador, que foi de 94,72%, manteve-se acima dos índices de referência do órgão regulatório.

Esse incremento se deve, principalmente, à melhor significativa do cenário hidrológico observada, não só na bacia do Paraná, mas em praticamente todas as bacias do Sistema Interligado Nacional em 2023. Houve chuvas acima da média durante todo o período úmido, resultando na adoção de políticas de maximização da geração hidráulica pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que visavam a redução dos vertimentos e, consequentemente, um melhor aproveitamento dos recursos.

A área de gestão de ativos da Rio Paraná obteve a recertificação da ISO 55001, um padrão internacional que especifica os requisitos para implementar e manter um sistema integrado capaz de otimizar os resultados alcançados, garantindo maior competitividade diante do mercado.

MODERNIZAÇÃO DAS UHEs

Teve continuidade em 2023 a modernização das UHEs operadas pela Rio Paraná Energia dentro dos parâmetros planejados, com a conclusão prevista para 2038.

As melhorias operacionais obtidas até o estágio atual do projeto foram reconhecidas pelos órgãos reguladores com a ampliação do limite de disponibilidade. Desde o início do projeto, em 2017, dez máquinas foram reformadas nas duas usinas, construídas na década de 1970. As ações de renovação do segundo lote contemplaram a instalação, substituição e montagem de oito unidades geradoras (turbinas, geradores e sistemas auxiliares), além da etapa de testes.

No total, a modernização exigirá um investimento de R\$ 3 bilhões até a conclusão em 2038. Na implementação do terceiro momento do projeto, esta planejada a renovação de mais seis unidades geradoras. O processo de licitação e contratação dos fornecedores teve início em 2023, com previsão de contratação ainda no primeiro semestre de 2024.

O projeto colocará as UHEs em um novo patamar de performance de longo prazo, sobressaindo-se quanto à disponibilidade, confiança, alto nível de automação, redução de custos de manutenção e reforço das condições de segurança de pessoal e equipamentos, entre outros avanços. As medidas preparam as UHEs para atuar por mais 50 anos em um alto nível de eficiência e produtividade.

GERAÇÃO DE ENERGIA (GWH)

Subsidiárias	Triênio			Variação
2021	2022	2023		

<tbl



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

*continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		
	2023	2022
Pessoal	(93.712)	(89.061)
Material	(8.117)	(8.524)
Serviços de terceiros	(46.909)	(52.181)
Energia comprada	(18.190)	(29.577)
Depreciação e amortização	(269.095)	(266.085)
Encargos de uso da rede elétrica	(197.075)	(184.604)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(35.359)	(27.433)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(2.724)	(3.539)
Seguros	(10.442)	(8.509)
Aluguéis	(768)	(862)
(Constituições)/reversões provisões para riscos	(2.866)	283
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(6.469)	—
Compartilhamento de despesas	(60.044)	(56.877)
Outros	(6.422)	(13.034)
Total	(758.192)	(740.003)
Varição		2,5%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram um pequeno crescimento de R\$ 18,2 milhões ou 2,5%, quando comparado ao ano de 2022. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 11,4 milhões na rubrica de energia comprada, principalmente em virtude do melhor cenário hídrico na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 12,5 milhões nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das Tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST);
- Elevação de R\$ 7,9 milhões na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), basicamente em razão da maior geração das Usinas da Companhia na comparação entre os períodos (17.601 GWh em 2023 vs 15.556 GWh em 2022);
- Registro de R\$ 6,5 milhões na linha de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em razão de não cumprimento de cláusula contratual por contraparte;
- Aumento de R\$ 3,2 milhões na linha de compartilhamento de despesas da controladora.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



EBITDA E MARGEM EBITDA		
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.251.422	1.930.170
Imposto de renda e contribuição social	698.516	652.734
Resultado financeiro (líquido)	120.250	384.344
Depreciação e amortização	269.095	266.085
Ebitda	3.339.283	3.233.333
Margem Ebitda	87,2%	87,2%
Variação	0,0 p.p.	

O Ebitda é uma medição não contábil que torna como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu

desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2023 totalizou R\$ 3.339,3 milhões. Esse ótimo desempenho representa um crescimento de R\$ 106 milhões ou +3,3% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação positiva deve-se basicamente ao aumento da receita operacional líquida da Companhia.

A margem Ebitda se manteve no ótimo patamar de 87,2%, mesmo resultado observado no ano anterior.



• Redução de R\$ 35,9 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do menor saldo médio de caixa e redução no CDI na comparação entre os exercícios.

ENDIVIDAMENTO

	2023	2022	Variação
Debêntures	2.066.866	2.135.594	-3,2%
Curto prazo	356.534	121.172	194,2%
Longo prazo	1.710.332	2.014.422	-15,1%
Empréstimos	—	675.707	-100,0%
Curto prazo	—	675.707	-100,0%
Partes relacionadas	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Curto prazo	381.345	818.266	-53,4%
Longo prazo	746.367	1.608.791	-53,6%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(555.507)	(1.162.107)	-52,2%
Dívida líquida	2.639.071	4.076.251	-35,3%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

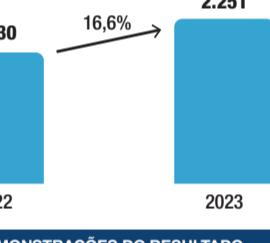
Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 35,3% ou R\$ 1.437,2 milhões na comparação com a posição final de 2022. Essa redução se deu principalmente em razão das antecipações de amortizações das parcelas do empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto a CTG de Luxemburgo, bem como, da liquidação do empréstimo da Companhia junto ao Banco Mitsubishi.

As dívidas são divididas em debêntures, empréstimos, partes relacionadas e outras.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2023	2022	Variação
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	20/11/2025	1.127.712	2.427.057	-53,5%
Tokyo - Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	—	675.707	-100,0%
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	—	119.229	-100,0%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	326.810	312.655	4,5%
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	204.850	204.819	0,0%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	745.671	709.409	5,1%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	789.535	789.482	0,0%
			3.194.578	5.238.358	-39,0%

LUCRO LÍQUIDO

Apesar de todos os desafios de 2023, a Rio Paraná apresentou mais um ano de ótimo desempenho de resultados. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 2.251 milhões, o que representa um crescimento importante de R\$ 321,3 milhões ou +16,6%, quando comparado ao desempenho obtido no ano de 2022.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022		
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Ativo	Nota	2023
Circulante		2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	555.507
Clientes	6	394.850
Tributos a recuperar	7	5.479
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	1.232.556
Partes relacionadas	18	976
Serviços em curso		49.830
Outros créditos		35.803
Total do ativo circulante	2.275.001	2.862.115
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Clientes	6	—
Ativo financeiro vinculado à concessão	8	11.013.212
Depósitos judiciais	9	589.715
Investimentos	10	—
Imobilizado	11	51.657
Intangível	12	6.088.176
Total do ativo não circulante	17.742.760	17.658.441
Total do ativo	20.017.761	20.520.556
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	13	86.500
Salários, provisões e contribuições sociais		27.253
Tributos a recolher	7	271.770
Encargos setoriais	14	83.209
Empréstimos	15	—
Debêntures	16	356.534
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	641.750
Partes relacionadas	18	389.829
Provisões para grandes reparos	19	338.931
Provisões para riscos	20	19.883
Outras obrigações		2.356
Total do passivo circulante	2.218.015	2.991.550
Não circulante		
Tributos diferidos	25.2	1.526.138
Encargos setoriais	14	23.744
Debêntures	16	1.710.332
Partes relacionadas	18	746.367
Provisões para grandes reparos	19	1.545.160
Provisões para riscos	20	3.084
Outras obrigações		2.062
Total do passivo não circulante	5.556.887	6.782.569
Total do passivo	7.774.902	9.774.119
Patrimônio líquido	21	
Capital social	6.649.017	6.649.017
Reservas		
Legal	509.710	3.587.710
Lucros		
Lucros acumulados	—	—
Total do patrimônio líquido	12.242.859	10.746.437
Total do passivo e patrimônio líquido	20.017.761	20.520.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<tr



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação	Nota	2023	2022
Receitas			
Venda de energia	22	2.621.293	2.384.327
Receita de ativos financeiros	22	1.596.837	1.675.249
Outras receitas		9.447	1.052
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6	(6.469)	—
4.221.108	4.060.628		
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede	23	(237.620)	(235.445)
Materiais e serviços de terceiros		(115.092)	(117.604)
Outros custos operacionais		(27.630)	(21.499)
(380.342)	(374.548)		
Valor adicionado bruto		3.840.766	3.686.080
Depreciação e amortização	11 e 12	(269.095)	(266.085)
Valor adicionado líquido produzido		3.571.671	3.419.995
Equivalência patrimonial	10	39	42
Outras receitas financeiras		529.406	1.006.135
Valor adicionado recebido em transferência		529.445	1.006.177
Valor adicionado total a distribuir		4.101.116	4.426.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou "Companhia" ou "Rio Paraná") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e (UHE) Ilha Solteira.

1.2. Contratos de Concessão

1.2.1. Direitos do contrato de concessão

Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1).

A parte remanescente da remuneração paga pelo contrato de concessão da Companhia foi registrada como um ativo intangível, uma vez que a empresa receberá parte da remuneração do mercado livre mediante capacidade de cobrar das empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas. A amortização é registrada com base no prazo final do contrato de concessão.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	844,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.489,9		

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizada a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizada, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que os últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações da Companhia na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realística.

A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, as usinas da Companhia.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma contínua, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

1.5. Diferença de alíquota PIS e COFINS - Rio Paraná

Em ação de fiscalização promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência emitiu o Despacho nº 497 de 28 de fevereiro de 2023, determinando à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o recálculo e recontabilização do valor dos Impostos e Contribuições (VIC) para o período entre janeiro de 2016 a janeiro de 2022, a ser pago pela Companhia à CCEE em função das diferenças na apuração das alíquotas adotadas pela Companhia, com exceção ao mês de março de 2016, em que não houve divergência das alíquotas informadas, referentes às usinas hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cota de Garantia Física (CCGF) outorgadas à Companhia.

Considerando que há discussão sub judice entre a Receita Federal e a Companhia, na qual discute-se o regime tributário imputado a ela no ano de 2016, a Companhia protocolou Pedido de Reconsideração cumulado com pedido de efeito suspensivo na Aneel em 10 de março de 2023 requerendo a suspensão temporária da aplicação do Despacho nº 497/2023 até o trânsito em julgado da ação na esfera judicial. Alternativamente, a Companhia pleiteou o entendimento da Aneel quanto à emissão de novo comando determinando a devolução dos valores pagos à CCEE em função do Despacho nº 497/2023 no caso de seu enquadramento no Regime Não Cumulativo, situação em que deverá repassar os valores das alíquotas então pagos à CCEE, à Receita Federal.

Na 16ª sessão da Reunião Pública Ordinária da Diretoria, a Aneel ratificou a determinação para que a CCEE proceda ao "recálculo e recontabilização da (VIC) pagos pelas distribuidoras cotistas no período acima citado, referentes às usinas hidrelétricas outorgadas à Companhia" através do Despacho Aneel nº 1.326, publicado no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2023.

Com isso, confirmou-se a realização da reapuração dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre a receita fixa das usinas que participam do regime de CCGF, realizada pela CCEE para a competência junho e liquidada em julho de 2023.

Conforme a 16ª sessão da Reunião Pública Ordinária da Diretoria, houve o cumprimento dos Despachos nº 239/23, nº 240/23, nº 241/23, nº 495/23, nº 496/23 e nº 497/23 que determinaram à CCEE o recálculo e recontabilização dos valores de VIC de janeiro de 2016 a janeiro de 2022 referente aos ajustes de PIS/COFINS, resultando na dedução de R\$ 155,5 milhões na liquidação da receita de cotas referente ao mês de junho, registrada em julho de 2023. A partir da apuração inicial houve uma nova revisão da apuração com liquidação complementar de R\$ 20,3 milhões, em outubro de 2023 conforme nota explicativa nº 20.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2023	2022
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	48.892	47.732
Benefícios	16.006	14.627
FGTS	4.103	4.037
Provisão para gratificação (bônus)	—	70
Participação nos resultados	11.997	10.116
	80.998	76.582
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.085.760	1.001.559
Estaduais	144	3.771
Municipais	35.764	27.823
	1.121.668	1.033.153
Remuneração de capitais de terceiros		
Alugueis	957	1.040
Outras despesas financeiras	646.071	1.385.227
	647.028	1.386.267
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	755.000	640.000
Lucros retidos	1.496.422	1.290.170
	2.251.422	1.930.170
Valor adicionado distribuído		
	4.101.116	4.426.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.949.938	2.582.904
Ajustes em:		
Equivalência patrimonial	10.2	(39)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.2	6.469
Depreciação e amortização	11.3 e 12.3	269.095
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	11.3 e 12.3	81
Juros e variação monetária de ativos financeiros	8.3	(1.596.837)
Apropriação de juros sobre empréstimos	15.4	44.008
Juros e amortização de custos sobre debêntures	16.4	140.149
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	18.5	(71.563)
Atualização e amortização AVP sobre provisões de grandes reparos	19.3	117.056
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(52.593)	(43.097)
Constituição e atualização monetária sobre provisão para riscos	20.2	15.655
Outras variações	2.720	2.147
Variação nos ativos e passivos		
Cientes	(34.469)	(40.952)
Ativo financeiro vinculado à concessão	8.3	1.261.159
Partes relacionadas	61.448	80
Serviços em curso	(17.388)	(22.855)
Depósito judicial	9.1	(97)
Fornecedores	(15.124)	16.243
Salários, provisões e contribuições sociais	2.321	4.607
Encargos setoriais	16.617	20.588
Capitalização de debêntures	16.4	113.598</td



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

-continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.

Dívida

Debêntures 1ª emissão série 2

Remuneração

Debêntures 2ª emissão série 1

Variação IPCA + 6,15% ao ano

Debêntures 2ª emissão série 2

Variação IPCA + 4,63% ao ano

Debêntures 3ª emissão série única

Variação DI + 1,29% ao ano

China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

4,29% + Dólar

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que para quase todas as controladas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (notas explicativas nº 15 e 16).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Aplicações financeiras

Ativo financeiro vinculado a concessão

Passivos financeiros

Debêntures 1ª emissão série 2

Indexador

Debêntures 2ª emissão série 1

Indexador

Debêntures 2ª emissão série 2

Indexador

Debêntures 3ª emissão série única

Indexador

China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Indexador

Total da exposição líquida

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

Nota 2023 2022

Empréstimos	15	-	675.707
Debêntures	16	2.066.866	2.135.594
Partes relacionadas passiva			
China Three Gorges (Luxembourg)	18.5	1.127.712	2.427.057
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(555.507)	(1.162.107)
Dívida líquida	2.639.071	4.076.251	
Patrimônio líquido	12.242.859	10.746.437	
Total do capital	14.881.930	14.822.688	

Índice de alavancagem financeira - (%)*

*Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1.2. Composição

Nota 2023 2022

Caixas e bancos	104	58
Aplicações financeiras	555.403	1.162.049
Certificado de depósito bancário (CDB)	555.403	1.162.049
555.507	1.162.107	

5.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia, através da sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia.

5.2.1. Composição

Standard & Poor's Moody's Fitch 2023 2022

AAA	AAA	AAA	6	272.722
AAA	-	AAA	-	109.616
AAA	-	-	116.048	2
AAA	AAA	-	55.911	114.740
-	AA	-	283.604	665.027
-	AAA	AAA	99.938	-
			555.507	1.162.107

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, patrimônio líquido, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures, empréstimos e financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

4.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.5. Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo financeiro vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisões para grandes reparos, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Remuneração	936.822	1.099.104	2.024.583	4.060.509
Variação IPCA + 6,15% ao ano	181.077	176.897	-	357.974
Variação DI + 1,20% ao ano	207.332	-	-	207.332
Variação IPCA + 4,63 % ao ano	36.222	37.431	1.147.325	1.220.978
Variação DI + 1,29% ao ano	98			



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira, Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 75 milhões da 1ª emissão, R\$ 100 milhões na 2ª emissão e 115 milhões da 3ª emissão;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

17. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**17.1. Política contábil**

A distribuição de juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

17.2. Movimentação

	Saldo em 2022	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2023
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	362.668	427.835	(362.668)	427.835
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	181.332	213.915	(181.332)	213.915
	544.000	641.750	(544.000)	641.750

18. PARTES RELACIONADAS**18.1. Política contábil**

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

18.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 5.800 para 2023.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo para administradores	5.020	4.969
Benefícios pós-emprego	222	171
	5.242	5.140

18.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Parapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Anel nº 2.018, de 10 de julho de 2017.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Parapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Anel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	7.667	—	7.667	—	6.523
Rio Canoas Energia S.A.	128	12	—	12	155	47
Rio Verde Energia S.A.	73	10	—	10	88	10
CTG Trading Brasil Ltda.	167	—	—	60.537	—	—
Rio Parapanema Energia S.A.	608	795	—	795	706	997
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	—	—	—	31	—	—
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	—	381.345	746.367	1.127.712	—	818.266
	976	389.829	746.367	1.136.196	61.517	825.843
					1.608.791	2.427.057
						2.434.634

18.4. Resultado

	2023			2022		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de Infraestrutura	Total
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	(57.883)	(57.883)	—	(56.319)	(56.319)
Rio Canoas Energia S.A.	—	1.289	1.289	—	460	460
Rio Verde Energia S.A.	—	729	729	—	286	286
CTG Trading Brasil Ltda.	778	—	778	11.790	—	11.790
Rio Parapanema Energia S.A.	—	(4.453)	(4.453)	—	(1.420)	(1.420)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	—	274	274	—	116	116
	778	(60.044)	(59.266)	11.790	(56.877)	(45.087)

18.5. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L., seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Anel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração financeira e a taxa de conversão para 31 de dezembro de 2023 em dólar foi de R\$ 4.8413, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato não possui nenhuma cláusula de Covenants.

18.5.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.427.057
Apropriação de juros	80.105
Pagamento de juros	(77.780)
Pagamento de principal	(1.141.968)
Variação cambial ativa	(399.722)
Variação cambial passiva	248.054
Pagamento IRRF	(8.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.127.712
2025	
Vencimento	
Vencimento a longo prazo	
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	746.367
	746.367

Em razão das oportunidades em relação às taxas de conversão, a Companhia amortizou de forma antecipada, as parcelas de maio e novembro de 2023 e a parcela a vencer de maio de 2024.

Com isso, a Companhia reduziu o valor da face de atualização dos juros dessa obrigação e o respectivo efeito da variação cambial.

18.6. Características do contrato com a CTG Lux

Periodicidade	Data da emissão	Data de pagamento	Número de parcelas	Destinação de recursos das debêntures
Remuneração	4.29% ao ano + USD	22/08/2016	20/11/2025	semestral

19. PROVISÕES PARA GRANDES REPAROS**19.1. Política contábil**

A Companhia possui contratos dentro do alcance do ICPC 01 (Interpretação técnica baseada do IFRIC 12) que envolvem uma entidade privada (concessionário) que constrói a infraestrutura usada para prestar os serviços públicos ou melhorá-la, além de operá-la e mantê-la pelo prazo da concessão.

Com base no CPC 25 e nas estimativas de engenheiros e administração, foi provisionado o valor total que se espera despender nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispendo de caixa necessário à viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme é efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

-★ continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;

• Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupiá Ilha Solteira. O Processo encontra-se em fase de instrução, sendo que a Rio Paraná já apresentou sua Contestação, aguardando decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$ 5.886 (R\$ 5.594 em 31 de dezembro de 2022);

• 38 Ações de indenização por danos morais e materiais ajuizadas em 2023 por supostos pescadores em face da Rio Paraná e CESP/AUREN, cuja discussão se refere ao suposto dano causado pelo blecaute ocorrido na UHE Jupiá em 2009, o qual teria levado à morte de peixes na região do rio Paraná, reduzindo a renda mensal dos mesmos. Os processos já tiveram decisão de 1ª instância favorável à Rio Paraná, sendo que os autores interpuaram Embargos de Declaração. O valor atualizado é de R\$ 1.984.

20.3.4.2. Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos não passíveis de estimativa

523 Ações Civis Públicas - movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:

i. recuperação da APP;

ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);

iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações existentes em APP.

20.3.5. Regulatórias

As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 2.435, tendo em vista o recebimento de 7 Ações ajuizadas em 2023 pelos Municípios no entorno do reservatório da UHE Ilha Solteira em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1ª instância.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

2023 e 2022	
Ações ordinárias	%
4.676.217.474	66,67
2.338.108.737	33,33
7.014.326.211	100,00

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturárias e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

21.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

21.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada, para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

21.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2023	2022
2.251.422	1.930.170	
112.571	96.509	
2.138.851	1.833.661	
Provento	RS mil	RS
Juros sobre capital próprio	755.000	640.000
	755.000	640.000
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	534.713	458.416
Distribuições adicionais	220.287	181.584
Juros	RS mil	RS
Juros sobre capital próprio	755.000	0,10764
Juros sobre capital próprio	640.000	0,09124
Dividendos	9.351	0,00133

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Os resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;

ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

22.1. Política contábil

22.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;

iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecido no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

22.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela Companhia.

Depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão

Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

22.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

22.1.5. Receita de geração pelo regime de alocação de cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão da Companhia, e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

22.2. Receita operacional bruta

22.2.1. Contratos de fornecimento

Contratos de fornecimento de energia elétrica, que envolvem a transferência de risco e benefício da energia elétrica para o comprador.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

As receitas de fornecimento são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, dos abat



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

27.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

27.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

27.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e líquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao dispositivo nos incisos V e VI do artigo 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros do Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 23.096.269/0001-19, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes da Companhia, relativamente à patri

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Zhang Liyi - Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declararam que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.12.2023; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.12.2023.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

Evandro Leite Vasconcelos // Silvio Alexandre Scucuglia da Silva

Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Yan Yang - Diretor

Márcio José Peres - Diretor

DIRETORIA

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cesar Teodoro - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Liyi Zhang - Presidente

Cao Xingyang - Conselheiro

Zhigang Chen - Conselheiro

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria

Antônio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas

Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS) como "normas contábeis IFRS".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Ativo financeiro vinculado a concessão (Nota 8)

Parte do montante pago pelo direito de concessão possui previsão contratual de desembolsos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

Essa parcela é classificada como ativo financeiro.

A outra parcela, em função do risco de demanda existente para a sua realização, é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 12.245.768 mil.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem com os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acurácia dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Provisões para grandes reparos (Nota 19)

Com base em estimativas do departamento de Engenharia, a diretoria provisão o valor que espera despesar com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa provisão demonstrada no passivo circulante e não circulante totalizou R\$ 1.884.091 mil.

A determinação da provisão é complexa visto que depende de experiências passadas e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, o valor da provisão envolve estimativas quanto a gastos a serem incorridos em longo prazo, com cronograma que pode sofrer alterações, bem como a confirmação dessas estimativas de valores é realizada apenas após os geradores serem desmontados. Portanto, os valores podem variar de forma relevante.

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do descrito acima, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros procedimentos, o entendimento dos critérios e premissas utilizados para a mensuração dos saldos provisionados e conferência matemática dos cálculos efetuados.

Discutimos com o departamento de engenharia e com a diretoria, conforme apropriado, sobre o andamento do projeto, os motivos que determinaram revisões nos gastos a incorrer e no cronograma da obra.

Adicionalmente, em base amostral, testamos os gastos incorridos pela Rio Paraná necessários para a operação das unidades geradoras, bem como analisamos a razoabilidade das premissas determinadas pela diretoria para constituir a provisão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da diretoria.

Porque é um PAA

Provisões para riscos (Nota 20)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais, as Ações Civis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota.

Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificação de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontarmos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.estadão.com.br/publicações/>



Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ nº 23.096.269/0001-19 | Companhia Aberta

*continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

www.ctgbr.com.br

ctgbr.com.br

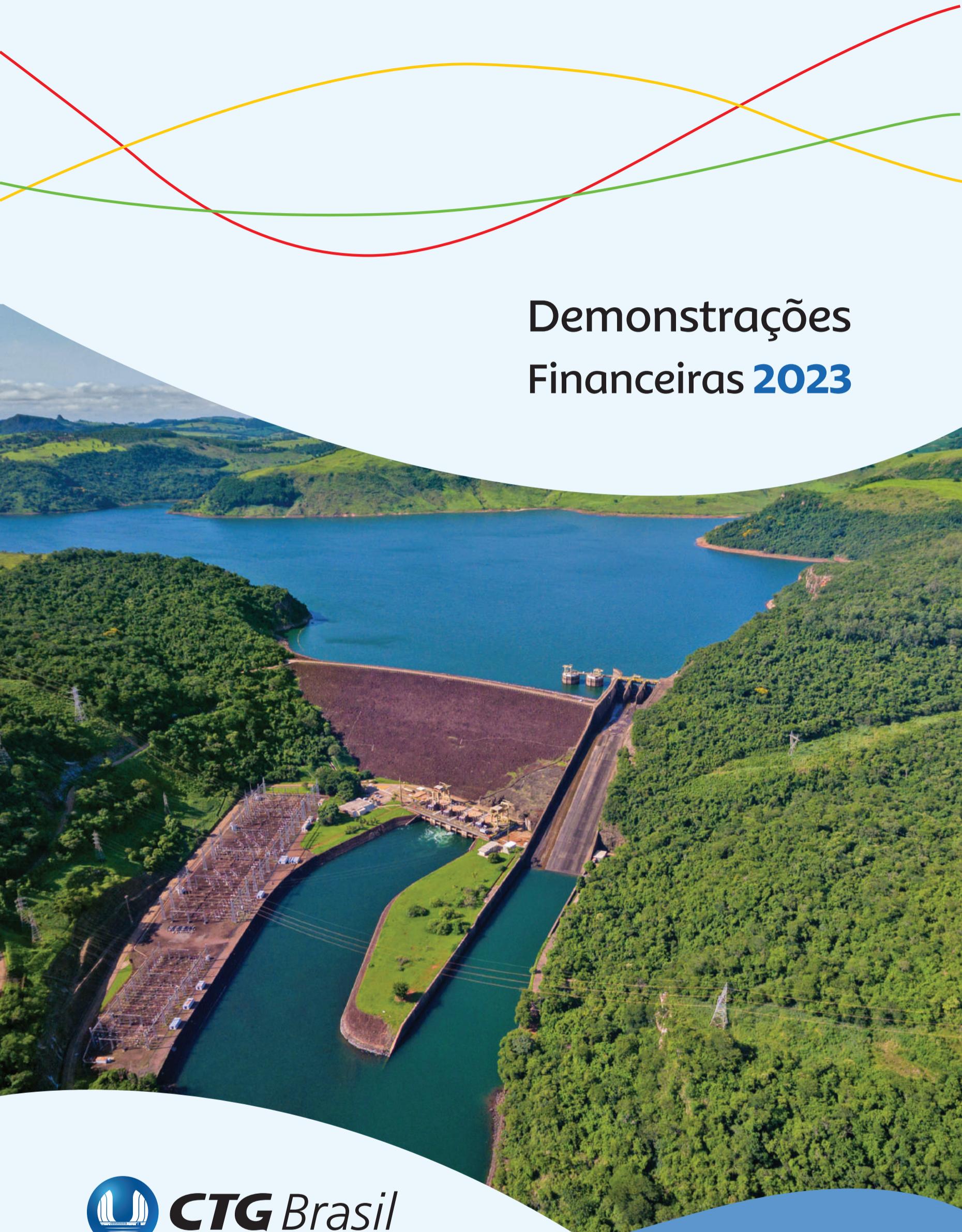


Nosso compromisso com o Brasil é a longo prazo

Estão em obras, o Complexo Solar Fotovoltaico Arinos, em Minas Gerais e o Complexo Eólico Serra da Palmeira, na Paraíba. Ambos, aumentarão nossa capacidade de geração e comercialização de energia 100% limpa, contribuindo para a transição energética do planeta e dos nossos clientes.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadão.com.br/publicacoes/>



Demonstrações Financeiras 2023



CTG Brasil

**Rio Paranapanema
Participações S.A.**

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CTG Brasil

Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

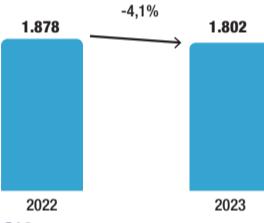
PRINCIPAIS INDICADORES

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.021.683	2.148.362	-5,9%
(-) Deduções à receita operacional	(220.161)	(269.930)	-18,4%
Receita operacional líquida	1.801.522	1.878.432	-4,1%
Contratos futuros de energia	(149.475)	—	100,0%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.265.664)	(1.371.579)	-7,7%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	386.383	506.853	-23,8%
Ebitda	653.742	785.670	-16,8%
Margem Ebitda - %	36,3%	41,8%	-5,5 p.p.
Resultado financeiro	(35.041)	(156.731)	-77,6%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	351.342	350.122	0,3%
Lucro líquido do exercício	245.828	234.785	4,7%
Margem líquida - %	13,6%	12,5%	1,1 p.p.
Quantidade de ações	798.355	798.355	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	0,29162	0,28248	3,2%

A receita operacional líquida do ano de 2023 foi de R\$ 1.801,5 milhões, que representa uma redução de R\$ 76,9 milhões ou -4,1% em relação ao ano anterior. Sobre essa variação vale destacar as seguintes variações na receita bruta:

- Redução de R\$ 75,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente devido à redução nos preços praticados para novos contratos bilaterais de suprimento de energia, em função das condições de mercado;
- Redução de R\$ 121,6 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em razão do menor preço médio praticado na comparação entre os dois anos;
- Elevação de R\$ 42,5 milhões na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico, houve aumento na geração de energia das Usinas da Controlada Rio Paranapanema Energia;
- Aumento de R\$ 27,7 milhões na receita bruta do Mercado de Curto Prazo (MCP), principalmente em razão maior volume de energia liquidado, mesmo considerando a redução nos preços de energia spot (PLD).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

Impacto negativo de R\$ 148,9 milhões pelos efeitos da metodologia contábil de marcação a mercado (MTM), aplicável às comercializadoras, esse efeito expressivo da marcação a mercado é resultado de pedido por recuperação judicial de contraparte que compunha o portfólio da Controlada CTG Trading.

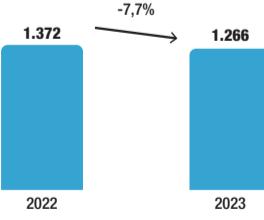
CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Pessoal	(92.211)	(97.611)	-5,5%
Material	(7.862)	(8.393)	-6,3%
Serviços de terceiros	(47.376)	(44.910)	5,5%
Energia comprada	(500.538)	(649.413)	-22,9%
Depreciação e amortização	(267.359)	(278.817)	-4,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(194.051)	(178.555)	8,7%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(66.871)	(36.507)	83,2%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(8.415)	(7.585)	10,9%
Seguros	(9.989)	(9.678)	3,2%
Aluguéis	(340)	(549)	-38,1%
Provisões para riscos	(55.158)	(477)	11.463,5%
Compartilhamento de despesas	(17.459)	(20.676)	-15,6%
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	—	(30.518)	-100,0%
Contratos futuros de energia	—	(560)	-100%
Outros	1.965	(7.330)	126,8%
	(1.265.664)	(1.371.579)	-7,7%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram uma elevação de R\$ 43,6 milhões, quando comparado com o exercício anterior. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Na rubrica de provisões para riscos, cabe um destaque para o evento não recorrente relativo ao reconhecimento de R\$ 48,6 milhões como provisão para provável futuro desembolso a partir de andamento da ação regulatória que trata sobre o Despacho Anel n° 288/2002, na Controlada Rio Paranapanema Energia;
- Elevação de R\$ 30,4 milhões na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), basicamente em razão da maior geração das Usinas da Controlada Rio Paranapanema Energia na comparação entre os exercícios (10.797 KW em 2023 vs 6.316 GWh em 2022);
- Redução de R\$ 148,9 milhões ou 22,9% nos custos com compra de energia, principalmente em virtude das boas condições do cenário hidrológico;
- Efeito positivo de R\$ 30,5 milhões, uma vez que, em 2022, houve reconhecimento de provisão pela reavaliação desfavorável da recuperabilidade de ativos na, então Controlada indireta, Rio Sapucaí-Mirim.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



EBITDA E MARGEM EBITDA

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Lucro líquido do exercício	245.828	234.785	4,7%
Imposto de renda e contribuição social	105.514	115.337	-8,5%
Resultado financeiro (líquido)	35.041	156.731	-77,6%
Depreciação e amortização	267.359	278.817	-4,1%
Ebitda	653.742	785.670	-16,8%
Margem Ebitda	36,3%	41,8%	-5,5 p.p.

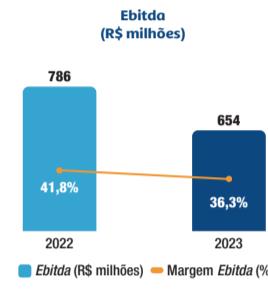
O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria do Grupo acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda do Grupo medido em 2023 totalizou R\$ 653,7 milhões. Esse desempenho representa uma redução de R\$ 131,9 milhões ou -16,8% quando comparado ao desempenho do ano de 2022. Essa variação negativa deve-se basicamente a redução da receita operacional líquida do Grupo, compensada parcialmente pelas variações de custos e outros resultados operacionais.

A margem Ebitda se manteve em bom patamar, acima de 36%, apesar do resultado observado representar uma queda em relação ao ano anterior.

Excluindo-se o efeito da marcação a mercado relativo Controlada CTG Trading, o Ebitda seria positivo de R\$ 757,2 milhões.



RESULTADO FINANCIERO

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	54.948	43.078	27,6%
Variações monetárias	51.503	12.367	316,5%
Outros	(12.523)	(11.249)	11,3%
	93.928	44.196	112,5%
Despesas			
Juros	(90.853)	(110.409)	-17,7%
Variações monetárias	(34.700)	(81.209)	-57,3%
Outros	(3.416)	(9.309)	-63,3%
	(128.969)	(200.927)	-35,8%
Resultado financeiro líquido			
	(35.041)	(156.731)	-77,6%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2023 foi negativo em R\$ 35 milhões, representando uma melhora de R\$ 121,7 milhões em relação ao ano de 2022. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 68,9 milhões na atualização monetária referente à liminar mantida pela Controlada Rio Paranapanema Energia que discute a redução de garantia física. Essa queda deu-se basicamente em razão da deflação medida no IGP-M em 2023;
- Redução de R\$ 38,2 milhões nos juros e variações monetárias incidentes sobre as debêntures da Controlada Rio Paranapanema Energia em razão das amortizações efetuadas e pela redução do IPCA e CDI na comparação entre os períodos;
- Aumento de R\$ 11,9 milhões nas receitas com aplicação financeira, principalmente em função do maior saldo médio de caixa na comparação entre os exercícios.

ENDIVIDAMENTO

	Consolidado		
	2023	2022	Variação
Debêntures			
	755.938	979.230	-22,8%
Curto prazo	327.294	271.877	20,4%
Longo prazo	428.644	707.353	-39,4%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(502.574)	(312.514)	60,8%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.764)	(1.401)	25,9%
Dívida líquida	251.600	665.315	-62,2%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2023, a dívida líquida apresentou redução de 62,2% ou R\$ 413,7 milhões na comparação com a posição final de 2022, principalmente em razão das amortizações das dívidas da Controlada Rio Paranapanema Energia, realizadas ao longo do exercício, além do maior saldo de ca



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

-★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	38.636	35.230	502.574	312.514	Fornecedores	13	16	9	454.094	508.983
Clientes	6	—	—	244.296	231.673	Salários, provisões e contribuições sociais	—	—	—	18.432	19.761
Tributos a recuperar	7	3	—	942	5.276	Tributos a recolher	7	14.658	11.151	87.955	69.104
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	8	371.616	162.178	—	—	Encargos setoriais	14	—	—	31.072	37.557
Partes relacionadas	17.3	—	—	1.937	2.134	Debêntures	15	—	—	327.294	271.877
Serviços em curso	—	—	—	14.788	23.418	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	16	68.373	67.994	84.179	75.539
Contratos futuros de energia	19	—	—	53.962	210.179	Partes relacionadas	17.3	100	748	4.788	63.874
Outros créditos	—	—	—	10.594	9.268	Contratos futuros de energia	19	—	—	73.469	159.716
Total do ativo circulante	410.255	197.408	829.093	794.462	Outras obrigações	—	—	—	2.288	1.418	
Não circulante					Total do passivo circulante	83.147	79.902	1.083.571	1.207.829		
Realizável a longo prazo					Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	—	—	1.764	1.401	Fornecedores	13	—	—	46.621	36.542
Clientes	6	—	—	—	804	Encargos setoriais	14	—	—	10.270	5.943
Tributos a recuperar	7	—	—	2.409	2.358	Indenização socioambiental	—	—	—	18.036	18.616
Tributos diferidos	25.2	—	—	202.044	154.365	Debêntures	15	—	—	428.644	707.353
Depósitos judiciais	9	2.965	2.784	70.444	65.630	Provisões para riscos	18	—	—	97.205	39.693
Contratos futuros de energia	19	—	—	66.208	115.425	Contratos futuros de energia	19	—	—	110.813	80.525
Outros créditos	—	—	—	1.248	1.513	Plano de aposentadoria	20	—	—	4.490	11.108
Investimentos	10	1.778.569	1.888.315	—	—	Outras obrigações	—	—	—	7.932	9.400
Imobilizado	11	—	—	2.147.071	2.318.734	Total do passivo não circulante	—	—	—	724.011	909.180
Intangível	12	7.695	8.555	673.062	750.787	Total do passivo	83.147	79.902	1.807.582	2.117.009	
Total do ativo não circulante	1.789.229	1.899.654	3.164.250	3.411.017	Patrimônio líquido	21	—	—	—	—	
Total do ativo	2.199.484	2.097.062	3.993.343	4.205.479	Capital social	798.355	798.355	798.355	798.355		
					Reserva de capital	(16.467)	(16.467)	(16.467)	(16.467)		
					Reserva legal	56.801	45.160	56.801	45.160		
					Reserva de lucros	1.057.604	922.348	1.057.604	922.348		
					Ajuste de avaliação patrimonial	220.044	267.764	220.044	267.764		
					Total do patrimônio líquido	2.116.337	2.017.160	2.116.337	2.017.160		
					Participação não controladoras	—	—	69.424	71.310		
					Patrimônio líquido consolidado	2.116.337	2.017.160	2.185.761	2.088.470		
					Total do passivo e patrimônio líquido	2.199.484	2.097.062	3.993.343	4.205.479		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Lucro líquido do exercício	Controladora	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Contratos futuros energia	22	—	—	1.801.522	1.878.432	Outros resultados abrangentes do exercício	6.366	29.895	6.618	31.080	
Custos operacionais	19.3	—	—	(149.475)	—	Itens que não serão reclassificados para o resultado	—	—	—	—	
Pessoal	—	—	—	(80.759)	(85.458)	Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	6.366	29.895	6.618	31.080	
Material	—	—	—	(7.139)	(7.450)	Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(2.164)	(10.164)	(2.250)	(10.567)	
Serviços de terceiros	—	—	—	(28.050)	(30.805)	Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	604	4.694	628	4.880	
Energia comprada	23.2	—	—	(500.538)	(649.413)	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(206)	(1.596)	(214)	(1.659)	
Depreciação e amortização	11 e 12	—	—	(260.860)	(272.492)	Total do resultado abrangente do exercício	237.413	248.347	250.610	258.519	
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	—	—	(194.051)	(178.555)	Atribuído a	237.413	248.347	237.413	248.347	
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	—	—	—	(66.871)	(36.507)	Acionistas controladores	—	—	—	—	
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	—	—	—	(8.415)	(7.585)	Acionistas não controladores	—	—	—	—	
Seguros	—	—	—	(9.989)	(9.678)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	—	—	—	—	
Aluguéis	—	—	—	(12)	(38)	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022	—	—	—	—	
Provisões para riscos	18.2	—	—	(58.064)	(941)	(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	—	—	—	—	
Outros	—	—	—	(1.124)	(2.289)	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora	Consolidado	—	
Resultado bruto	—	—	—	(1.215.872)	(1.281.211)	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	232.813	225.518	245.828	234.785	
Outros resultados operacionais	—	—	—	436.175	597.221	Ajustes em:	232.813	225.518	245.828	234.785	
Pessoal	—	—	—	(11.452)	(12.153)	Equivalência patrimonial	10.2	(266.441)	(261.606)	—	
Material	—	—	—	(723)	(943)	Depreciação e amortização	11.3 e 12.3	860	860	267.359	
Serviços de terceiros	—	(1.023)	(1.188)	(19.326)	(14.105)	Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	—	—	—	30.518	
Depreciação e amortização	11 e 12	(860)	(860)	(6.499)	(6.325)	Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	11.3 e 12.3	—	—	3.034	
Reversões de provisões para riscos	18.2	—	—	2.906	464	Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	15.4	—	—	106.290	
Compartilhamento de despesas	17.4	(5.158)	(7.376)	(17.459)	(20.676)	Variação monetária sobre depósitos judiciais	—	(181)	(138)	144.960	
Perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	—	—	—	(30.518)	—	Constituição e atualização monetária sobre provisão para riscos	18.2	—	—	5.824	
Contratos futuros de energia	19.3	—	—	(560)	—	Contratos futuros de energia	19	—	—	560	
Outros	—	(61)	(393)	3.089	(5.041)	Variação monetária referente a liminar CCEE	—	—	—	31.084	
Resultado de participações societárias	10.										

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), também referida isoladamente ou em conjunto com suas Controladas como Grupo, foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência da participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 254.478, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante das parcelas referentes à 8ª emissão série 2 e 9ª emissão série 1 das debêntures da Controlada Rio Paranapanema Energia;
- Constituição de dividendos a pagar;

O Grupo, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (conforme nota explicativa nº 1.3), no montante de R\$ 384.841 em 31 de dezembro de 2023. Essa obrigação possui característica de passivo financeiro e está classificada no curto prazo por conta disso.

Pela avaliação dos consultores jurídicos, o Grupo conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria revertido para de R\$ 130.363 positivo.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, o Grupo poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas
1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo, em 22 de julho de 2020 foi firmado o Segundo Termo Aditivo e em 01 de

julho de 2022 o Terceiro Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 11.345/2022 após do acordo GSF. O contrato concede à Controlada Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Controlada Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998, sendo que em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo e em 21 de outubro de 2022 foi firmado o Segundo Termo Aditivo aprovado na Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 após do acordo GSF, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Controlada Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Controlada Rio Paranapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratuamente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Controlada Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

1.2.2. Resoluções Autorizativas

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (Seband).

Por meio da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel anuiu a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, a Companhia transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Controlada Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital. A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim-Energia Ltda. foi incorporada pela Controlada Rio Paranapanema Energia conforme nota explicativa nº 1.5.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão/resoluções autorizativas da Controlada Rio Paranapanema Energia:

Contrato de concessão Aneel/Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão/autorização	Vencimento concessão/autorização
Nº 76/1999	Jurumirim UHE	SP	Paranapanema	101,0	42,5	22/09/1999	17/04/2032	
Nº 76/1999	Chavantes UHE SP/PR	Paranapanema		414,0	168,9	22/09/1999	30/03/2032	
Nº 76/1999	Salto Grande UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	49,7	22/09/1999	11/05/2032	
Nº 76/1999	Capivara UHE SP/PR	Paranapanema		643,0	328,6	22/09/1999	21/04/2032	
Nº 76/1999	Taquaruçu UHE SP/PR	Paranapanema		525,0	195,4	22/09/1999	19/04/2032	
Nº 183/1998	Rosana UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,6	22/09/1999	15/04/2032	
Nº 183/1998	Canoas I UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	51,5	30/07/1998	29/07/2037	
Nº 183/1998	Canoas II UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	43,4	30/07/1998	26/07/2037	
Nº 549/2002	Retiro PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034	
Nº 706/2002	Palmeiras PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	05/02/2049	
				2.297,8	1.069,8			

Em 10 de outubro de 2023 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896 que altera o término da vigência do prazo de concessão da PCH Palmeiras, pertencente a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A., acrescentando 2.555 dias em sua concessão.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas
1.3.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Controlada Rio Paranapanema Energia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Controlada Rio Paranapanema Energia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação dessa portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Controlada Rio Paranapanema Energia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Controlada Rio Paranapanema Energia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Controlada Rio Paranapanema Energia, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Controlada Rio Paranapanema Energia em 4 votos a 1, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Controlada Rio Paranapanema Energia, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHEs já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015,e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, consultar nota explicativa nº 13.

1.3.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinares em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, as usinas do Grupo.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 o Grupo ingressou com um pedido de tutela antecipada para a Controlada Rio Paranapanema Energia, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspenso, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas do Grupo estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

1.4. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. O Grupo avaliou a decisão e concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras em decorrência de tal decisão.

1.5. Incorporação do acervo contábil da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Ltda.

Em 01 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na Controlada Rio Paranapanema Energia, a incorporação do acervo líquido contábil da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (Incorporada), avaliado na data base de 31 de agosto de 2023, por meio do laudo de avaliação independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Por meio do Despacho Aneel nº 4.907 de 14 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023, a Aneel anuiu o pedido de transferência das autorizações das PCHs Retiro e Palmeiras, anteriormente detidas pela Rio Sapucaí

Mirim Energia Ltda. para a Rio Paranapanema Energia. Com esta operação a Rio Paranapanema Energia passa a ser a titular dos direitos e obrigações intrasetoriais relativas a esses ativos.

A incorporação consistiu na absorção pela Controlada Rio Paranapanema Energia, da sociedade incorporada com todos seus ativos e passivos, sendo que a Controlada Rio Paranapanema Energia sucede a Incorporada em todos os direitos e obrigações existentes, nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/1976.

A Controlada Rio Paranapanema Energia e a Incorporada são sociedades do mesmo grupo econômico, sendo a Controlada Rio Paranapanema Energia a única quotista da incorporada.

1.6. Companhias controladas:
1.6.1. Rio Paranapanema Energia S.A.

Rio Paranapanema Energia S.A. (Rio Paranapanema Energia), é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com registro na categoria A concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, tem a capacidade instalada em operação de 2.297,8 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II, PCH Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

1.6.2. CTG Brasil Trading Ltda.

CTG Brasil Trading Ltda., é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP. Esteve com suas atividades operacionais paralisadas desde 2013, quando foi desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), até setembro de 2020, quanto teve seus registros reativados na Aneel segundo despacho 2.371/2020 e na CCEE por meio da reunião 048/2020. Nos termos de seu contrato social, tem como atividades principais a comercialização de energia a consumidores livres; a prestação de serviços necessários ou correlatos às atividades de comercialização e importação de energia no âmbito do setor elétrico brasileiro e/ou de outros países.

Em outubro de 2020, a sociedade começou a operar contratos futuros de energia, a fim de auferir resultados com a venda de energia também no mercado futuro, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, conforme previsto no IFRS 9/IFC 48.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração do Grupo em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

O Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O Grupo faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures, empréstimos e financiamentos) do Grupo e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Controladora	Remuneração	Consolidado				
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	– 122.473	–	120.706	–	243.179
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação DI + 1,40% ao ano	192.333	–	–	–	192.333
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	Variação DI + 1,65% ao ano	22.197	– 21.320	186.855	168.282	398.654
			214.530	122.473	21.320	307.561	168.282
							834.166

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Controladora Rio Paranapanema Energia possui debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (nota explicativa nº 15.7).

4.3. Risco de regulação

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de o Grupo operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado do Grupo.

O Grupo utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 18.

4.5. Análise da sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e debêntures, ao qual a Grupo está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2023 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro do Grupo, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Controladora			
				Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/ (perda)
Ativos financeiros				38.615	4.499	3.533	(965)
Aplicações financeiras	DI	11,65%	9,15%	38.615	4.499	3.533	(965)
Total da exposição líquida							

Instrumentos financeiros	Controladora	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Consolidado			
					Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/ (perda)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	502.398	58.529	45.969	(12.560)
Aplicações financeiras vinculadas	Consolidado	DI	11,65%	9,15%	1.764	206	161	(44)
					504.162	58.735	46.131	(12.604)

Instrumentos financeiros	Controladora	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Consolidado			
					Saldo contábil em 2023	Cenário atual	Cenário provável	Ganho/ (perda)
Passivos financeiros								
Debêntures 8ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	IPCA + 5,50% ao ano	4,53%	4,16%	(227.239)	(23.352)	(22.477)	875
Debêntures 9ª emissão série 1	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,40% ao ano	11,65%	9,15%	(190.441)	(25.163)	(20.335)	4.828
Debêntures 9ª emissão série 2	Rio Paranapanema Energia S.A.	DI + 1,65% ao ano	11,65%	9,15%	(338.258)	(45.639)	(37.043)	8.596
					(755.938)	(94.154)	(79.855)	14.299
					(251.776)	(35.419)	(33.724)	1.695

Total da exposição líquida				Consolidado			
				Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2023	Cenário atual

Debtônutes	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(–) Caixa e equivalentes de caixa	15	–	–	755.938	979.230
(–) Aplicações financeiras vinculadas	5.1	(38.636)	(35.230)	(502.574)	(312.514)
	5.2	–	–	(1.764)	(1.401)
Dívida líquida		(38.636)	(35.230)	251.600	665.315
Patrimônio líquido		2.116.337	2.017.160	2.185.761	2.088.470
Total do capital		2.077.701	1.981.930	2.437.361	2.753.785
Índice de alavancagem financeira - (%)*		-1,9	-1,8	10,3	24,2

* Dívida líquida/Total do capital

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1.2. Composição

Caixas e bancos	Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022	

<tbl_r cells="5" ix="4" maxcspan="1" maxrspan="1"



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.4.2. Regulatórias:

Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre junho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13.3 para uma descrição do andamento das discussões referentes à TUSD-g.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em controlada e Empreendimento controlado em Conjunto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos foram reconhecidas na demonstração do resultado.

Conforme nota explicativa nº 1.5 a Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. foi incorporada pela Controlada Rio Paranapanema Energia.

10.2. Movimentação

	Partici- pação acionária	Baixa investi- mento		Dividendos e JSCP prescritos		Equiva- lência patrimonial		2023
		2022	Divi- dendos	JSCP	Plano de pensão	e JSCP	prescritos	
Controladas								
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	88.015	—	—	—	—	(62.159)	25.856
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.800.297	(275.112)	(105.809)	—	4.600	137	328.600 1.752.713
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,00%	3	—	(3)	—	—	—	—
	1.888.315	(275.112)	(105.809)	(3)	4.600	137	266.441	1.778.569
Controladas								
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	66.933	(6.566)	—	—	—	27.648	88.015
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.834.978	(195.504)	(96.191)	22.829	227	233.958	1.800.297
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	3	—	—	—	—	—	3
	1.901.914	(202.070)	(96.191)	22.829	227	261.606	1.888.315	

10.3. Informações financeiras das Controladas e Coligadas

	% de participação da Companhia		Passivos (Circulante e Não Circulante)				2022	
	2023	2022	Ativos totais		2023			
			2023	2022	2023	2022		
Controladas								
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	96,19%	3.689.053	3.714.677	1.866.909	1.843.065		
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	100,00%	255.094	444.368	229.241	356.356		
Controlada indireta								
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,00%	0,01%	—	231.063	—	2.283		
Controladas								
Rio Paranapanema Energia S.A.	1.822.144	1.871.612	1.365.524	1.339.038	341.617	243.225		
CTG Brasil Trading Ltda.	25.853	88.012	409.654	509.497	(62.159)	27.648		
Controlada indireta								
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	—	228.780	26.344	29.898	9.719	(22.192)		

11. IMOBILIZADO

11.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização por parte da Controlada Rio Paranapanema Energia.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados na Controlada Rio Paranapanema Energia. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	% de participação da Companhia		Passivos (Circulante e Não Circulante)				2022	
	2023	2022	Ativos totais		2023			
			2023	2022	2023	2022		
Em serviço								
Reservatório, barragens e adutora	224.953	—	224.953	224.953	0,0%	—		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.476.981	(2.205.224)	1.271.757	1.405.049	3,8%	—		
Máquinas e equipamentos	429.683	(298.739)	130.944	140.121	2,2%	—		
Veículos	1.187.732	(583.937)	603.795	622.709	3,6%	—		
Móveis e utensílios	10.695	(7.900)	2.795	3.556	7,7%	—		
Outros	1.490	(1.111)	379	346	3,0%	—		
	4.797	(2.910)	1.887	2.574	16,3%	—		
	5.336.331	(3.099.821)	2.236.510	2.399.308				
Em curso								
Terrenos	20.477	—	20.477	20.423	—	—		
Reservatório, barragens e adutora	3.924	—	3.924	4.376	—	—		
Edificações, obras civis e benfeitorias	340	—	340	766	—	—		
Máquinas e equipamentos	41.786	—	41.786	49.890	—	—		
Veículos	—	—	—	64	—	—		
Móveis e utensílios	127	—	127	—	—	—		
	66.654	—	66.654	75.519				
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	—	(156.093)	(156.093)	—	—		
Total do ativo imobilizado	5.246.892	(3.099.821)	2.147.071	2.318.734				

11.3. Movimentação

	Consolidado					2022	
	2023	Depreciação acumulada	Valor líquido líquido	Valor líquido depreciação	Taxa média anual de depreciação		
					Custo		
Em serviço							
Terrenos	224.953	—	224.953	224.953	0,0%	—	
Reservatório, barragens e adutora	3.476.981	(2.205.224)	1.271.757	1.405.049	3,8%	—	
Edificações, obras civis e benfeitorias	429.683	(298.739)	130.944	140.121	2,2%	—	
Máquinas e equipamentos	1.187.732	(583.937)	603.795	622.709	3,6%	—	
Veículos	10.695	(7.900)	2.795	3.556	7,7%	—	
Móveis e utensílios	1.490	(1.111)	379	346	3,0%	—	
Outros	4.797	(2.910)	1.887	2.574	16,3%	—	
	5.336.331	(3.099.821)	2.236.510	2.399.308			
Em curso							
Terrenos	20.477	—	20.47				



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controlada Rio Paranapanema Energia. A Controlada Rio Paranapanema Energia possui contrato de compartilhamento de despesas com China Three Gorges Brasil Energia S.A., Controladora da Companhia e contrato de compartilhamento de serviços técnicos com a Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A.

A Controlada CTG Trading possui saldos de compra e venda de energia com empresas coligadas.

	Consolidado					
	Controladora		Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	Ativo	Passivo
	Passivo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	—	—	4.004	—	2.578
Rio Canoas Energia S.A.	—	—	62	5	78	18
Rio Verde Energia S.A.	—	—	35	4	44	4
Rio Parana Energia S.A.	—	—	795	775	997	61.274
Rio Paranapanema Energia S.A.	100	748	—	—	—	—
São Manoel Energia S.A.	—	—	1.045	—	1.015	—
	100	748	1.937	4.788	2.134	63.874

17.4. Resultado

	Consolidado					
	Controladora		Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	Compartilhamento de infra-estrutura	Compartilhamento de energia
	Venda de energia	Compra de energia	Venda de estrutura	Compra de estrutura	Total	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	—	—	(22.894)	(22.894)	—	(22.415) (22.415)
Rio Canoas Energia S.A.	—	—	803	803	—	272 272
Rio Verde Energia S.A.	—	—	454	454	—	164 164
Rio Parana Energia S.A.	—	—	(778)	4.178	3.400	(11.790) 1.303 (10.487)
Rio Paranapanema Energia S.A.	(5.158)	(7.376)	—	—	—	—
São Manoel Energia S.A.	—	—	6.205	—	6.205	6.022
	(5.158)	(7.376)	6.205	(17.459)	(12.032)	6.022 (11.790) (20.676) (26.444)

18. PROVISÕES PARA RISCOS

18.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refletia as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e civis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 11).

18.2. Provisões para riscos prováveis

18.2.1. Composição

	Consolidado			
	2023		2022	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	10.209	(2.026)	8.183	7.258
Fiscais	17.925	(35)	17.890	20.181
Cíveis	2.475	(279)	2.196	2.041
Desapropriações de terras	54	—	54	—
Indenizações de benfeitorias	2.421	(279)	2.142	2.041
Ambientais	21.051	(737)	20.314	10.213
Regulatórias	48.622	—	48.622	—
	100.282	(3.077)	97.205	39.693

18.2.2. Movimentação

	Consolidado				
	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	—	2.041	10.213
Provisões para riscos	83	(2.927)	—	—	9.380
Provisões (reversões)	—	—	52	—	—
Provisões (*)	997	639	—	104	586
Variações monetárias	—	—	2	—	—
Variações monetárias (*)	—	—	—	—	—
Acordos/pagamentos	1.080	(2.288)	54	104	8.426
Depósitos judiciais	(155)	(3)	—	(3)	(141)
Variações monetárias	—	—	—	—	—
Baixas	—	—	—	—	1.816
	1.080	(2.288)	54	104	48.622 55.998
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.183	17.890	54	2.142	20.314

	Consolidado				
	Cíveis				
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras (*)	Indenizações de benfeitorias	Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	6.997	2.499	8.449
Provisões para riscos	(244)	(680)	—	(90)	1.491
Provisões (reversões)	—	—	1.825	—	1.825
Variações monetárias	1.061	619	—	194	463
Variações monetárias (*)	—	—	839	—	839
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	(10.405)
Depósitos judiciais	(117)	(158)	—	(22)	(141)
Variações monetárias (Adições)	—	—	—	(258)	(49)
(Adições) (*)	—	—	(2.772)	—	(2.772)
Baixas	11	330	—	262	—
Baixas (*)	—	—	2.772	—	2.772
	(106)	172	—	(18)	(190)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	—	2.041	10.213
(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.					
A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:					

18.2.3. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados, sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos do Grupo decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

18.2.4. Fiscais - Rio Paranapanema Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Processo Administrativo decorrente de um Auto de Infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância e segunda instâncias parcialmente favoráveis à Controlada, sendo anuladas as autuações referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. O processo retornou para a primeira instância para novo julgamento em relação ao período de março 2000. Interpuseu recurso voluntário em 28.9.2022. Aguardando distribuição do Recurso Voluntário no CARFO Valor atualizado

-★ continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, o Grupo reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos do mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O Grupo reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido do Grupo.

20.2. Contribuição definida**20.2.1. Política contábil**

No plano de contribuição definida, o Grupo faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privada conforme opção do colaborador para esse benefício. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 1.217 (R\$ 1.197 em 31 de dezembro de 2022).

20.3. Benefício definido**20.3.1. Política contábil**

O Grupo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vwest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP do Grupo é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados do Grupo. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez dos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo regulamento do plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

O Grupo designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vwest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

20.3.2. Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigação de benefício definido	(409.204)	(401.112)
Valor justo do ativo do plano	404.714	390.004

Passivo reconhecido no balanço patrimonial

No exercício de 2023, o Grupo contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 6.618 (R\$ 31.080 em 31 de dezembro de 2023) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados.

20.3.3. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2023	2022
Obrigação de benefício definido	(409.204)	(401.112)
Valor justo do ativo do plano	404.714	390.004

(4.490) (11.108)**20.3.4. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício**

	2023	2022
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	401.112	429.589

Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa

Contribuições da empresa realizadas no exercício

Redimensionamento da obrigação de benefício definido

incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")

7.126 35.800

Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano (4.490) (11.108)

20.3.5. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2023	2022
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	390.004	387.401

Rendimento real dos ativos

Juros sobre o valor justo do ativo do plano

Rendimento do valor justo do ativo do plano

Contribuições no exercício

Benefícios pagos pelo plano no exercício

Redimensionamento da obrigação

409.204 401.112

20.3.6. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2023	2022
Custo do serviço correto	921	2.220

Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido

Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano

Total

1.845 6.076

20.3.7. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2023	2022
--	------	------

Saldo no início do exercício

Efeito da alteração de premissas financeiras

Efeito da alteração de premissas demográficas

Efeito da experiência do plano

Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano

Saldo no final do exercício

20.3.8. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais**20.3.8.1. Hipóteses econômicas**

	2023	2022
--	------	------

Taxa nominal de desconto (*)

Taxa de retorno esperado dos ativos

Taxa nominal de crescimento salarial

Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites

Taxa de inflação estimada no longo prazo

Fator de capacidade

Salários

Benefícios

(*) Utilização de taxas nominais.

20.3.8.2. Hipóteses demográficas

	2023	2022
--	------	------

Mortalidade geral

Entrada em invalidez

Mortalidade de invalidos

Composição familiar

Idade de aposentadoria

Taxa de crescimento salarial

Projeção de crescimento da unidade de referência

0,42% a.a.

ExpR_2012*

suavizada em 50%

Rotatividade

20.3.9. Dados dos participantes

	2023	2022
Número de Participantes		
Ativos	163	208
Aposentados	209	190
Inválidos	18	15

20.3.10. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 409.204, o Grupo realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1.p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto
(+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
(+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)

Impacto na Obrigaçao de Benefício Definido

(37.474) 43.464

Total da Obrigaçao de Benefício Definido

371.730 452.668

Duration da obrigaçao (em anos)

10,20 10,62

20.3.11. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

	2023	2022
--	------	------

Custo do serviço correto

1.040

Custo dos juros

39.196

Rendimento esperado dos ativos do plano

(38.627)



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado antes do IRPJ e CSLL

Alíquota nominal do IRPJ e CSLL

IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação

Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva

Amortização encargo credor inflacionário

Juros sobre capital próprio

Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa sem constituição de IRPJ/CSLL diferido

Doações Incentivadas

Diferença por tributação de lucro presumido em controladas

Diferenças temporárias sem constituição de IR/CS diferido

Incentivos fiscais

Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas

Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado

IRPJ e CSLL correntes

IRPJ e CSLL diferidos

Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado

Alíquota efetiva

25.2. Tributos diferidos

25.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Ativo de imposto diferido

Diferenças temporárias

Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa

Liminares CCEE (GF)

Provisões para riscos

Contratos futuros de energia

Benefício fiscal

Participação nos lucros e resultados

Outras provisões

Amortização de direito de uso

Valores recebidos a maior RTE

Total

Passivo de imposto diferido

Diferenças temporárias

Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Ajuste de avaliação patrimonial

Mais-valia - investimento em controlada

Ajuste atuarial plano de pensão

Contratos futuros de energia

Total

Imposto diferido líquido

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta

2024 2025 2026 2027 2028 a partir de 2029 Total

Imposto de renda e contribuição social diferidos 46.059 (42.589) (17.335) 4.189 4.595 207.125 202.044

25.3. Benefício fiscal - Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Controlada Rio Paranapanema Energia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Controlada Rio Paranapanema Energia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	2023	2022
Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)
Realização	(282.967)	186.754
Saldos no final do exercício	22.439	(14.814)
		7.625

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal - imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica "Impostos diferidos". Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Ágio	Provisão	Valor líquido
Amortização do ágio	(4.915)	(5.506)
Reversão da provisão	3.244	3.634
Benefício fiscal	1.671	1.872
	—	—

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total	
Realização estimada	1.492	1.332	1.190	1.062	948	1.601	7.625

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Política contábil

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2023	2022
Controladora	232.813	225.518
	232.813	225.518

Numerador

Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia

Lucro líquido do exercício

	798.355	798.355
Ações ordinárias	798.355	798.355

Denominador (Média ponderada de números de ações)

	0,29162	0,28248
Ações ordinárias	0,29162	0,28248

Resultado básico e diluído por ação

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio, considerando como principal indicador o lucro líquido.

Os segmentos operacionais definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva Estatutária são os seguintes, tendo como premissas de segregação suas atividades principais:

Geração: Entidades que possuem como atividade principal a geração e comercialização de energia elétrica, tendo suas concessões regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel e MME.

Comercialização: Entidades que possuem como atividade principal a comercialização de energia a consumidores livres.

Administração/outras: Entidades com características de holding onde a principal atividade é a participação em outras sociedades empresariais e prestação de serviços para as empresas do Grupo no Brasil.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõe o conjunto de informações disponibilizadas aos Diretores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando essas informações em bases consolidadas.

	2023
Principais Indicadores de Gestão	Margem Geração % Comercialização % Margem Administração % Margem outros % Margem Consolidado % Margem ajustado %
Receita operacional líquida	1.391.868 100,0% 409.654 100,0% — 0,0% 1.801.522 100,0%
Ebitda ajustado	761.176 54,7% (101.192) -24,7% (6.242) 0,0% 653.742 36,3%
Lucro líquido ajustado	341.615 24,5% (62.159) -15,2% (33.628) 0,0% 245.828 13,6%
Depreciação e amortização	(266.499) — — (860) — (267.359) —
Receita financeira	90.963 — 6.978 — (4.013) — 93.928 —
Despesa financeira	(128.955) — (14) — — (128.969) —
Imposto de renda e contribuição social	(115.070) — 32.069 — (22.513) — (105.514) —

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

28.2. Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

O Grupo não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

28.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

28.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

28.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

O Grupo mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Controlada, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo através



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

• continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eandro Leite Vasconcelos - Membro do Conselho
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Membro do Conselho

Liyi Zhang - Presidente do Conselho

Xingyang Cao - Membro do Conselho
Zhigang Chen - Membro do Conselho

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Vitor Hugo Lazzareschi - Diretor

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Presidente
Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Paranapanema Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 28 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima

Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

ctgbr.com.br



Investimos em nossos ativos, contribuindo para a eficiência do setor elétrico

Estamos conduzindo nas Usinas Ilha Solteira e Jupiá o maior programa de modernização de Usinas Hidrelétricas do país.



CTG Brasil

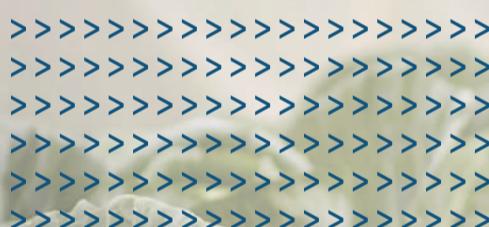


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.estadão.com.br/publicações/>

Nosso compromisso é com as pessoas

Fomentar o desenvolvimento das comunidades no entorno das operações é uma de nossas prioridades.

Prova disso é o Usina de Negócios, projeto que vem transformando a vida de empreendedores e agricultores, com impactos positivos na renda das famílias, além da longevidade de seus negócios.

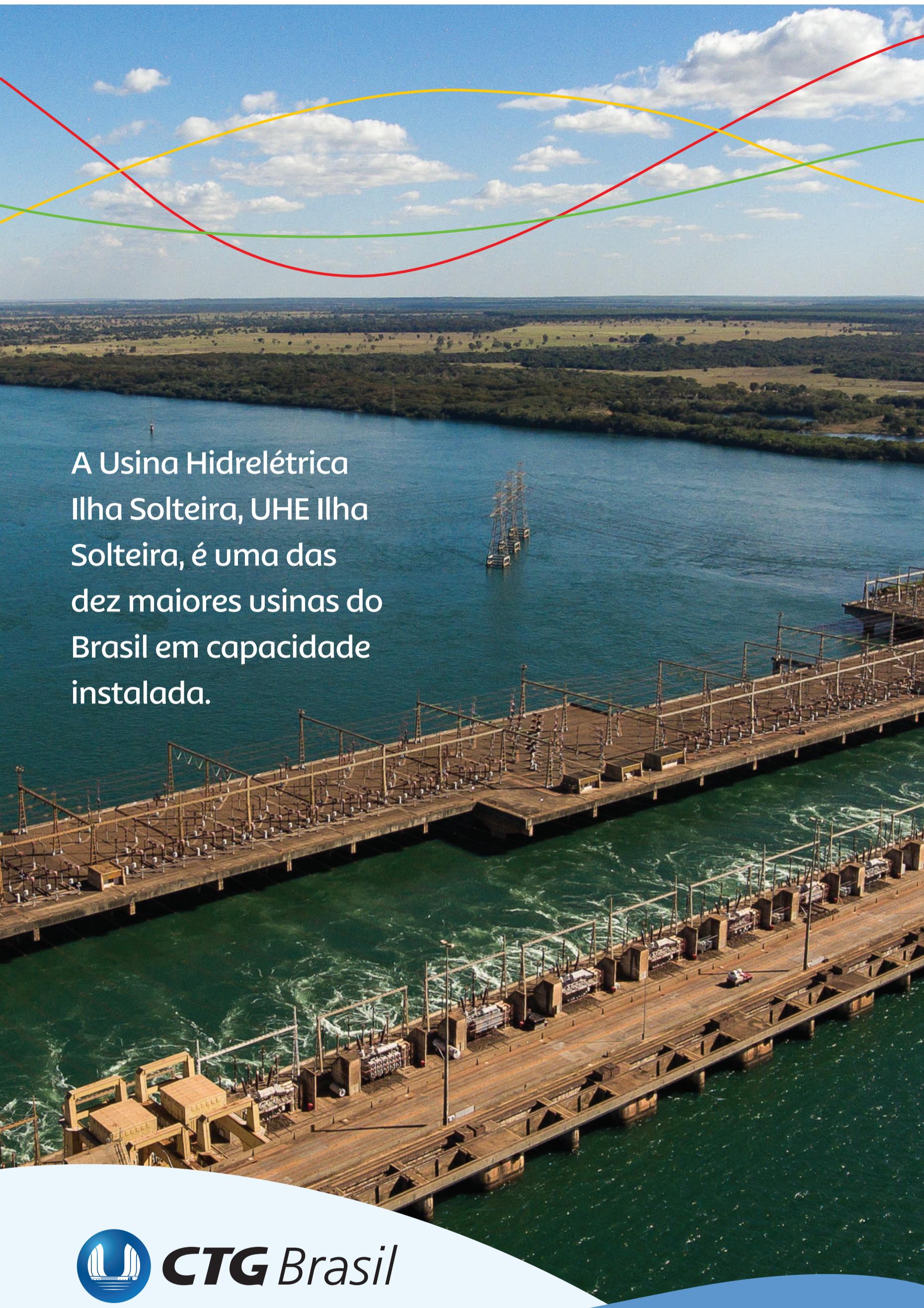


Conheça o
projeto Usina
de Negócios



MAIS QUE
ENERGIA.
**ENERGIA
LIMPA.**

 CTG Brasil



A Usina Hidrelétrica
Ilha Solteira, UHE Ilha
Solteira, é uma das
dez maiores usinas do
Brasil em capacidade
instalada.



CTG Brasil

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ctgbr.com.br



ESTADÃO ECONOMIA & NEGÓCIOS

>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>
>>>>>>>>>>>>>>



O futuro pede
mudanças.

E temos a energia
para isso.

Somos a CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País. Atuamos de forma sustentável e temos a energia necessária para impulsionar a transição energética, criando futuros mais positivos e saudáveis.

MAIS QUE
ENERGIA.
**ENERGIA
LIMPA.**



CTG Brasil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>